

LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ

**AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E OS SEUS IMPACTOS NOS CURSOS DE
LICENCIATURA DA UNIPAMPA *CAMPUS* BAGÉ: UM OLHAR DOS ESTUDANTES
EM SITUAÇÃO DE EVASÃO**

Bagé

2023

LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ

AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E OS SEUS IMPACTOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIPAMPA *CAMPUS* BAGÉ: UM OLHAR DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE EVASÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Prof^a Dr^a Crisna Daniela Krause Bierhalz

Bagé

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C957p Cruz, Luciane dos Santos da
As políticas de permanência e os seus impactos nos cursos
de licenciatura da Unipampa Campus Bagé: um olhar dos
estudantes em situação de evasão / Luciane dos Santos da Cruz.
140 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2023.

"Orientação: Crisna Daniela Krause Bierhalz".

1. Políticas estudantis. 2. Evasão. 3. Ensino superior. I.
Título.

LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ

**AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E OS SEUS IMPACTOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIPAMPA CAMPUS
BAGÉ: UM OLHAR DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE EVASÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 07 de dezembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Crisna Daniela Krause Bierhalz

Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Luiz Alberto Rocha de Lira
(UnB)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva Rodrigues
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **CRISNA DANIELA KRAUSE BIERHALZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/12/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/12/2023, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Luiz Alberto Rocha Lira, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1314164** e o código CRC **EBE00177**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar muito mais do que eu mereço.

Agradeço à minha família, onde estão aqueles que acreditam em mim, até mais do que eu mesma. Que são meu alicerce, minha força e os motivos de eu querer fazer sempre mais e melhor.

Minha gratidão ao companheiro de jornada, que sempre me incentivou mesmo quando este projeto ainda era um sonho, e que não me deixou desanimar diante das dificuldades encontradas no percurso.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Crisna Daniela Krause Bierhalz, pela paciência, pelos ensinamentos e pela condução nessa caminhada, para que eu obtivesse o melhor resultado possível.

Agradeço à UNIPAMPA, e ao agradecer à Instituição, agradeço ao Governo Lula, que priorizou a educação nesse país, com a implantação de dezenas de novas universidades públicas e com a criação de políticas de assistência estudantil com o objetivo de garantir ao socioeconomicamente mais vulnerável, o acesso e permanência na educação pública superior, gratuita e de excelência. Por isso, e só por isso, cheguei até aqui.

Minha gratidão a todos os professores com os quais tive o privilégio de conviver, que foram, sem dúvidas, verdadeiros faróis do conhecimento iluminando minha trajetória acadêmica.

Agradeço, também, a todos os colegas de jornada, que tanto contribuíram para o meu crescimento como discente, com a troca de experiência e de aprendizado, e que muitas vezes acalmaram minha mente e acalentaram meu coração.

Agradeço, a todos que estiveram comigo nessa caminhada, aos amigos que muitas vezes tiveram que compreender minhas prioridades e aceitar as minhas ausências, tudo para que este projeto fosse concluído com êxito.

Enfim, a todos aqueles, que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu estivesse aqui no dia de hoje, minha gratidão.

RESUMO

O presente estudo busca compreender o impacto das políticas estudantis na permanência e conclusão nos cursos de licenciatura do *Campus* Bagé da Universidade Federal do Pampa, sob a ótica dos evadidos. O interesse no tema justifica-se pela expansão das Universidades a partir de 2003, contemplando regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, em contraponto ao vultoso número de vagas ociosas devido à evasão, o que caracteriza um prejuízo a toda a sociedade. A evasão é um tema que precisa ser debatido, mas os estudos existentes tendem a descrever os seus motivos e fatores, e a apresentar dados e estatísticas, e poucos são os indicativos de alternativas ou de soluções para reduzir este problema. As discussões se ancoram nos pressupostos teóricos de Cespedes, *et al* (2021); Garcia, Lara, Antunes (2021); Lamers, Santos Toassi (2017); Ambiel, Cortez, Salvador (2021); Pena, Matos, Coutrim (2020); Moura, Mandarino, Silva (2020); Herbeta (2018), entre outros. Trata-se de pesquisa de cunho qualitativo, descritivo e explicativo, que adota procedimentos da análise documental e do estudo de caso, com a coleta de informações por questionário misto. Caracteriza-se como sujeitos da pesquisa 43 evadidos dos cursos de licenciatura em Física, Letras Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, Música e Química; em sua maioria homens; entre 26 e 40 anos; em atividade laboral; com renda de até cinco salários mínimos e cerca de três semestres cursados, com ingresso por programas federais de acesso ao ensino superior. Sobre as políticas estudantis constatamos que não estão sendo suficientes para garantir a permanência e conclusão dos cursos, mesmo que a Universidade disponha de diversas ações: apoio à instalação estudantil, permanência, alimentação subsidiada, programa de moradia estudantil, apoio ao transporte, entre outros. Foram citados pelos respondentes alguns fatores determinantes para a evasão, como as relações interpessoais, especialmente entre professor e aluno; a falta de suporte pessoal e familiar, a falta de suporte material ou financeiro; o fator vocacional; o mercado ou carreira; o desempenho acadêmico; a deficiência de infraestrutura; falta de acolhimento psicológico, pedagógico e social por parte da Universidade; entre outros. Percebemos que muitos dos fatores apresentados como responsáveis pelo abandono dos cursos, não acarretam maiores investimentos financeiros, e podem ser mitigados mediante um olhar atento da gestão, como, por exemplo: reorganização dos horários

das aulas; revisão dos meios eletrônicos de comunicação; reformulação da página eletrônica, tornando-a mais acessível e intuitiva; apoio psicológico e/ou pedagógico na hora de escolha do curso; treinamento dos docentes. A pesquisa mostrou que reduzir os índices de evasão é uma tarefa que envolve toda a sociedade e exige empenho de todos, ou seja, alcançar êxito nesse propósito é movimento do coletivo, não individual.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas estudantis; evasão; ensino superior.

ABSTRACT

The present study deals with the impact of student policies on retention in teaching courses at Bagé *Campus* of the Federal University of Pampa, from the perspective of its students. The interest in the topic is justified by the expansion of Universities that took place from 2003 onwards, covering regions with high demographic density and low public university coverage, as opposed to the large number of vacant places due to dropout, which characterizes a loss to the entire society. Evasion is a topic that needs to be debated, but existing studies tend to describe its reasons and factors, and present data and statistics, but there are few indications of alternatives or solutions to reduce this problem. The objective of this work is to understand, from the perspective of students on teaching courses at UNIPAMPA Bagé *Campus*, the impacts of student assistance policies on the retention and completion of higher education, anchored in the theoretical assumptions of Cespedes, *et al* (2021); Garcia, Lara, Antunes (2021); Lamers, Santos Toassi (2017); Ambiel, Cortez, Salvador (2021); Pena, Matos, Coutrim (2020); Moura, Mandarin, Silva (2020); Herbetta (2018) between others. This is a qualitative, descriptive and explanatory research, which adopts document analysis and case study procedures, with information collection using a mixed questionnaire. The responding public is made up of 43 dropouts from teaching courses at UNIPAMPA's Bagé *Campus*; mostly men; between 26 and 40 years old; in work activity; with an income of up to five minimum wages and approximately three semesters completed, enrolled in federal programs providing access to higher education. About student policies, we found that they are not sufficient to guarantee the permanence and completion of courses, even though the University has several actions in place: support for student accommodation, permanence, subsidized food, student housing program, transport support, among others. Some determining factors for dropout were mentioned by the respondents, such as interpersonal relationships, especially between teacher and student; the shortage of personal and family support, the shortage of material or financial support; the vocational factor; the market or career; academic performance; infrastructure deficiency; shortage of psychological, pedagogical and social support from the University; between others. We realized that many of the factors presented as responsible for course abandonment do not involve greater financial investments, and can be mitigated through a careful management look, such as: reorganization of class schedules; review of electronic means of communication; reformulation of the electronic

page, making it more accessible and intuitive; psychological and/or pedagogical support when choosing a course; teacher training. The research showed that reducing dropout rates is a task that involves the whole society and requires endeavour from everyone, that is, achieving success in this purpose is a collective movement, not an individual one.

KEYWORDS: Student policies; evasion; higher education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Oito etapas da revisão sistemática.....	23
Figura 2 -	Nuvem de palavras contendo as mais utilizadas nos artigos analisados, referentes à temática da pesquisa.....	25
Figura 3 -	Classificação da Evasão.....	28
Figura 4 -	UNIPAMPA – <i>Campi</i> e graduações/licenciaturas.....	41
Figura 5 -	Dados de evasão e retenção gerais da UNIPAMPA.....	42
Figura 6 -	Dados de evasão e retenção da UNIPAMPA.....	43
Figura 7 -	Indicadores de Evasão do <i>Campus</i> Bagé. Destaque Licenciaturas.....	44
Figura 8 -	Plano de Permanência.....	53
Figura 9 -	Percurso da ATD.....	70
Figura 10 -	Forma de ingresso dos evadidos do <i>Campus</i> Bagé.....	77
Figura 11 -	Evadidos do <i>Campus</i> Bagé por ação afirmativa.....	80
Figura 12 -	Aba para acesso à inscrição para assistência estudantil.....	100
Figura 13 -	Informações sobre editais em andamento.....	100
Figura 14 -	Demonstrativo das ações de assistência estudantil.....	113
Figura 15 -	Demonstrativo das ações de promoção à saúde na PRAEC.....	114
Figura 16 -	Projetos e Programas da PROGRAD com vistas à permanência.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de busca.....	24
Quadro 2 - Critérios de Inclusão.....	24
Quadro 3 - Autores, ano e título dos artigos selecionados.....	24
Quadro 4 - Instituição de ensino e <i>locus</i> da pesquisa.....	29
Quadro 5 - Dados INEP 2010/2021.....	37
Quadro 6 - Evasão no <i>Campus</i> Bagé da UNIPAMPA (2018 a 2022).....	45
Quadro 7 - Mobilidade na UNIPAMPA (2018 a 2022).....	46
Quadro 8 - Programas de assistência estudantil. Valores investidos em 2023....	60
Quadro 9 - Constituição da amostra da análise documental.....	64
Quadro 10 - Informações de envio.....	67
Quadro 11 - Códigos de identificação dos respondentes.....	68
Quadro 12 - Apresentação da relação dos fatores de evasão e as respostas dos evadidos.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão e conclusão no ensino Superior.....	38
Gráfico 2 - Dados sobre evasão Relatório Semesp 2023.....	39
Gráfico 3 - Faixa etária.....	71
Gráfico 4 - Fonte de sustento.....	72
Gráfico 5 - Renda familiar.....	73
Gráfico 6 - Licenciaturas de origem.....	74
Gráfico 7 - Períodos cursados.....	75
Gráfico 8 - Formas de Ingresso.....	76
Gráfico 9 - Ocupação das vagas.....	79
Gráfico 10 - Modalidade das cotas.....	79
Gráfico 11 - Meios de divulgação dos editais.....	99
Gráfico 12 - Relação valores da assistência estudantil e a decisão de evadir-se.	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM- Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ATD- Análise textual discursiva

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CPA- Comissão Própria de Avaliação

ENEM- Exame nacional do ensino médio

FIES- Financiamento estudantil

IES- Instituições de Ensino Superior

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC- Ministério da Educação

PBP/MEC- Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAEC- Pró-reitoria de Assuntos estudantis e comunitários (UNIPAMPA)

PROUNI- Programa Universidade para todos

REUNI- Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU- Restaurante universitário

SESU- Secretaria de Educação Superior

SISU- Sistema de Seleção Unificada

UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Justificativa	19
1.2	Tema e pergunta	20
1.3	Objetivos	21
1.3.1	Geral	21
1.3.2	Específicos	21
2	O FENÔMENO EVASÃO NO BRASIL	22
2.1	Revisão Sistemática da Literatura sobre a abordagem das políticas de permanência e os seus impactos na evasão do Ensino Superior	22
2.2	Da evasão no Ensino Superior	26
2.3	Dos fatores/causas da evasão	30
2.4	Principais resultados e contribuições para a permanência	32
3	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	37
3.1	Criação da UNIPAMPA	40
3.2	Cenário de evasão na Universidade Federal do Pampa - Cursos de Licenciatura do Campus Bagé, RS	41
4	POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	50
4.1	Políticas e estratégias de acesso e permanência no Ensino Superior no âmbito da UNIPAMPA	52
4.1.1	Programa de apoio à instalação estudantil	54
4.1.2	Plano de permanência	54
4.1.2.1	Programa de alimentação subsidiada	54
4.1.2.2	Programa de moradia estudantil	55
4.1.2.3	Programa de apoio ao transporte	55
4.1.2.4	Programa de auxílio-creche	56
4.1.3	Programa de apoio emergencial	56
4.1.4	Programa de ações afirmativas	56
4.1.5	Programa de apoio à participação discente em eventos	56
4.1.6	Programa de apoio ao ingressante	57
4.1.7	Programa de apoio social e pedagógico	57
4.1.8	Apoio à permanência indígena e quilombola	57
4.1.8.1	Plano de apoio à permanência indígena e quilombola – PAPIQ	57
4.1.8.2	Programa de monitoria indígena e quilombola – MonIQ	58
4.1.8.3	Auxílio de desenvolvimento acadêmico indígena e quilombola – ADAIQ	58
4.1.9	Programas de desenvolvimento acadêmico	58
4.1.10	Auxílio à Inclusão digital	59
4.1.11	Programa Nilton Santos de Acesso ao Ensino Superior	59
4.2	Políticas estudantis em execução na UNIPAMPA	59
5	METODOLOGIA	62
5.1	Quanto ao caráter	62
5.2	Quanto à classificação	63
5.2.1	Detalhamento da pesquisa documental	63

5.2.2	Detalhamento do estudo de caso	65
5.2.2.1	Quanto aos sujeitos e instrumentos de coleta de dados do estudo de caso	66
5.3	Análise dos dados	68
5.3.1	Questões fechadas	68
5.3.2	Questões Abertas	69
6	PERFIL DOS EVADIDOS DAS LICENCIATURAS DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ	71
6.1	Gênero e Faixa Etária	71
6.2	Situação socioeconômica	72
6.3	Licenciatura de origem dos evadidos	74
6.4	Período de abandono	74
6.5	Forma de Ingresso	76
6.6	Modalidade de ocupação das vagas	79
7	EVASÃO NA LICENCIATURA DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ: PERCEPÇÃO DOS EVADIDOS	83
8	POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÕES DOS EVADIDOS E CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A PERMANÊNCIA	97
8.1	Dos beneficiários das políticas estudantis	97
8.2	Do acesso dos evadidos aos editais e às políticas de permanência	98
8.3	Do grau de satisfação dos evadidos com as políticas estudantis em execução na UNIPAMPA - Relação entre as políticas estudantis e a permanência	102
8.3.1	O valor dos benefícios na perspectiva equitativa	104
8.3.2	Informação, divulgação, transparência e fiscalização	109
8.4	Caminhos Percorridos e a Percorrer na UNIPAMPA	112
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICE A	133
	APÊNDICE B	136

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2003, houve uma grande expansão no ensino superior no Brasil. Segundo o Censo da Educação Superior apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, referente ao ano de 2002 (INEP, 2002), existiam 1.637 instituições de nível superior (IES) no Brasil. Destas, 260 estavam situadas na região Sul e apenas 60 no Estado do Rio Grande do Sul - RS.

Atualmente, segundo o Censo da Educação Superior referente ao ano de 2021 (INEP, 2021), esse número chega a 2.574 IES, das quais 391 na Região Sul, sendo 105 em solo gaúcho. Nas palavras de Costa e Silva (2018):

Foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas e com demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional (COSTA; SILVA, 2018, p. 172).

Como se percebe, houve significativo incremento no número de IES, que representou aumento, em apenas duas décadas, de 57,24% em números totais no Brasil. Na Região Sul, a ampliação corresponde a 50,38%. Contudo, se analisarmos os dados referentes ao RS, veremos que o investimento em novas IES foi superior ao índice regional e, inclusive, ao nacional, já que o incremento realizado no período, com a instalação de novas IES alcançou o percentual de 75%.

Entre as novas universidades está a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, fruto do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2008 (BRASIL, 2008). A Instituição foi criada através da Lei nº 11.640/2008 (BRASIL, 2008), com a intenção de fomentar o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do estado do RS, trazendo qualificação técnica para a sua população e, com isso, estimulando o seu crescimento.

A expansão das instituições e dos cursos foi determinante para a expansão de vagas no ensino superior, contudo, isoladamente, não é suficiente para garantir a elevação proporcional do número de formados, uma vez que é preciso proporcionar, igualmente, condições de permanência para a conclusão dos percursos formativos no ensino superior.

Contribuíram para a mudança do perfil do estudante a promulgação da Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012) que exigiu das instituições federais de educação superior –

IFES, reserva, de no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e da edição do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010) que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Tais regulamentações foram determinantes para a mudança no perfil dos estudantes do ensino superior e necessitam acompanhamento:

Foi possível notar, entre outros resultados, a necessidade da continuidade dos benefícios como forma de impedir a evasão, a importância de fazer do planejamento do PNAES um processo mais democrático e participativo, em grande parte demonstrou-se um consenso quanto ao descompasso entre acesso e permanência por parte dos autores, evidenciou-se a necessidade de maior registro dos benefícios e dos beneficiados a partir de dados informatizados que possam ser analisados por ferramentas digitais (GUIMARÃES, 2020, p.62).

Contudo, aparentemente os dispositivos supracitados não alcançam seu papel social, já que, na prática, os programas e direitos neles dispostos parecem não dar o suporte que deveriam e não são suficientes para ilidir as desigualdades sociais e garantir, além do acesso, a permanência no ensino superior, pois os dados indicam que os índices de evasão continuam elevados (SEMESP, 2023).

Desse modo, compreendendo que um dos maiores problemas enfrentados é garantir a permanência dos estudantes, grandes são os indicativos acerca da importância das políticas de assistência estudantil, especialmente aquelas voltadas para diminuir os altos índices de evasão, um dos maiores problemas do sistema de ensino e cujos fatores são diversos.

Este estudo ancora-se em referenciais sobre a evasão e sobre a correlação das políticas de assistência estudantil na permanência e conclusão do ensino superior, são eles: Cespedes, *et al* (2021); Garcia, Lara, Antunes (2021); Lamers, Santos Toassi (2017); Ambiel, Cortez, Salvador (2021); Pena, Matos, Coutrim (2020); Moura, Mandarin, Silva (2020); Herbetta (2018), entre outros. Este aporte indica como causas da evasão os fatores interpessoais, vocacionais, falta de suporte, carreira, desempenho acadêmico e institucionais, bem como sinalizam que as políticas de assistência estudantil representam importante ferramenta para redução dos índices de evasão.

Os referenciais contribuíram com a intenção de compreender, através do olhar dos evadidos e pela observação atenta das políticas de permanência em

execução na UNIPAMPA, os impactos para redução da evasão nas licenciaturas, além de sinalizar ações que possam contribuir com a sua melhoria e ampliação.

Debater possibilidades que auxiliem na redução da evasão, será de grande valia para a Instituição, em abrangência regional. Isso porque a pesquisa pode servir como ferramenta de avaliação e controle, contribuindo no aperfeiçoamento dessas políticas e na redução da evasão, já que não basta termos mecanismos de acesso aos bancos universitários que tenham como sujeitos as parcelas mais vulneráveis socioeconomicamente, se não proporcionamos a eles as necessárias condições de permanência para alcançarem o sucesso acadêmico, com a conclusão da sua formação.

1.1 Justificativa

Justifica-se o interesse no tema pela observação de que os estudos existentes sobre evasão tendem a descrever os seus motivos e fatores, e a apresentar dados e estatísticas, mas poucos são os indicativos de alternativas ou de soluções para reduzir tão grave problema.

A perda da oportunidade de formação superior me causa profunda inquietação, já que revisito a minha juventude, na qual eu e boa parte da população brasileira não tínhamos quaisquer expectativas de acesso à graduação. No máximo, pensávamos em concluir o segundo grau, hoje Ensino Médio. Eu, considerando que as universidades públicas eram inacessíveis e as particulares muito caras para meus pais arcarem com esses custos, somente consegui acesso aos bancos universitários na idade adulta, após estar com a vida profissional organizada (meu salário era suficiente somente para os custos do curso e de transporte, foram cinco anos de renúncia a quaisquer outras despesas supérfluas ou de lazer). Ainda assim, somente conseguia arcar com as despesas por morar com meus pais e não ter gastos com moradia ou alimentação.

Hoje, passados mais de vinte anos da minha graduação e três décadas e meia da minha formação no Ensino Médio, desfrutamos o privilégio de ter na Região da Campanha – umas das regiões mais pobres do estado do RS– a UNIPAMPA, que oferta educação pública, gratuita e de qualidade, sem que seja aproveitada toda a sua potencialidade.

O prejuízo é extremo se considerarmos os recursos aplicados e a ociosidade das vagas disponíveis. Com a formação de menos alunos, a sociedade sofre com a falta de profissionais capacitados e tudo isso configura grande prejuízo à coletividade. Percebe-se com facilidade o prejuízo material, decorrente dos custos da manutenção e funcionamento dos cursos, com estrutura física, corpo docente, servidores, entre outros, e os prejuízos imateriais, e nesse caso são imensuráveis os danos, em razão da perda da oportunidade de formar profissionais qualificados.

Resolver ou mitigar o problema da evasão perpassa pela necessidade de maior apoio aos estudantes, quer seja no sentido do auxílio material, através das políticas de permanência e auxílio estudantil, quer seja pela reorganização e democratização das IES, no sentido de ajustes de turnos, ofertas de cursos e ações de gestão que considerem a realidade dos discentes, já que os maiores índices de evasão estão diretamente relacionados à questão financeira, ou seja, à falta de suporte material e de apoio aos estudantes, especialmente àqueles oriundos das classes sociais mais vulneráveis economicamente.

Nos parece que, ao analisarmos a evasão pela perspectiva da vocação ou, em outras palavras, a falta de identificação com o curso, também se deve considerar a questão econômica, já que ante a impossibilidade de dedicação exclusiva à sua formação, muitas vezes a questão vocacional fica relegada ao segundo plano, e o estudante – em razão da sua realidade socioeconômica – tem que escolher um dos cursos que consegue conciliar com a sua disponibilidade e horários de trabalho, e não o curso que realmente gostaria, já que não possui o necessário suporte para esse fim.

1.2 Tema e pergunta

É unânime que a evasão é um grave problema e que grande prejuízo acarreta; urge que seja combatida efetivamente, para haver redução dos seus números. Pelas leituras já realizadas, entre elas podemos citar, por exemplo, Cespedes, *et al* (2021), Ambiel, Cortez e Salvador (2021), Pena, Matos e Coutrim (2020), entre outros, há indicativo de que as políticas de permanência são fundamentais e refletem positivamente na redução desses números.

Dessa forma, buscando entender, no âmbito da UNIPAMPA, qual o impacto dessas políticas, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: Como as políticas de permanência previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIPAMPA impactam sobre os percursos formativos dos discentes dos cursos de Licenciatura da UNIPAMPA *Campus Bagé*?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Compreender sob a perspectiva dos evadidos dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA *Campus Bagé* os impactos das políticas de assistência estudantil na permanência e conclusão do ensino superior.

1.3.2 Específicos

1. Mapear as políticas de assistência estudantil previstas no PDI da UNIPAMPA que podem impactar na permanência dos alunos de licenciatura;
2. Identificar o perfil e a percepção dos evadidos dos cursos das licenciaturas da UNIPAMPA *Campus Bagé* sobre as políticas de permanência, com recorte temporal 2010/2022;
3. Analisar a correlação entre as políticas de permanência e a conclusão dos cursos de licenciaturas da UNIPAMPA *Campus Bagé*;
4. Sinalizar ações de melhoria e ampliação das políticas de permanência a partir do olhar dos evadidos das licenciaturas da UNIPAMPA *Campus Bagé*.

2 O FENÔMENO EVASÃO NO BRASIL

Neste capítulo apresentamos conceitos gerais sobre a evasão no Brasil, envolvendo os seus principais aspectos, contexto, fatores, bem como uma descrição das políticas de assistência estudantil em execução na UNIPAMPA e a correlação com a permanência nos cursos de Licenciatura.

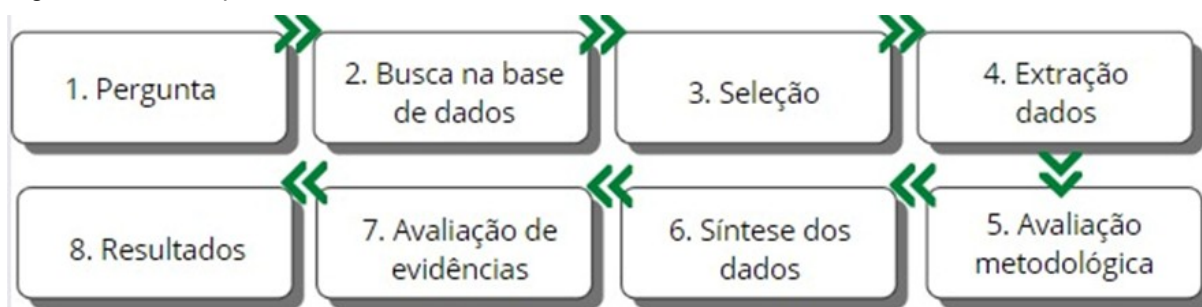
A revisão de literatura foi realizada em dois momentos: primeiro através da Revisão Sistemática da literatura de Galvão e Pereira (2014), movimento teórico inicial de aproximação que buscou responder: como a literatura aborda as políticas de permanência e seus impactos no fenômeno evasão no ensino superior? Para esse primeiro momento embasamos nosso estudo em Cespedes, *et al* (2021); Garcia, Lara, Antunes (2021); Lamers, Santos Toassi (2017); Ambiel, Cortez, Salvador (2021); Pena, Matos, Coutrim (2020); Moura, Mandarino, Silva (2020); Herbeta (2018); No segundo momento, foi realizado o aprofundamento teórico, com a utilização de autores como Colvero e Jovino (2014), Cardoso (2008), Lira (200), Garcia *et al* (2016), Silva *et al* (2019), entre outros.

2.1 Revisão Sistemática da Literatura sobre a abordagem das políticas de permanência e os seus impactos na evasão do Ensino Superior

Nas duas últimas décadas, houve um grande aumento na produção de artigos científicos, já que a concorrência cada vez mais qualificada exige, igualmente, melhor preparação e maior qualidade dos trabalhos publicados. Nesse sentido, antes de iniciar a escrita científica, impôs-se a seleção de trabalhos atuais e relevantes acerca do tema objeto de estudo, para que se apresentasse um panorama contemporâneo da literatura.

Entendemos que a revisão sistemática da literatura constitui uma metodologia apta a dar esse suporte, já que ela estabelece passos e procedimentos bem delineados a serem percorridos. Tal metodologia é definida por Galvão e Pereira (2014) como um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa a identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis acerca do tema pesquisado, dividindo o processo em oito etapas, demonstradas no esquema a seguir:

Figura 1 - Oito etapas da revisão sistemática



Fonte: Adaptado de Galvão e Pereira (2014)

Então, seguindo essas etapas, a primeira tarefa foi definir as palavras-chave (*string* de busca), para responder à seguinte pergunta: “Como a literatura aborda as políticas de permanência e seus impactos no fenômeno evasão no ensino superior?”

Para responder à questão, escolheu-se como base de dados a plataforma SciELO Brasil, pela importância desse espaço no que diz respeito à abrangência e diversidade de estudos disponíveis; pela praticidade da busca e, principalmente, pela quantidade de textos completos disponíveis.

Como critério de busca estabeleceu-se a palavra “EVASÃO”, sem quaisquer outros filtros ou critérios, o que resultou em 260 trabalhos. No sentido de refinar a busca, acrescentamos o operador booleano “AND”, e o termo “ENSINO SUPERIOR”, o que resultou em 60 trabalhos. Nova busca foi realizada com o acréscimo do operador booleano “AND”, e a expressão “POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA”, quando então restaram 08 artigos para análise.

O recorte temporal 2010/2021, se deu em razão do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o PNAES, que tem como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010), e como objetivos a democratização das condições de permanência na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, garantir a permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Implementado o recorte temporal, restaram 07 artigos, que foram submetidos a uma leitura detalhada, com vistas ao crivo dos critérios de inclusão e exclusão. Abaixo, quadro demonstrativo dessa primeira fase de busca, relatada supra:

Quadro 1 - Critérios de busca

CRITÉRIOS DE BUSCA	RESULTADOS
Evasão	260
Evasão AND Ensino Superior	60
Evasão AND Ensino Superior AND Políticas de Permanência	8
Recorte temporal (2010-2021)	7
Total artigos selecionados na base de dados	7

Fonte: Autora (2022).

No quadro abaixo, apresentamos critérios de inclusão e exclusão utilizados para fins de selecionar os artigos mais relevantes e pertinentes para fundamentar a presente revisão de literatura:

Quadro 2 - Critérios de Inclusão

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Artigos afins com o problema de pesquisa	Artigos/foco diversos do estudo
Ensino Superior	Outros níveis de ensino
Artigos com contexto, temática e foco da pesquisa	Artigos de contexto diverso

Fonte: Autora (2022).

Realizada a leitura dos resumos e demais informações relevantes, constatou-se que os 07 artigos previamente selecionados na base de dados eram aptos a embasar a presente revisão, já que traziam no seu bojo, estudos sobre pelo menos um dos temas. Em outras palavras, estabelecem relação com pelo menos uma das palavras-chave de pesquisa, sendo, portanto, pertinentes (mesmo que somente em parte) ao objetivo em tela. Tais relevâncias serão devidamente demonstradas no decorrer do estudo.

Para facilitar o trabalho de análise, os referidos artigos foram catalogados de ART-01 até ART-07, nos termos do “Quadro 3”:

Quadro 3 - Autores, ano e título dos artigos selecionados.

(continua)

Código	Autores	Título
ART-01	Cespedes, Minhoto, Oliveira, Rosa (2021)	Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo
ART-02	Garcia, Lara, Antunes (2021)	Investigação e Análise da Evasão e Seus Fatores Motivacionais no Ensino Superior: um estudo de caso na Universidade do Estado do Mato Grosso
ART-03	Lamers, Santos Toassi (2017)	Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia

Quadro 3 - Autores, ano e título dos artigos selecionados.

(continuação)

Código	Autores	Título
ART-04	Ambiel, Cortez e Salvador (2021)	Predição da Potencial Evasão Acadêmica entre Estudantes Trabalhadores e Não Trabalhadores
ART-05	Pena, Matos e Coutrim (2020)	Percurso de estudante cotista: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior
ART-06	Moura, Mandarinho e Silva (2020)	Evasão Escolar no Ensino Superior: Análise Quantitativa no Curso de Licenciatura em Física do IFPA <i>Campus</i> Bragança
ART-07	Herbetta (2018)	Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG

Fonte: Autora (2022).

Após a seleção dos artigos, identificamos neles as expressões que mais se repetiam. Para essa visualização, geramos uma nuvem de palavras (Figura 2). A imagem tem como fundo o mapa do Brasil, mas as palavras foram lançadas de forma aleatória, sem que a posição em que se encontram indiquem a região em que foram mencionadas.

Figura 2 - Nuvem de palavras contendo as mais utilizadas nos artigos analisados, referentes à temática da pesquisa.

Fonte: <https://www.wordclouds.com/>

Para criar a figura 2, já que o destaque das palavras na imagem se dá em razão do peso que lhes é atribuído, fizemos uma contagem geral das palavras, apuramos a média, e lançamos no programa wordclouds.com, que gerou essa “nuvem”. Nota-se que as palavras “evasão”, “ensino superior”, “políticas” e “permanência” tiveram um peso maior (o que indica que foram as que mais se repetiram), provavelmente porque foram as palavras-chave para a seleção dos artigos. Mas podemos observar, também, que as palavras “estudantes”, “educação”, “universidade” e “trabalhadores” igualmente tiveram importante destaque, o que acreditamos servir como indicativo de que os objetivos específicos da revisão de literatura também foram contemplados neste estudo.

Feitas as considerações e demonstrações iniciais, os artigos identificados foram objetos de estudo, com vistas à organização dos seus conteúdos e interpretação de seus resultados, contribuindo com a análise das políticas de permanência e os seus impactos sobre os percursos formativos dos alunos dos cursos de Licenciatura da UNIPAMPA *Campus Bagé*. Ao responder essa questão, busca-se também identificar eventuais fragilidades no cumprimento dos programas sociais, propondo ações de melhoria e ampliação dessas políticas, no intuito de tentar reduzir os índices de evasão.

2.2 Da evasão no Ensino Superior

A seguir, será abordada a temática da evasão no ensino superior no Brasil, delimitando um conceito e apresentando um estudo das causas dessa problemática.

A evasão é definida pela Comissão Especial do Ministério da Educação e Cultura-MEC como sendo um fenômeno que resulta na saída definitiva do aluno de seu curso sem concluí-lo (MEC, SESU, ANDIFES, ABRUEM, 1996, p. 19). Desta forma, distingue-se evasão de curso de evasão do sistema.

O fato de o MEC conceituar evasão como a saída do aluno do sistema de ensino, leva algumas IES, entre elas a UNIPAMPA, a não encararem tal problema quando, por exemplo, um aluno de um curso realiza desligamento daquele curso e volta a estudar em outros cursos por meio de transferências. Estes casos não são considerados evasão da Universidade, já que o aluno permanece na IES.

Todavia, conforme Cunha, Tunes, Silva (2001):

O prejuízo com a saída do aluno do curso é certo: perde o aluno ao não se diplomar, perde o professor que não se realiza como educador, a universidade, a família e a sociedade. Perde também o País, que olha para o futuro e espera (CUNHA, TUNES, SILVA, 2001, p. 279)

Assim, as diferentes designações não permitem quantificar e qualificar exatamente os casos de evasão e nem estudar as causas, buscando alternativas para superação deste problema. Compreender as diferentes concepções sobre evasão pode auxiliar na implementação de ações institucionais e governamentais, favorecendo a permanência do estudante na universidade.

Entretanto, em que pese inexistir um único conceito para evasão, é pacífico o entendimento de ser um grande problema e maior fonte de preocupação das IES, já que a ociosidade das vagas oferecidas, em grande parte, em razão da evasão, acarreta irreparáveis prejuízos à sociedade, pela perda da oportunidade de formar profissionais qualificados ao mercado de trabalho, bem como em face do desperdício do dinheiro público, em razão dos custos para a manutenção dos cursos em funcionamento, já que demandam grandes investimentos em mão de obra, materiais e estrutura.

Acerca da complexidade do fenômeno evasão, Santos Baggi e Lopes (2011) destacam:

A evasão escolar no ensino superior é um fenômeno complexo e, portanto, não pode ser analisado fora de um contexto histórico mais amplo, pois é reflexo da realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras para o abandono de um curso superior (SANTOS BAGGI, LOPES, 2011, p.01).

No mesmo sentido, refletindo que a evasão é fenômeno complexo e tem demandado estudos, Almeida e Veloso (2000) inferem que:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente os países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades socioeconômico-culturais de cada país (ALMEIDA, VELOSO, 2000, p.14).

A partir da análise dos estudos dos autores antes referidos, entende-se que a evasão é um fenômeno global, que atinge de forma homogênea a todos, independentemente das especificidades das instituições de ensino ou das questões culturais dos diversos povos e regionalidades.

Para Colvero e Jovino (2014), a evasão pode ser dividida em três plataformas:

1. A **microevasão**, evasão do curso, ou seja, o estudante desliga-se do seu curso de origem e migra para outro na mesma instituição de ensino. Nessa há um déficit para o curso, mas um ganho para o aluno, ao evitar outro tipo de evasão;

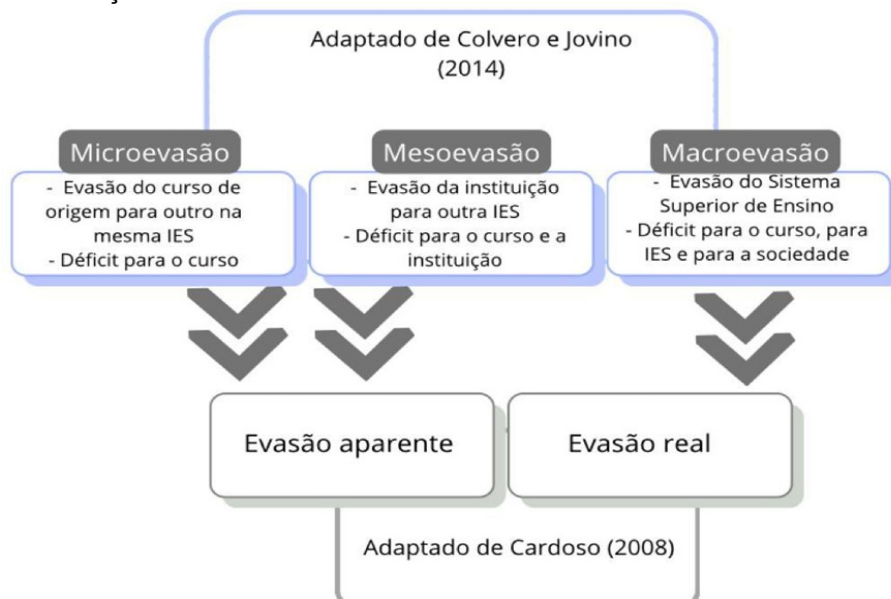
2. A **mesoevasão**, quando o aluno muda de instituição de ensino. Nessa há um ganho para o aluno e um déficit para o curso e para a instituição de origem; e,

3. A **macroevasão**, que consiste na saída ou abandono total do sistema de ensino pelo aluno. Nessa situação todos perdem, o aluno, a instituição e a sociedade, já que há uma perda econômica decorrente do desperdício dos recursos educacionais, uma vez que aquele aluno gerou um custo e esse não foi devidamente aproveitado.

Cardoso (2008) agrupa a evasão em aparente ou real. Na evasão aparente, ocorre a mobilidade do aluno, caracterizada pela troca do curso dentro da própria instituição ou mudança para outra IES. Já na evasão real, o estudante por diversos motivos abandona definitivamente o sistema de ensino.

É possível observar que a classificação aparente apresentada por Cardoso (2008) se aproxima do que Colvero e Jovino (2014) denominam como microevasão e mesoevasão. Já a evasão real discutida por Cardoso (2008) configura-se macroevasão para Colvero e Jovino (2014). A figura 3 representa a aproximação conceitual dos teóricos:

Figura 3 - Classificação da Evasão



Fonte: Adaptado de Colvero e Jovino (2014) e de Cardoso (2008).

Importante registrar que existe ainda, na classificação proposta por Lima e Zago (2018), uma quarta categoria, chamada nanoevasão, que seria a saída do curso em que o aluno está matriculado. Trata-se da evasão dentro do próprio curso, exemplificado pela mudança de turno ou de modalidade (do presencial para o EAD, por exemplo). Podemos perceber que para Colvero e Jovino (2014) essa possibilidade fica contemplada dentro da microevasão, que já considera o prejuízo para o curso.

Nesta pesquisa busca-se compreender a macroevasão, saída do aluno do sistema superior de ensino, motivo de maiores preocupações, em razão do desligamento total do aluno, provocando perdas materiais e imateriais para todos os envolvidos.

Uma constatação que de imediato pode ser observada na análise dos artigos selecionados é que o problema da evasão no ensino superior é uma questão que atinge todo o Brasil, não sendo prerrogativa de determinada região ou estado. Atinge a todos, independentemente das realidades culturais, econômicas e sociais que, em nosso país de dimensões continentais, são tão diversificadas.

Abaixo, podemos comprovar essa assertiva, através da observação dos dados compilados, acerca da regionalidade dos estudos coletados:

Quadro 4 - Instituição de ensino e *locus* da pesquisa

Código	Instituição de ensino <i>locus</i> da pesquisa
ART-01	Cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo/SP
ART-02	Cursos de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
ART-03	Curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
ART-04	Ensino Superior de todas as regiões brasileiras (proporcionalidade de participação na amostragem: Sudeste=45%; Sul=30%; Nordeste=17%; Centro-Oeste=5%; e Norte=3%)
ART-05	Cursos de graduação da Universidade Federal de Ouro Preto/SP
ART-06	Curso de Licenciatura em Física – Universidade Federal de Bragança/PA
ART-07	Cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/GO

Fonte: Autora (2022)

É possível perceber que, em relação ao contexto, cinco trabalhos tiveram por objeto instituições de ensino federal: ART-01, ART-03, ART-05, ART-06 e ART-07; um trabalho foi desenvolvido em instituição de ensino estadual, ART-02; as instituições públicas e particulares são lócus do ART-04. As pesquisas contemplam vários cursos e áreas do conhecimento.

Essa mesma diversidade pode ser observada quanto às regiões em que estão localizadas as IES: Estado de São Paulo (ART-01 e ART-05), do Mato Grosso (ART-02), do Rio Grande do Sul (ART-03), do Pará (ART-06), de Goiás (ART-07) e um artigo apresenta estudo geral que abarca todas as regiões brasileiras (ART-04).

Com efeito, o Quadro 4 demonstra que a questão da evasão é pulverizada e atinge toda a sociedade. Dessa forma, imensurável é a contabilização dos prejuízos advindos, já que, se em tese os prejuízos materiais podem ser contabilizados, mesmo que apenas por estimativas, isso não é possível quantificar em termos de prejuízos imateriais.

Importante destacar Ambiel, Cortez e Salvador (2021), estudo que realiza um diagnóstico geral da evasão em todas as regiões brasileiras, não um estudo pontual para determinada região, instituição ou área do conhecimento, que referenda o entendimento de que a questão da evasão é geral e não adstrita a uma determinada localidade ou realidade social e cultural, bem como que seus motivadores são diversos e vão desde questões vocacionais e institucionais, até questões socioeconômicas e de falta de suporte.

A seguir, traremos uma análise das contribuições dos artigos para entender o fenômeno da evasão no ensino superior no que diz respeito às suas causas.

2.3 Dos fatores/causas da evasão

Diversos são os fatores que contribuem para a evasão. Segundo Ambiel, Cortez e Salvador (2021), os principais preditivos para a evasão dizem respeito aos fatores vocacionais, interpessoais, institucionais, falta de suporte, carreira e desempenho acadêmico. Os autores analisaram a evasão sob a óptica dos estudantes trabalhadores e não trabalhadores, e concluíram que, para os primeiros, o financiamento próprio dos seus estudos aumentou os motivos para a potencial evasão, desencadeada pela falta de suporte.

Para Cespedes *et al* (2021), a questão de suporte (auxílio) é preponderante na redução da evasão, já que constataram que o percentual de alunos evadidos é maior entre os estudantes que não recebem nenhum tipo de auxílio. Ressaltam que os beneficiados por programas sociais tendem a permanecer nos cursos.

Garcia, Lara e Antunes (2021), reafirmam que as políticas de vagas apenas garantem o acesso ao ensino superior, mas não corrigem o problema da desigualdade social. Ainda, indicam que os fatores da evasão podem ser internos, relacionados às características das IES e dos cursos, ou externos, acerca dos aspectos econômicos, sociais, culturais e pessoais (vocacionais) dos estudantes.

Essa questão acerca dos fatores pessoais e institucionais é evidenciada por Lamers, Santos e Toassi (2017), ao analisar esse tema sob a perspectiva de alunos e professores, apontando cinco categorias preponderantes da evasão, são eles: adaptação; conciliação dos estudos com atividades profissionais; relacionamento com os pares; sistema de avaliação da aprendizagem; e suporte da instituição para a permanência do estudante.

O estudo de Pena, Matos e Coutrim (2020), analisa o percurso dos estudantes cotistas em relação aos de ampla concorrência, e são taxativos ao afirmarem, em síntese, que entre os cotistas, os estudantes evadidos pertencem ao nível socioeconômico “mais baixo”, “baixo” e “médio baixo”, mas que na amostra toda, não existe diferença significativa na proporção de evadidos, se comparados os discentes cotistas com os estudantes de ampla concorrência. Já para Moura, Mandarino e Silva (2020) o fator vocacional é determinante da evasão. Ainda identificaram que, quanto mais no final do curso, menor é a propensão para o abandono.

Herbetta (2018), analisa as práticas de acesso e permanência da Universidade Federal de Goiás para os coletivos culturalmente diferenciados, e aponta que as questões institucionais – necessidade de democratização, por transformações estruturais e concretas – são preponderantes na redução dos índices de evasão.

Ainda quanto ao tema, o acolhimento e a integração do aluno ao ambiente acadêmico também é preponderante nos índices de evasão. Nesse sentido, a pesquisa de Silva *et al.*, (2019), desenvolvida com 155 coordenadores vinculados às IES privadas e públicas de todas as regiões do Brasil, identificou menor evasão dos alunos naquelas que investem na promoção da integração dos alunos entre si e ao ambiente acadêmico, no acompanhamento e intervenção nas dificuldades de ensino e aprendizagem, monitoramento dos índices de absenteísmo, e na promoção de atividades de orientação acerca do curso objeto da matrícula. O estudo em tela comprovou que o acolhimento do aluno pela instituição e sua integração com o

ambiente universitário são fundamentais para garantir a permanência do estudante na instituição de ensino a que está vinculado.

No mesmo sentido, Araújo, Silva e Pederneiras (2022), indicam que o acolhimento e acompanhamento dos alunos são apontados pelos docentes como determinantes para auxiliar na redução da evasão.

Para García *et al.* (2016), o grau de integração e satisfação acadêmica está diretamente ligado ao desempenho acadêmico, o que se torna um elemento determinante na decisão de permanecer ou abandonar os cursos, impactando diretamente nos índices de evasão universitária. A universidade pode implementar ações, com a adoção de medidas de suporte que podem ser utilizadas como ferramentas de apoio para garantir a permanência e conclusão dos cursos.

Estudos mostram que a satisfação com o curso e com o ambiente acadêmico está diretamente ligada às IES, já que cada curso e modalidade de ensino possuem características específicas. Conforme Lira (2020) em artigo que analisou a evasão nos cursos a distância, os resultados apontaram que, geralmente, os fatores da evasão estão diretamente relacionados com o suporte tecnológico e de tutores.

Desse modo, observamos que inúmeras são as causas e fatores da evasão, mas todos os estudos indicam a relação com a falta de suporte para conciliar a vida de estudante com a de trabalhador ou familiar e pela necessidade de apoio material, tecnológico e econômico, que permita frequentar os cursos e manter a sua subsistência. Para que os estudantes consigam dar continuidade aos seus estudos, as instituições se valem de políticas ou práticas institucionalizadas que induzem à permanência. As reflexões sobre as estratégias de permanência discutidas pelos autores da revisão de literatura embasam a próxima seção do trabalho.

2.4 Principais resultados e contribuições para a permanência

Entendemos ser relevante e necessário que se destaque os principais resultados e contribuições desses estudos, já que sugerem mecanismos de controle e ações de ampliação ou de melhorias nas políticas de permanência, que por consequência podem ser adotados na UNIPAMPA. A seguir, uma síntese das principais contribuições dos autores acerca da temática sob análise.

Conforme Cespedes *et al.* (2021), o programa PAPE da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP tem sido eficaz para garantir a permanência de estudantes vulneráveis e para promover condições de melhor desempenho acadêmico, contudo apontam a necessidade de ampliar seus recursos e transformar o PNAES em política de Estado. Apontam essa necessidade em razão das limitações orçamentárias, que impõe às IFES a priorização de determinadas necessidades dos estudantes em detrimento de outras, o que importa em deixar parcelas de estudantes sem o suporte necessário.

Garcia, Lara e Antunes (2021), demonstram que tanto o fenômeno da evasão, quanto os motivos causadores do problema, variam conforme a área do conhecimento dos cursos, inferindo haver perfis que reagem de forma diferente aos problemas do meio acadêmico. A pesquisa aponta, ainda, que há diferenças no impacto de abandonos causados pelos diversos fatores motivadores da evasão, sendo essa taxa mais expressiva nos cursos de ciências exatas e havendo predominância do fator financeiro como uma das principais causas.

Lamers, Santos e Toassi (2017), identificaram cinco categorias principais de significado de retenção e evasão: a) chegada e adaptação à universidade; b) conciliação trabalho-estudo; c) vivências em sala de aula; d) avaliação da aprendizagem; e, e) papel da instituição de ensino na permanência dos estudantes. Indicam a necessidade de implementar ações que contemplem as percepções de gestores, professores e estudantes no sentido de mitigar os índices de evasão. Para os autores, ouvir esses sujeitos é fundamental para promover o sucesso acadêmico e a permanência dos estudantes no curso até sua conclusão.

Ambiel, Cortez e Salvador (2021) identificaram para a potencial evasão fatores de vocação, de carreira, de desempenho acadêmico, de relações interpessoais e de falta de apoio e suporte. Esses indicativos apontam que a potencial evasão pode ser compreendida por eventos relacionados ao tipo de instituição, financiamento, autoavaliação de desempenho e grau de satisfação com o curso, situação econômica e opção profissional. Ao confrontarem as relações entre estudantes que trabalham e não trabalham, apontam o índice maior de evasão entre esses últimos. Destacam, ainda, que existem particularidades a serem observadas para desenvolver políticas e práticas, com o objetivo de maximizar a permanência dos alunos na graduação e otimizar o planejamento da trajetória acadêmica e

profissional desses alunos, para cada um dos grupos analisados (trabalhadores e não trabalhadores).

Pena, Matos e Coutrim (2020), ao analisarem os percursos de alunos cotistas e não cotistas, focaram no desempenho acadêmico dos estudantes e concluíram que a maioria dos estudantes cotistas, embora tenham uma nota menor na pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no ingresso, tem desempenho acadêmico similar ao dos estudantes da ampla concorrência. Afirmam também que ao comparar a reprovação e a proporção de evasão de estudantes cotistas e de ampla concorrência, não encontraram diferença estatisticamente significativa. Concluem que a política de cotas tem colaborado para o acesso de uma parcela significativa de estudantes de camadas populares no Ensino Superior, sobretudo nos cursos de maior prestígio, mas também apontam a questão socioeconômica como um fator preponderante na evasão, apurando que mais de 90% dos alunos evadidos pertenciam ao nível socioeconômico mais baixo.

Moura, Mandarino e Silva (2020) em estudo de caso do curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará *Campus* Bragança, indicam a necessidade do tratamento estatístico dos dados (número de ingressantes, matriculados e concluintes) da sinopse do ensino superior divulgada pelo INEP, para calcular as diversas formas de evasão. Aduzem a necessidade de aprofundamento da pesquisa, a fim de identificar os motivos e as causas da evasão; os agentes causadores da evasão nos primeiros semestres (nos quais afirmam ser maior o índice de evadidos) e de intensificar as políticas públicas para a conclusão e êxito do curso.

Herbetta (2018) descreve e analisa algumas políticas de inclusão e permanência da Universidade Federal de Goiás, e conclui pela necessidade de democratização das universidades, mas evidencia que isso somente será possível se houver vontade dos agentes envolvidos – políticos, gestores, docentes e discentes – para superar os entraves estruturais e históricos, além do caráter elitista das instituições. Acrescenta que apenas uma universidade que inclui concreta e efetivamente a diferença, do ponto de vista político e epistemológico, de transformar suas dinâmicas estruturais, considerando também os modos próprios de pensar o mundo de outros contingentes populacionais culturalmente diferenciados, pode contribuir para uma sociedade mais tolerante, equilibrada e para um uso mais consciente do poder.

Observamos, a partir dos dados, que resolver ou mitigar o problema da evasão perpassa pela necessidade de maior apoio aos estudantes, quer seja no sentido de auxílio material, através das políticas de permanência e auxílio estudantil, quer seja pela reorganização e democratização das IES, no sentido de ajustes de turnos, ofertas de cursos e ações de gestão que enxerguem a realidade dos discentes.

Também quanto ao evento evasão, os estudos apontam que o problema não é restrito a uma área geográfica, a uma determinada região ou realidade cultural, mas que constitui problema difuso, que atinge todas as regiões do país.

Podemos afirmar, que os índices de evasão estão diretamente relacionados à questão financeira, ou seja, à falta de suporte material e de apoio aos estudantes, especialmente àqueles oriundos das classes sociais mais vulneráveis economicamente e que, em função dessa realidade, não podem dedicar tempo integral e exclusivo à sua formação, precisando conciliar a graduação com atividades profissionais, já que necessitam trabalhar para a sua subsistência e, muitas vezes, auxiliar na subsistência das suas famílias.

Outra pista sobre evasão se relaciona à vocação ou identificação com o curso, também tem muito a ver com a questão econômica, já que ante a impossibilidade de dedicação exclusiva à sua formação, muitas vezes a questão vocacional fica relegada a segundo plano, e o estudante – em razão da sua realidade socioeconômica – tem que se “colocar” em um dos cursos que consegue conciliar com a sua disponibilidade e horários de trabalho, e não no curso que realmente gostaria, já que não possui o necessário suporte para esse fim. Desse modo, incontáveis vezes o abandono pela causa vocacional, se investigado mais profundamente, poderá revelar que possui relação direta e indissociável da questão socioeconômica.

Outra contribuição, foi quanto ao fato de não ser significativa a diferença entre evadidos cujo ingresso se deu através da reserva de cotas, daqueles estudantes que ingressaram através da ampla concorrência, quer seja nos percentuais dos alunos que abandonam os cursos, quer seja no rendimento acadêmico.

Percebemos que variados são os motivos do abandono dos cursos, mas que a maioria, em alguma medida, tem como fato gerador a questão material, pela falta de apoio e de suporte que lhe permita não só o acesso aos bancos universitários,

mas a uma maior diversidade de opções, já que aqueles cursos que exigem tempo integral alijam do processo os estudantes mais vulneráveis socialmente.

Grandes são os desafios da gestão universitária para redução do problema; podemos também concluir que não é solução que possa ser imposta por esse ou aquele nível, ou esfera de poder. É necessário um diagnóstico junto à comunidade estudantil, corpo docente, gestores, políticos e afins. É uma discussão que envolve toda a sociedade, já que a educação é libertadora, mas alcançar êxito nesse propósito é movimento do coletivo, não do individual.

Após a apresentação da revisão de literatura, traçamos um panorama da expansão do ensino superior federal no Brasil, a partir do ano de 2003, destacando a fundação da UNIPAMPA e os cursos atualmente ofertados pela IES. Ainda, sobrealça-se dados sobre a evasão nas suas licenciaturas. Na sequência, apresentam-se as políticas e estratégias de acesso e permanência no ensino superior, tanto no Brasil, quanto no âmbito da UNIPAMPA.

3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Nas últimas duas décadas houve grande expansão no número de universidades públicas federais brasileiras, de 73 universidades em 2002 (INEP, 2002), para 119 em 2021 (INEP, 2021). Essa expansão consolidou-se com o Decreto 6.096 (BRASIL, 2007), que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cuja meta era aumentar a taxa de conclusão dos cursos presenciais e melhorar a aplicação dos recursos nas universidades. Como diretrizes, o seu artigo 2º estabeleceu uma série de requisitos a serem atingidos, entre eles a redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento das vagas de ingresso.

Se compararmos os dados do Censo da educação Superior no Brasil, utilizando os relatórios referentes ao ano de 2010/2011 (marco inicial da pesquisa) e, ao ano de 2021, observamos que grandes foram os investimentos nesse período, o que pode ser constatado pelos números na ampliação de vagas, nos cursos e IES.

Quadro 5 - Dados INEP 2010/2021

	2010	2021	Variação (%)
1. Instituições de ensino superior	2.365	2.574	8,8372%
2. Cursos	30.420	43.085	41,63%
3. Número de vagas	4.754.310	22.677.486	376,9880%
3.1 Número de vagas presenciais	3.120.192	5.940.636	90,3933%
3.2 Número de vagas EAD	1.634.118	16.736.850	924,2131%
4. Total de matrículas	6.379.299	8.987.120	40,8794%
4.1 Matrículas modalidade presencial	5.449.120	5.270.184	-3,2838%
4.2 Matrículas modalidade EAD	930.179	3.716.370	299,5328%
5. Concluintes	1.022.711	1.327.325	29,7850%
6. Ingressantes	2.359.409	3.945.091	67,2067%

Fonte: Autora (2023)

Se compararmos os números totais, percebe-se que as vagas ofertadas em 2021 na modalidade presencial tiveram um aumento superior a 90%, e, em contrapartida, uma retração de 3,28% no número de matrículas. Se analisarmos a modalidade EAD no mesmo período, veremos um incremento de mais de 924% e as matrículas aumentaram (apesar de não na mesma proporção), três vezes em relação ao ano de 2010.

Representamos no gráfico a seguir a proporção entre o aumento do número de vagas e o número de concluintes, o que demonstra que a expansão das vagas, por si só, não garantiu a formação discente na mesma proporção.

Gráfico 1 - Expansão e conclusão no ensino Superior.

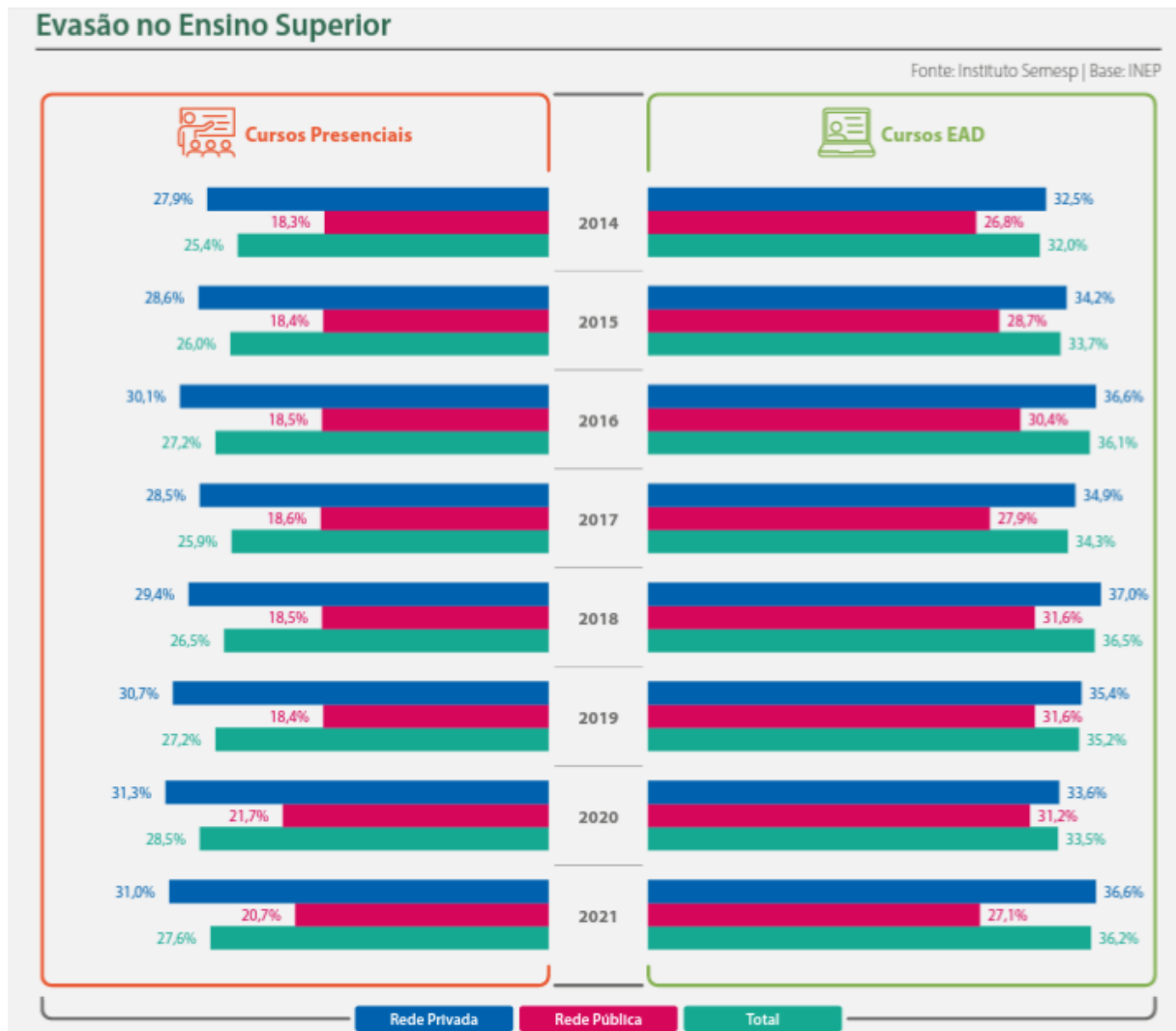


Fonte: Adaptado dos relatórios INEP (2010) e INEP (2021).

Percebe-se que o número de concluintes no ano de 2021 representa apenas 29,78% de ampliação em relação ao ano de 2010, quando o número de vagas disponíveis no mesmo período alcançou 376,98%, o que indica que a garantia do acesso à graduação, em razão das vagas disponíveis, não garante a respectiva permanência e conclusão dos cursos. Podemos, ainda, analisar os dados apontados no relatório Semesp¹ (2023), a seguir:

1 Instituto Semesp Semesp – Excelência a Serviço do Ensino Superior

Gráfico 2 - Dados sobre evasão Relatório Semesp 2023



Fonte: Relatório Semesp (2023).

O relatório demonstra que a evasão se mantém de forma significativa, sendo que os índices aumentaram nas instituições privadas e apresentam certa estabilidade nas instituições públicas. Os índices de evasão são elevados, entre 25% e 40%, sendo que nos cursos presenciais, apesar de significativos, são menores que no ensino a distância. Contudo, desses números não se vislumbra indicativo de tais percentuais de evadidos terem sido reduzidos no decorrer dos anos.

3.1 Criação da UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa é fruto da expansão relatada e foi fundada dentro da óptica do governo federal da época, de ampliação do ensino superior e de investimento nas localidades mais remotas e menos desenvolvidas, visando fomentar o desenvolvimento econômico e social. Criada através da Lei 11.640 (BRASIL, 2008), seus principais objetivos estão expressos no seu artigo 2º, nestas palavras:

Art. 2º A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, *online*)

Assim, a UNIPAMPA tem abrangência regional, possuindo dez *campi* nas cidades de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, promovendo o desenvolvimento regional e do estado por via de consequência, já que impulsiona a economia através da educação.

A partir das informações disponíveis no site oficial da Instituição, construímos uma ilustração localizando os *campi* no mapa do Estado, indicando os números de graduação e de licenciaturas ofertadas em cada uma das unidades. No mapa em destaque são demonstrados o número total de cursos ofertados no ano de 2022 em cada *campus* e quantos desses são licenciaturas. Podemos observar, por meio da imagem a seguir (Figura 4), que dos setenta e sete cursos oferecidos pela UNIPAMPA, vinte e cinco são licenciaturas e, destas, vinte da área das humanas e cinco da área das exatas.

Analisando a imagem e os dados nela dispostos, percebemos que não há uma distribuição uniforme das licenciaturas na região, já que duas das dez unidades na instituição, Alegrete e Santana do Livramento, não possuem nenhuma licenciatura, enquanto em Bagé 54,54% dos cursos são licenciaturas. Em Jaguarão esse percentual alcança 80% dos cursos ofertados. Os demais *campi* possuem ao menos um curso nessa área. Aparentemente esses números indicam a preocupação do Estado com o investimento na formação docente.

Figura 4 - UNIPAMPA – *Campi* e graduações/licenciaturas



Fonte: Adaptado das informações do site da UNIPAMPA (2022).

Contudo, isoladamente, essa expansão da educação superior, com a criação de novas universidades, ampliação e diversificação dos cursos, com o sistema de cotas e o aumento de vagas de ingresso nas universidades, segundo Saccaro, França, Jacinto (2016), não são suficientes para garantir a elevação proporcional do número de profissionais e pesquisadores formados; é preciso proporcionar, igualmente, condições de permanência para a conclusão dos percursos formativos no ensino superior.

Como vemos, necessárias são as ações no sentido de garantir que o percurso formativo seja concluído e a evasão reduzida substancialmente.

3.2 Cenário de evasão na Universidade Federal do Pampa - Cursos de Licenciatura do *Campus Bagé*, RS

A UNIPAMPA, em dezembro de 2021, criou o Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos (NIDA)² com a intenção de implementar o Programa Institucional

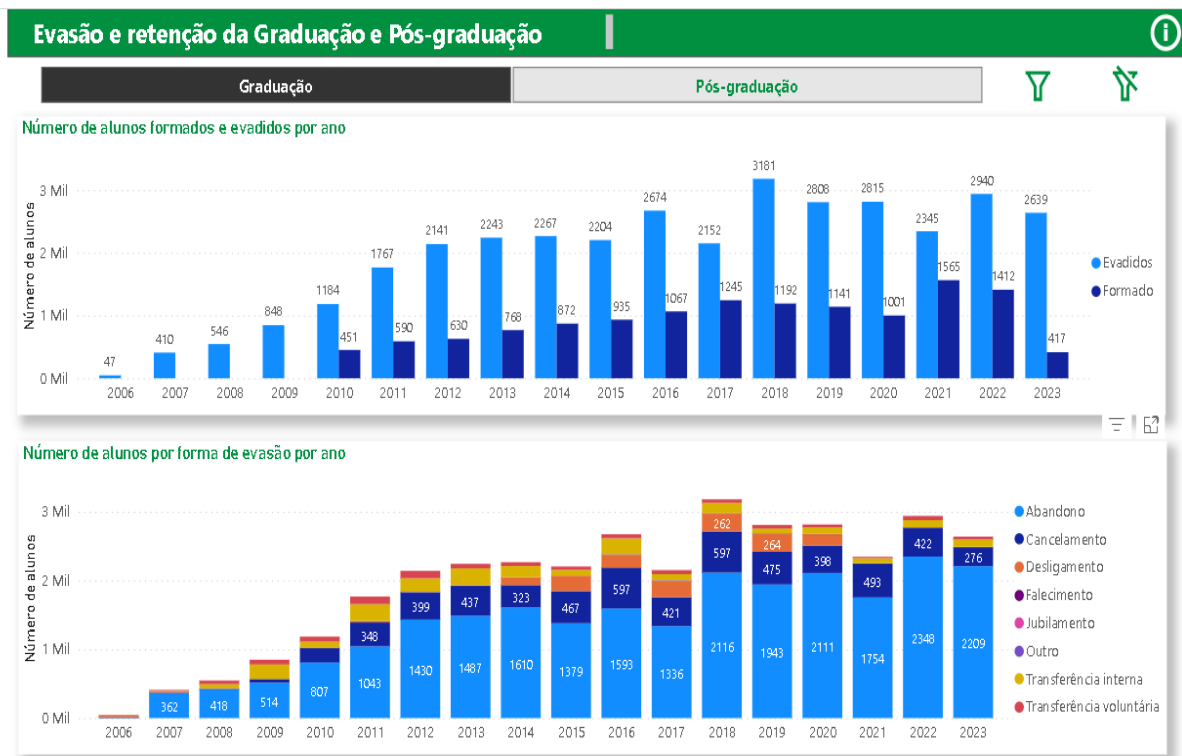
² <https://sites.unipampa.edu.br/nida/sobreonida/>

de Acompanhamento e Enfrentamento da Retenção e Evasão, tendo como uma de suas ações a geração e a disponibilização de dados acadêmicos.

As figuras 5, 6 e 7 apresentam telas disponíveis no site do núcleo, com dados atualizados em tempo real e foram trazidas para o texto com a intenção de mostrar os indicadores gerais de evasão da UNIPAMPA, do *Campus Bagé* e especificamente dos cursos em análise nesta unidade, as licenciaturas

Na figura 5, constam os dados gerais e a forma da evasão da UNIPAMPA, no período de 2006 a 2023, segue:

Figura 5 - Dados de evasão e retenção gerais da UNIPAMPA



Fonte: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/> (2023)

Identificamos que na última década o número de evadidos na UNIPAMPA varia de 2 a 3 mil alunos. Considerando que os dados de 2023 indicam aproximadamente 10 mil alunos matriculados, o dado representa de 20% a 30%. Também se percebe que entre as formas de evasão prevalece o abandono, seguido do cancelamento.

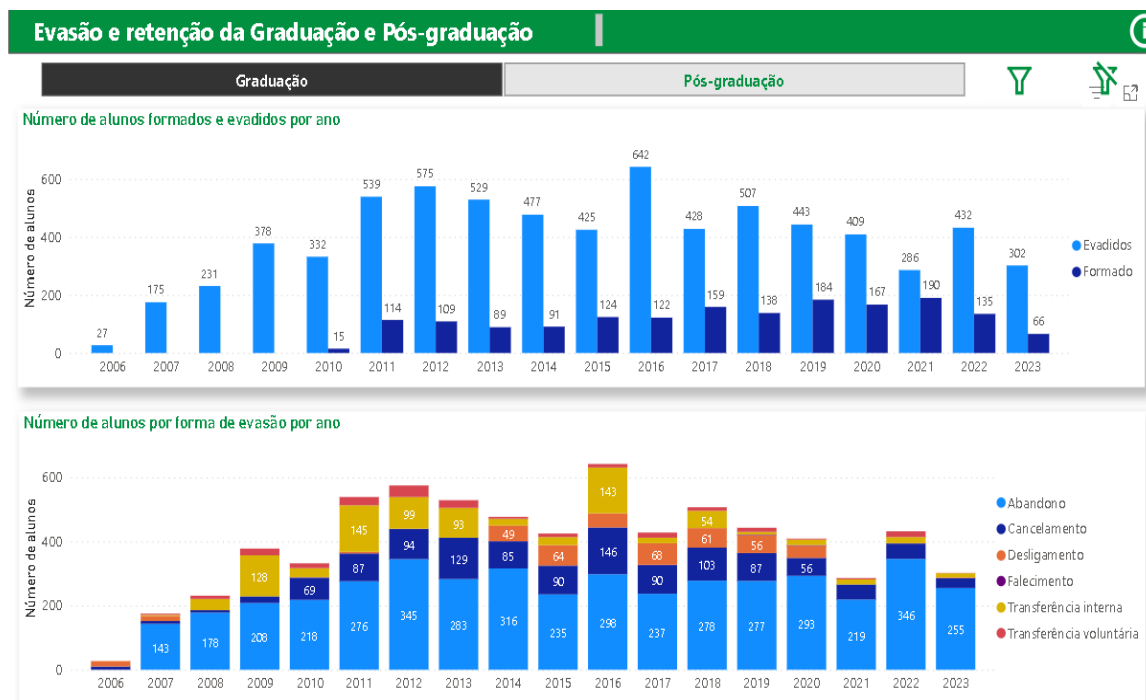
Como demonstram os dados, a UNIPAMPA apresenta um elevado e constante índice de evasão durante o período, com destaque para o ano de 2018. A

Universidade Federal da Integração Latino-Americana³, elaborou uma nota de esclarecimento sobre as informações divulgadas nos meios de comunicação a respeito do ranking das universidades com maiores índices de evasão, tendo como fonte as informações divulgadas pelo MEC.

Nestas notícias⁴ e na nota de esclarecimento, consta a informação que a UNIPAMPA liderou o ranking de evasão universitária, em 2018, com 34,9%, enquanto o percentual da segunda colocada, UNILA, foi de 26,9%. Mesmo sabendo que há divergências em relação ao cálculo de evasão e que este ranking pode ter alterações, como sinaliza a própria UNILA, os índices são elevados e merecem atenção. Outro elemento importante a ser analisado são os dados no período pandêmico e pós-pandemia, os quais não apresentaram alterações significativas, mantendo-se muito próximos aos números referentes ao ano de 2020 e ao ano de 2022.

Na figura 6, constam os dados gerais da evasão do *Campus* de Bagé da UNIPAMPA, e percebemos que diferente dos dados gerais da Instituição, a unidade teve maior número de evadidos em 2016 e o menor em 2021.

Figura 6 - Dados de evasão e retenção da UNIPAMPA



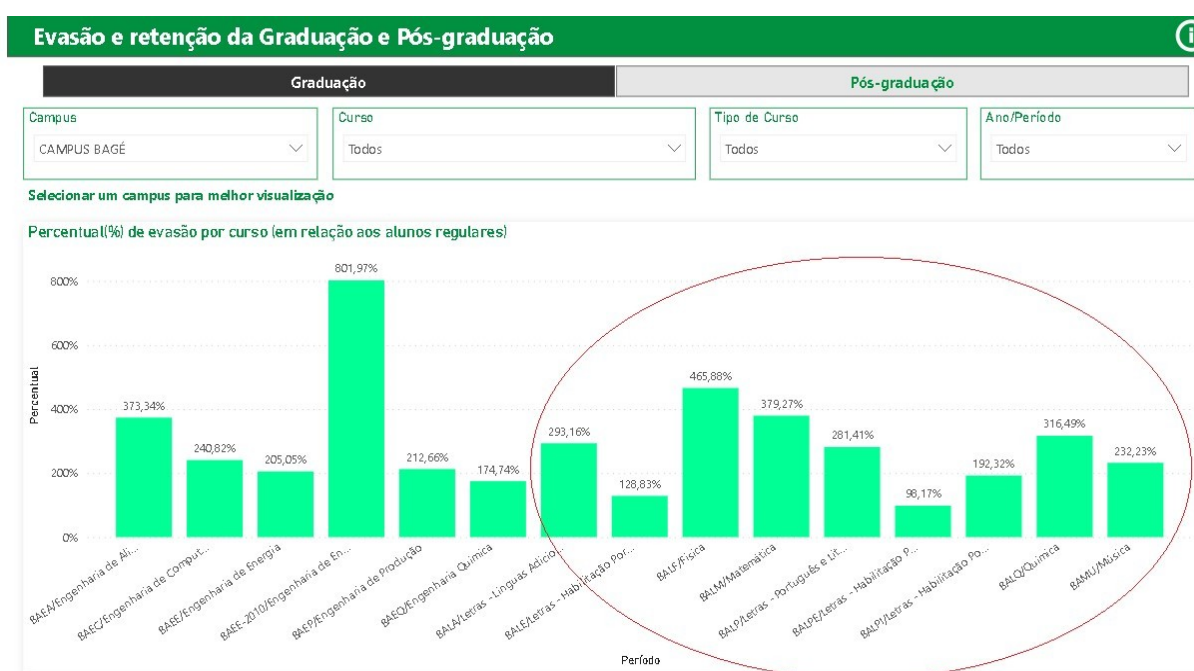
Fonte: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/> (2023)

³ <https://portal.unila.edu.br/reitoria/espaco-reitoria/dados-sobre-a-taxa-de-evasio-nas-universidades-federais>

⁴ <https://www.poder360.com.br/governo/universidades-federais-tem-evasio-de-15-em-2018/>

Também é possível identificarmos no NIDA, os indicadores de evasão nos cursos do *Campus Bagé* entre 2006 a 2023, figura 7, sendo que no círculo estão as Licenciaturas. Importante destacar que a imagem apresenta os dados da Licenciatura em Letras Línguas Adicionais por habilitação (Português/Espanhol, Português/Literatura e Português/Inglês), e de Letras (Português e Português e Literaturas da Língua Portuguesa), por isso em vez de seis cursos, aparecem nove.

Figura 7 - Indicadores de Evasão do *Campus Bagé*. Destaque Licenciaturas.



Fonte: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/> (2023)

Entre as licenciaturas, os maiores indicadores de evasão estão na área de Exatas (Física, Matemática e Química), corroborando pesquisas que apontam que a graduação em Física, por exemplo, está entre os cursos que possuem as maiores taxas de evasão em todo o território nacional. (SILVA FILHO, *et al*, 2007).

O Relatório de Gestão 2022 e o Plano de Ação 2023⁵ da UNIPAMPA *Campus Bagé* (fl.45) apresentam os dados da evasão na unidade no período de 2018 a 2022, demonstrando que é elevado o número de estudantes que deixaram de frequentar os cursos de graduação. A seguir são apresentados os dados extraídos do referido relatório:

⁵ Disponível em

https://unipampa.edu.br/bage/sites/bage/files/documentos/relatorio_de_gestao_bage_2022.pdf

Quadro 6 - Evasão no *Campus Bagé* da UNIPAMPA (2018 a 2022)

	Transferências					Abandonos					Trancamentos				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Engenharia de Alimentos	0	0	0	0	1	36	32	7	11	48	7	9	8	0	21
Engenharia de Energia	2	0	0	1	4	21	21	17	24	23	2	9	10	0	19
Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia de Computação	2	3	0	0	2	27	30	3	42	48	5	25	15	0	31
Engenharia Química	1	4	2	1	2	23	23	7	4	16	4	9	9	0	4
Engenharia de Produção	0	4	0	1	3	30	21	8	13	64	2	17	23	0	33
Física Licenciatura	0	0	0	0	1	20	22	17	13	9	4	15	9	0	5
Matemática Licenciatura	3	1	0	0	2	32	41	10	46	22	6	12	9	0	20
Química Licenciatura	0	1	0	0	0	22	18	8	16	14	4	15	6	0	8
Letras Português Licenciatura	3	0	0	0	1	32	30	10	37	49	3	14	15	0	33
Letras Português/Espanhol Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letras Português/Inglês Licenciatura	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Letras Línguas Adicionais Licenciatura	0	0	0	0	1	17	32	11	19	29	8	6	12	0	22
Música Licenciatura	0	0	0	0	1	15	6	5	27	21	6	6	7	0	18
TOTAIS	11	13	2	3	18	276	276	103	252	343	52	137	123	0	214

Fonte: Autora (2022)

A análise quantitativa dos números apresentados, mostra que mais de 70% dos casos de evasão se dá por abandono do sistema de ensino; enquanto aproximadamente 30% se dá por trancamento. Aparentemente não é significativa, na UNIPAMPA, a diferença dos índices de evasão em razão da área do conhecimento das licenciaturas, já que se compararmos esses percentuais, poderemos constatar que nas Engenharias o percentual de evadidos correspondeu a 51,88%, enquanto nas Licenciaturas esses números representam 48,12%, ou seja, em princípio, a diferença percentualmente considerada representa menos de quatro por cento.

Já para Gatti (2011), de forma geral os cursos de licenciaturas possuem um índice de evasão acima da média, já que somente cerca de 30% dos ingressantes concluem a graduação. O Censo da Educação Superior⁶ (BRASIL, 2023) atualiza de forma negativa os dados apresentados por Gatti em 2011, mostrando que “em 2022, os concluintes de bacharelado corresponderam a 58,6% do total de concluintes, enquanto a licenciatura teve uma participação de 20% e os tecnológicos, 21,4%” (BRASIL, 2023, p. 28). Esses dados sinalizam um decréscimo na conclusão.

Os fatores podem estar relacionados à facilidade de acesso, pois os cursos de Licenciatura geralmente estão entre os menos procurados. A escolha também se relaciona a uma possibilidade de transferência para outro curso ou instituição, bem como o interesse em ter um curso superior para prestar concurso público. A evasão geralmente ocorre quando o estudante se depara com a realidade da escola, nas práticas pedagógicas e estágios supervisionados, estando imerso com questões que envolvem a profissão, e perpassam o atual contexto socioeconômico e cultural da docência.

Com base na literatura, e nos dados oficiais antes referidos, percebemos que a microevasão é um fator determinante nas Licenciaturas, sendo assim buscamos os dados dos cursos da UNIPAMPA - *Campus* Bagé, entre os anos de 2018 e 2022, organizados no quadro 7.

Quadro 7- Mobilidade na UNIPAMPA (2018 a 2022)

(continua)

	INTRA CAMPUS					EXTRA CAMPUS				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Engenharia de Alimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia de Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia de Computação	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Engenharia Química	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Engenharia de Produção	0	0	0	1	0	1	1	4	1	0
Física Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matemática Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

⁶ https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf

Quadro 7 - Mobilidade na UNIPAMPA (2018 a 2022)

(continuação)

	INTRA CAMPUS					EXTRA CAMPUS				
	2018	2019	2020	2021	2022	2018	2019	2020	2021	2022
Química Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letras Português Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Letras Português/Espanhol Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letras Português/Inglês Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letras Línguas Adicionais Inglês, espanhol e respectivas literaturas- Licenciatura	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0
Música Licenciatura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	0	0	0	1	0	3	5	8	1	0

Fonte: Autora, 2023. Construído com base no Relatório de Gestão 2021 e no Plano de Ação 2022 da UNIPAMPA *Campus* Bagé

A microevasão é considerada pela UNIPAMPA como mobilidade interna (o estudante se desloca para outro curso dentro ou fora da unidade de referência, mas dentro da instituição). Estes números não são considerados pela UNIPAMPA para fins de apuração dos índices de evasão, contrariando a literatura, já que para Colvero e Jovino (2014) a microevasão, deve ser considerada porque causa um prejuízo ao curso de origem.

Como pode ser observado no quadro 7, ocorreu 01 mobilidade entre os cursos do próprio *Campus* e 17 para outros campi da Instituição, indicador baixo considerando que no mesmo período (quadro 6), 1833 estudantes evadiram no *Campus* Bagé.

Nesta pesquisa, se trabalha com a macroevasão, saída do aluno do sistema superior de ensino, e impõe-se destacar que o próprio relatório da UNIPAMPA registra a preocupação com as causas e fatores da evasão, já que, na apresentação da análise crítica dos dados coletados neste documento, há menção à grande inquietação com os números apurados e destaca-se a necessidade urgente de mapeamento dos discentes, de debater, de repensar e de promover mais ações institucionais de assistência estudantil para viabilizar a permanência dos alunos da graduação.

Alguns estudos já foram produzidos acerca do tema, com o olhar voltado para a UNIPAMPA, e citaram a expectativa de que parte dos problemas estariam resolvidos com auxílio estudantil:

Alguns pontos mencionados já foram amenizados ou serão solucionados com as bolsas de desenvolvimento acadêmico e bolsas de permanência da instituição, bem como auxílio para estudantes vindos de outros estados e a chegada de uma assistente social em cada *campus*. Assim, os aspectos referentes a dificuldades financeiras e necessidades dos alunos serão encaminhados ou resolvidos com mais facilidade (JOSÉ; ANDREOLI, 2011, p.70).

Como podemos constatar, do estudo referido acima, desde o início da UNIPAMPA a evasão já era realidade e preocupação da Instituição. Destaca-se que o estudo em foco foi realizado em 2011 e teve como período de análise o início das atividades acadêmicas da Instituição.

Outra pesquisa é a realizada por Paulino e Colvero (2022), que teve a Licenciatura em Ciências Humanas do *Campus* São Borja da UNIPAMPA como objeto e apontou a necessidade de repensar o ambiente interno e infraestrutura da Universidade, a acessibilidade das suas instalações, a estrutura da unidade (biblioteca, salas de aula), e discutir como essas instalações podem contribuir para a evasão. Apontam, ainda, os pesquisadores, que a realização de diagnóstico através do olhar dos discentes seria importante ferramenta para o crescimento e o fortalecimento do curso.

Podemos também referir sobre a pesquisa realizada por Santos *et al* (2022), junto ao *Campus* Dom Pedrito da UNIPAMPA, que destacou como principais causas da evasão a não adaptação ao ensino, a imaturidade ou deficiência na formação básica, a dificuldade de acesso às políticas estudantis de permanência, entre outras. O estudo em questão aponta, ainda, que para a redução dos índices de evasão, são necessárias ações estratégicas que possam mensurar e quantificar os principais pontos que demandam investimentos.

O estudo realizado no *Campus* de Uruguaiana, por Dinardi, Pinheiro e Marzari (2017), no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, demonstra que os índices de evasão ultrapassaram os sessenta por cento e, entre os fatores determinantes para a fuga, identificaram a falta de afinidade com o curso, a dificuldade de acompanhamento e o desânimo em função do trabalho diurno.

Como vemos, ao olhar sobre a UNIPAMPA nos estudos referenciados, os motivos para a evasão aparentemente são semelhantes aos identificados nas

pesquisas que tiveram por objeto outras instituições e outros locais da federação. Foi possível constatar que as questões estruturais da Instituição, as questões pessoais e familiares, e em especial a falta de suporte e insuficiência das políticas estudantis, também lideram os alegados motivos para abandono dos cursos.

No próximo capítulo, faremos uma abordagem das políticas de acesso e permanência no Brasil, a partir da sua regulamentação do PNAES, bem como descreveremos as políticas de permanência previstas pelas normas e regulamentos internos da UNIPAMPA, consideradas fundamentais para garantir a formação superior da maioria da população brasileira.

4 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No ano de 2008, através da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), foi instituído o PNAES, visando a garantir a permanência e conclusão do ensino superior. Posteriormente, a referida portaria foi substituída pelo Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), o qual contemplou as suas diretrizes. Tais mecanismos tiveram a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

O PNAES, no âmbito das universidades federais, tem o condão de ampliar as condições de permanência e conseqüentemente conclusão da educação superior. Perpassa por democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos cursos; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social através da educação.

Apoia a permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, tendo como público-alvo, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Desse modo, o PNAES afirma a educação superior como uma política de Estado e, entre outros, tem como princípios o fornecimento de ensino público e gratuito, igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso, garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil. Seu objetivo geral é baseado na visão da inclusão social. Ainda, o Plano oferece a possibilidade de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.

Os estudos realizados indicam que para o aluno usufruir do direito à educação é preciso que ele tenha condições de permanência e as políticas de acesso e de assistência estudantil são imprescindíveis para promover equidade para

as parcelas da sociedade que historicamente foram excluídas dos bancos universitários.

Assim, entende-se que as ações de suporte à população mais vulnerável socioeconomicamente constituem importantes ferramentas para a permanência e conclusão dos cursos de graduação, exemplificados pela UNIPAMPA; entender a importância e os resultados dessas políticas no âmbito do ensino superior é medida que se impõe, em especial para orientar as ações de gestão das IFES na sua aplicação.

Nesse sentido, referem Céspedes *et al* (2021) que as ações do PNAES, voltadas ao estímulo e permanência dos estudantes, impactam positivamente na redução dos índices de evasão, já que estudos constatam que os alunos cotistas das IFES contemplados com auxílio permanência evadem menos que os alunos cotistas que não tiveram acesso ao benefício.

Importante destacar o estudo de caso de um curso noturno de Odontologia, no qual Lamers, Santos e Toassi (2017) apontam que além dos auxílios estudantis, simples ações de gestão impactam positivamente na redução da evasão, como a reorganização dos horários e dos turnos em que são oferecidas as vagas. Segundo os autores, a oportunidade de o aluno trabalhador ter acesso aos cursos é muito restrita, já que muitos deles (em especial os da área da saúde), via de regra são oferecidos em turno integral, impondo limitações ao estudante trabalhador na hora da escolha do curso superior.

Também é mister destacar que, segundo Ambiel, Cortez e Salvador (2021), autores que analisam a evasão sob o enfoque dos estudantes trabalhadores e não trabalhadores de todas as regiões do país, abrangendo universidades públicas e particulares, a questão financeira é bastante evidenciada e, para enfrentar a evasão por motivos socioeconômicos, se faz necessário o investimento em políticas sociais que favoreçam a permanência nas universidades públicas ou permitam a gratuidade e financiamento nas universidades particulares.

Para esses autores, a compreensão dos motivos da evasão entre os estudantes brasileiros (trabalhadores e não trabalhadores) poderá orientar as políticas públicas e ações institucionais a serem implementadas no sentido de garantir a permanência e conclusão dos cursos, já que o estudo concluiu que os riscos de evasão pela questão financeira são maiores entre os estudantes trabalhadores, pela questão da falta de suporte econômico para a manutenção e

conclusão do curso, do que para os não trabalhadores, que possuem apoio financeiro e suporte material da família, contando com essa importante rede de apoio (AMBIEL; CORTEZ; SALVADOR, 2021).

Essa mesma questão foi observada por Pena, Matos e Coutrim (2020) que afirmam que a política de cotas tem colaborado para o acesso de uma parcela significativa de estudantes de camadas populares no Ensino Superior.

Já Garcia, Lara e Antunes (2021, p. 133), no estudo de caso na Universidade do Estado de Mato Grosso, identificaram a “predominância do fator financeiro como uma das principais causas da evasão”. Corroborando essa conclusão, Moura, Mandarino e Silva (2020), também em um estudo de caso, em suas considerações finais, apontam para a necessidade de serem ampliadas as políticas públicas para a conclusão e êxito do curso de Licenciatura em Física.

Ainda quanto ao tema, Herbetta (2018) registra:

Conclui-se, portanto, que a questão universitária é relacionada à noção de poder, e a forma como este é exercido na sociedade. Nesse contexto, uma universidade mais democrática é uma possibilidade no mundo real no mundo contemporâneo apenas se houver vontade pública dos agentes envolvidos – políticos, gestores, docentes e discentes. Isso, a despeito dos entraves estruturais e históricos, e do caráter ainda elitista da instituição (HERBETTA, 2018, p.331).

Especificamente sobre a importância do diagnóstico sobre a evasão, com levantamento dos seus dados e dos fatores que influenciam a decisão do aluno, Garcia, Lara e Antunes (2021) afirmam ser subsídio indispensável para orientar as políticas de gestão das IES no sentido de redução da evasão. Como pode ser constatado, os estudos demonstram que as políticas de permanência impactam no fenômeno evasão.

4.1 Políticas e estratégias de acesso e permanência de estudantes no Ensino Superior no âmbito da UNIPAMPA

A assistência estudantil na UNIPAMPA é regulamentada pela Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014 (CONSUNI/UNIPAMPA); em consonância com o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC/SESU, que instituiu o PNAES.

Conforme a Resolução nº 84, Art. 1º, cabe à assistência estudantil:

A Assistência Estudantil, por meio de suas ações, visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (UNIPAMPA, 2014, *online*)

A UNIPAMPA possui um conjunto de políticas estudantis que visam, entre outros objetivos, o desenvolvimento de ações para reduzir a evasão universitária. São constituídas por planos, programas, projetos, benefícios e ações no sentido de possibilitar o acesso à educação superior e maximizar a permanência do discente na graduação.

Na sequência, apresentaremos as políticas estudantis previstas na UNIPAMPA, descritas consoante os seus regulamentos⁷. Esses programas visam à formação profissional, bem como dar o suporte necessário para que o discente consiga concluir a sua graduação. As informações, específicas de cada programa abaixo representados, foram construídas com base no site institucional⁸ e passarão a ser detalhadas.

Figura 8 - Plano de Permanência



Fonte: Autora (2023)

⁷ A descrição das políticas estudantis da Universidade foi obtida nos documentos públicos disponíveis no sítio oficial da UNIPAMPA junto à internet.

⁸ <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/assistencia-estudantil/>

4.1.1 Programa de apoio à instalação estudantil

O programa de apoio à instalação estudantil consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ingressantes em cursos presenciais de graduação, oriundos de localidade diversa da qual estão matriculados, com o objetivo de oferecer condições de acesso e permanência na graduação presencial, até a conclusão de processo para ingresso aos programas de assistência estudantil.

4.1.2 Plano de permanência

O Plano de permanência, tem por objetivo a redução da evasão e da retenção, é executado por vários programas de auxílio aos discentes: programas de alimentação subsidiada, programa de moradia estudantil, programa de apoio ao transporte e programa de auxílio-creche.

4.1.2.1 Programa de alimentação subsidiada

Esse programa é provido nas seguintes modalidades:

Auxílio-alimentação complementar: tem o escopo de auxiliar nas despesas provenientes da necessidade de refeição do estudante nos finais de semana. No ano de 2023, onde houver Restaurante Universitário - RU em funcionamento, o valor do auxílio é de oitenta reais.

Alimentação Subsidiada: Nos *campi* onde estiver em funcionamento o RU, os beneficiários do Plano de Permanência poderão acessá-lo com o valor da refeição totalmente subsidiado pela Universidade.

Auxílio-alimentação: destina-se ao custeio de alimentação nos *campi* onde não há RU em funcionamento. Para o ano de 2023 ficou estabelecido o valor de duzentos reais.

Subsídio parcial de Alimentação: Destina-se ao custeio de uma parte do valor da refeição de todos os estudantes, independente da comprovação de renda, proporcionando acesso a uma refeição de qualidade, balanceada e de preço acessível.

Ainda, é possível o fornecimento de cestas básicas a título de alimentação complementar aos discentes que se encontrem em insegurança alimentar e que

estejam matriculados em cursos de graduação presencial e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com amparo na Instrução Normativa UNIPAMPA nº 20/2021.

4.1.2.2 Programa de moradia estudantil

Auxílio-moradia: auxílio no valor de duzentos e cinquenta reais, que visa a contribuir com as despesas decorrentes de pagamento de aluguel ou similar, de discentes cuja residência seja externa ao município de seu *campus* ou na zona rural e que necessite, para manter os estudos, fixar residência em região urbana no município onde está localizado o respectivo *campus*.

Vaga na moradia estudantil: É espaço de acolhimento e moradia, de caráter temporário e gratuito, aos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham da zona rural ou de municípios externos ao do *campus*. Esse benefício, por enquanto, é oferecido apenas nos *Campi* de Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento..

Dentro desse programa, existem os auxílios instalação e auxílio manutenção, regulamentados pela Instrução Normativa UNIPAMPA nº 8/2021, cujo objetivo do primeiro é “garantir a fixação de residência nas Moradias Estudantis da UNIPAMPA, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens de uso coletivo” (UNIPAMPA, 2021). O segundo tem como finalidade “apoiar no custeio das despesas de manutenção dos móveis, eletrodomésticos, limpeza e conservação da Moradia Estudantil” (UNIPAMPA, 2021).

4.1.2.3 Programa de apoio ao transporte

Esse programa visa garantir o deslocamento do aluno, para atendimento das suas atividades acadêmicas, sendo oferecido nos seguintes moldes:

Auxílio-transporte: contribui com despesas de transporte do estudante até o *campus* e/ou para atividades acadêmicas regulares, no valor de oitenta reais.

Auxílio-transporte rural: coopera com as despesas de transporte para realização de atividades acadêmicas dos estudantes residentes na zona rural do

município-sede do *campus* a que estejam vinculados e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de cem reais.

4.1.2.4 Programa de auxílio-creche

É programa de auxílio financeiro aos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da rede pública de educação, que tenham filhos em idade de zero até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por filho.

4.1.3 Programa de apoio emergencial

É regulado na Norma Operacional UNIPAMPA nº 6/2019 e pela Portaria PRAEC nº 12/2019, e visa auxiliar o discente, ingressante ou não, que esteja passando por uma dificuldade que coloque em risco a sua permanência na Universidade. Prevê a possibilidade de oferecer condições de permanência através do acesso imediato aos serviços ofertados pelos programas de assistência estudantil até abertura de processo seletivo para acesso ao benefício.

4.1.4 Programa de ações afirmativas

Este programa destina-se aos estudantes oriundos de instituição de ensino pública ou de família com renda igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo *per capita*, ou que seja afrodescendente, quilombola, ou indígena, ou que possua deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

4.1.5 Programa de apoio à participação discente em eventos

Este programa tem a finalidade de promover a participação dos graduandos em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, que entendemos ser extremamente importante, por fomentar o engajamento e contribuir de maneira ativa no desempenho acadêmico e na formação profissional.

4.1.6 Programa de apoio ao ingressante

O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas da cidade-sede da unidade acadêmica a que estejam vinculados e que se encontrem em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Oferece condições de acesso e permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.

4.1.7 Programa de apoio social e pedagógico

O programa de apoio social e pedagógico consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos na Universidade, por meio de estratégias de acompanhamento sociopedagógico, tais como orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil; fornecimentos de materiais pedagógicos; monitorias; organizações de grupos de estudos; acompanhamento prévio a atividades avaliativas; apoio e orientações sobre planejamento, hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica; entre outros.

4.1.8 Apoio à permanência indígena e quilombola

Considerando a necessidade da criação de política específica para atendimento de discentes indígenas e quilombolas, instituiu-se o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola, que é provido através dos seguintes programas:

4.1.8.1 Plano de apoio à permanência indígena e quilombola – PAPIQ

Programa destinado os discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNIPAMPA, permitindo acesso aos Programas de Alimentação

Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio-Creche, visando oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação – PBP/MEC.

4.1.8.2 Programa de monitoria indígena e quilombola – MonIQ

Este programa consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos indígenas e quilombolas, por meio de estratégias de acompanhamento sociopedagógico, tais como: monitorias, orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil, organizações de grupos de estudos, acompanhamento prévio a atividades avaliativas, apoio para planejamento de estudos, orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica.

Anualmente são selecionados discentes bolsistas para exercerem atividades de monitoria, os quais atuam sob as orientações de servidores dos NuDEs, dando suporte e acompanhamento aos estudantes.

4.1.8.3 Auxílio de desenvolvimento acadêmico indígena e quilombola – ADAIQ

Objetiva complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, e visa promover a iniciação na vida acadêmica dos estudantes indígenas e quilombolas, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade.

4.1.9 Programas de desenvolvimento acadêmico

Consiste no fornecimento de bolsas, com o escopo de incentivar a participação dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em razão da necessidade de melhorar as condições de estudo e permanência dos estudantes de graduação. Podemos citar, entre elas, a bolsa trabalho, monitoria de inclusão e acessibilidade, programa de desenvolvimento acadêmico.

4.1.10 Auxílio à Inclusão digital

Trata-se de benefício de caráter temporário, com o intuito de garantir aos discentes o acesso à informação e aos canais digitais. Auxilia os alunos na aquisição de planos e pacotes de dados de internet, aquisição ou manutenção de equipamentos, visando a garantir a isonomia do estudante e o seu acesso às plataformas digitais, cursos, programas e demais atividades. Podem ser beneficiados estudantes em situação de vulnerabilidade social, que possuam renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio.

4.1.11 Programa Nilton Santos de Acesso ao Ensino Superior

Voltado para alunos estrangeiros, fornece um auxílio pecuniário para os estudantes participantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), que estejam regularmente matriculados e frequentando cursos de graduação das IFES.

4.2 Políticas estudantis em execução na UNIPAMPA

Apresentamos, na seção anterior, as políticas estudantis e de permanência regulamentadas pela UNIPAMPA. No intuito de constatar quais as políticas de permanência estão em execução na Universidade, buscamos junto aos registros públicos disponibilizados em seu sítio na internet, e localizamos uma planilha/relatório intitulada Investimentos/Programas de Assistência Estudantil/Exercício 2023⁹, elaborado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), no qual são apresentados os programas e os respectivos investimentos realizados. As informações disponíveis no site estão atualizadas até o mês de outubro de 2023..

Como pode ser observado, nos termos dos dados sintetizados no quadro a seguir, diversas são as políticas estudantis em execução:

9 https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2023/10/pl010-2023-controle-investimentos-bolsas_auxilios-setembro.pdf

Quadro 8 - Programas de assistência estudantil. Valores investidos em 2023.

Programa	Valores
Auxílio de Desenvolvimento Indígena e Quilombola (ADAIQ)	R\$ 4.320,00
Auxílio de Gestão Moradia Estudantil (Dom Pedrito)	R\$ 4.650,00
Auxílio de Gestão Moradia Estudantil (Jaguarão)	R\$ 4.650,00
Auxílio de Gestão Moradia Estudantil (Santana do Livramento)	R\$ 5.650,00
Auxílio Manutenção (Dom Pedrito)	R\$ 2.900,00
Auxílio Manutenção (Jaguarão)	R\$ 3.300,00
Auxílio Manutenção (Santana do Livramento)	R\$ 9.600,00
Apoio Emergencial	R\$ 30.385,00
Bolsista (Bolsa Trabalho)	R\$ 1.500,00
Monitoria de Inclusão e Acessibilidade (NINA)	R\$ 100.598,00
Monitoria Indígena e Quilombola (MONIQ)	R\$ 9.000,00
Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ)	R\$ 85.414,00
Plano de Permanência	R\$ 159.115,00
Plano de Permanência Novos	R\$ 4.479.825,00
Plano de Permanência Lecampo	R\$ 41.800,00
Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP)	R\$ 89.250,00
Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE)	R\$ 55.779,00
Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA)	R\$ 15.060,00
Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior	R\$ 24.880,00
Auxílio Eventos Climáticos - Bagé	R\$ 4.700,00
Restaurantes Universitários	R\$ 5.448.661,43
TOTAL	R\$ 10.581.037,43

Fonte: Autora (2023)

A partir do quadro 8, percebemos que são vários os programas de assistência estudantil em vigor na UNIPAMPA, todos eles criados para atender os objetivos do PNAES, de ampliar as condições de permanência e conseqüentemente a conclusão da educação superior. Entender por que, ainda assim, tais programas não estão sendo aptos a maximizar a permanência e conclusão dos cursos é imprescindível para a redução dos índices de evasão na Universidade.

No próximo capítulo, consta o caminho metodológico da pesquisa documental e do estudo de caso, que teve como sujeitos os evadidos das licenciaturas, para discutir na seção de resultados o papel das políticas de permanência na vida acadêmica, verificando em que medida contribuem para garantir a permanência e a conclusão dos cursos, identificando também deficiências, bem como estratégias que

podem ser aprimoradas, concorrendo para a redução dos índices de evasão nos cursos de licenciatura do *Campus Bagé*.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentados os processos metodológicos que orientam a pesquisa, os procedimentos de coleta e compilação de informações, a forma de análise dos dados e a apresentação dos resultados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos sujeitos são os evadidos das licenciaturas da UNIPAMPA *Campus* Bagé. Como instrumento de recolhimento de dados elaborou-se um formulário no *Google Forms*, que contém vinte e sete perguntas, entre objetivas e subjetivas, dividido em seções que visam a identificar o perfil do respondente, sua visão acerca das políticas de permanência, bem como questões sobre evasão.

5.1 Quanto ao caráter

A opção pelo caminho metodológico teve amparo nos objetivos e no resultado que se pretende alcançar da dissertação. Nesse sentido, houve a categorização como qualitativa, já que o estudo se propõe a entender a complexidade do problema, analisar a relação sob certas variáveis, compreender e classificar o fenômeno frente a contextos pré-determinados, buscando entender as especificidades de cada grupo social (RICHARDSON, 1999).

Para isso, segundo Flick (2004), precisam ser observados alguns aspectos essenciais da pesquisa qualitativa: a eleição adequada dos métodos e teorias, a consideração e análise das diferentes óticas, a reflexão do pesquisador acerca do estudo realizado e do seu resultado e a diversidade de métodos e abordagens.

Será, ainda, de cunho descritivo, que é aquele que objetiva a descrição das características de um fenômeno ou população, estabelecendo relações entre variáveis, e utiliza técnica padronizada de coleta de dados (GIL, 2002).

Ainda segundo Gil (2002)

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002, p. 42)

No mesmo sentido, Andrade (2010), esclarece que o caráter descritivo se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los e o pesquisador não interfere neles; os fenômenos são estudados de forma imparcial.

Ainda, podemos caracterizar, de acordo com classificação proposta por Wazlawick (2014), como explicativa, que adota procedimentos da análise documental e estudo de caso. Podemos também dizer que é explicativa uma vez que objetiva analisar a correlação entre as políticas de permanência e a conclusão dos cursos de licenciaturas da UNIPAMPA *Campus* Bagé, bem como, sinalizar ações de melhoria e ampliação desses benefícios, a partir do olhar dos evadidos destes cursos. Sendo assim, ultrapassa o caráter descritivo.

5.2 Quanto à classificação

Quanto à classificação metodológica, caracteriza-se como primeiro momento como uma pesquisa documental e no segundo momento como um estudo de caso.

5.2.1 Detalhamento da pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada junto à UNIPAMPA e aos seus registros institucionais e, apesar de semelhante à pesquisa bibliográfica, a principal diferença diz respeito à natureza das fontes, já que esta última utiliza fundamentalmente de análise dos diversos trabalhos acerca de determinado assunto, enquanto a pesquisa documental apresenta informações obtidas de materiais que ainda não foram analisados ou que “podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

A análise documental foi realizada com base na legislação federal e documentos e regramentos institucionais da UNIPAMPA, entre eles resoluções, portarias e demais normas gerais. Destacamos a legislação referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), norteadora para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI; o Decreto nº 9.235/2017 (BRASIL, 2017), que exige o PDI para o credenciamento das IES.

Foi, ainda, objeto de estudo a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012) que estabeleceu às instituições federais de educação superior a reserva de no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e o Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, e que tem, como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Nos documentos institucionais da UNIPAMPA, a análise se ancorou na Resolução nº 84, de 30 de Outubro de 2014 (UNIPAMPA)¹⁰ que instituiu as políticas de assistência estudantil com foco nas políticas de permanência; na Norma Operacional UNIPAMPA nº 6/2019¹¹; Portaria PRAEC nº 12/2019¹² instruções normativas e demais documentos que regulam os programas de apoio estudantil e de permanência; bem como nos relatórios da Comissão Própria de Avaliação- CPA e também nos relatórios interativos do Escritório de Processos da Universidade.

Como fonte de dados, ocorreu a solicitação do acesso aos resultados da Avaliação Institucional da CPA, especialmente os que continham as informações atinentes ao *Eixo 3 – Políticas de Permanência*, referentes aos cursos de licenciatura do *Campus Bagé*, que foram disponibilizados por meio de planilha e devidamente analisados como importante fonte de informação acerca da visão dos discentes sobre as políticas estudantis, suas potencialidades e fragilidades no combate à evasão.

Quadro 9 - Constituição da amostra da análise documental

Documento	Link
Relatórios da CPA	https://sites.UNIPAMPA.edu.br/cpa/acoes-desenvolvidas/
Relatórios de Gestão <i>Campus Bagé</i>	https://UNIPAMPA.edu.br/bage/relatorios-de-gestao
Relatórios Interativos do Escritório de Processos	https://sites.UNIPAMPA.edu.br/eproc/relatorios-interativos/

Fonte: Autora (2022)

10 https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2016/01/res-_84_2014-politica-de-assistencia-estudantilb.p

11 https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2019/12/01_norma-operacional-UNIPAMPA-6-2019_programa-de-apoio-emergencial.pdf

12 https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2019/12/02_portaria-praec-12-2019_programa-de-apoio-emergencial.pdf

Importante destacar que os relatórios interativos do Escritório de Processos fornecem importantes dados acadêmicos, disponibilizados no sistema da UNIPAMPA e oportunamente atualizados, nos quais, entre outras informações, foi possível acessar os dados da Pró-reitoria de Assuntos estudantis e comunitários-PRAEC: média de refeições por aluno bolsista por ano; quantitativo, dias/refeições; valor subsidiado; quantidade de benefícios mensal; assistência estudantil mensal; dados mensais de pagamento por bolsa e modalidade.

No caso dos dados relacionados à Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, o Escritório de Processos disponibilizou dados sobre a Evasão e retenção da graduação, coletados a partir do questionário submetido aos alunos evadidos da graduação; número de inscritos/ingressantes SiSU; registros sobre aproveitamento acadêmico dos alunos bolsistas; o perfil dos acadêmicos de graduação e pós-graduação; indicadores de alunos formados; informações do questionário submetido aos alunos ingressantes da graduação e notas de corte ingressantes da UNIPAMPA.

Impõe-se esclarecer que nos relatórios da CPA, trabalhamos com as respostas produzidas pelos discentes presenciais, já que é sob a ótica deles que se pretende constatar a satisfação ou insatisfação com as políticas de assistência estudantil. Anteriormente a esse período não foi possível fazer essa análise por categoria de público, pois os relatórios trazem informações gerais. Somente a partir de 2018 a Universidade adaptou seus instrumentos internos às normativas legais e Nota Técnica nº 65/2014 (BRASIL, 2014), bem como ao instrumento avaliativo utilizado pelos avaliadores externos e questionários/entrevistas.

5.2.2 Detalhamento do estudo de caso

De acordo com Yin (2001), os estudos de caso:

Representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p.13)

O estudo de caso, portanto, é uma forma de investigação que utiliza dados qualitativos, coletados a partir de situações fáticas, com o intuito de explicar, explorar ou descrever fenômenos. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e minucioso, fornecendo compreensão aprofundada sobre o objeto investigado (YIN, 2001).

De acordo com Ventura (2007), as vantagens dos estudos de caso são: fomentar novas descobertas através da flexibilidade no planejamento, enfatizar diferentes dimensões do problema, destacando-o na totalidade, na simplicidade dos passos, e possibilitar uma análise aprofundada dos processos e relações deles entre si.

Em seu artigo, Monteiro, Tormes e, Azevedo (2018) analisam a metodologia estudo de caso no âmbito da pesquisa qualitativa em educação e afirmam que diante das possibilidades interpretativas, o estudo de caso pode auxiliar o pesquisador a entender problemáticas relacionadas a indivíduos, organizações, grupos sociais, programas, políticas, uma vez que permite análises amplas e significativas sobre o objeto de estudo.

Os autores afirmam, também, que:

Como metodologia de pesquisa qualitativa, objetiva a construção de uma teoria indutiva, a partir do estudo empírico de um caso, o qual pode ser considerado como um evento, ou seja, uma prática educativa, indivíduos dentro de uma escola, uma comunidade, uma instituição, um programa ou política governamental. Esses estudos podem envolver um único caso, quando classificado como estudo de caso único, e objetivam descrever, analisar minuciosamente seu objeto de pesquisa; ou estudos que envolvem mais de um caso, denominados estudo de caso múltiplos, que analisam diferentes casos, para que se construa uma teoria de maior validação, comprovada pela análise de diferentes eventos (MONTEIRO, TORMES, AZEVEDO, 2018, p.19)

Desse modo, o estudo de caso responde à pergunta de pesquisa, que inicia com o adjunto adverbial “como”, e contempla o alcance dos objetivos perquiridos, tanto os específicos como o geral, dando uma resposta com o mínimo de viés possível, à questão formulada.

5.2.2.1 Quanto aos sujeitos e instrumentos de coleta de dados do estudo de caso

O estudo se valeu, também, da coleta de informações por questionário misto, com 27 perguntas (07 discursivas e 20 de múltipla escolha), elaborado no *Google forms* (APÊNDICE B) que, segundo Gil (2002, p. 43), é a pesquisa “cujos dados são fornecidos por pessoas”. O instrumento foi organizado em quatro seções: a primeira seção apresenta a pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido; a seção dois trata do perfil do respondente; a seção três aborda as políticas de permanência e, a última, aborda questões referentes aos fatores de evasão.

Importante destacar que antes de encaminhar os questionamentos aos sujeitos da pesquisa, enviamos o formulário para alguns colegas e especialistas em tecnologia, para validação, no sentido de confirmar a clareza dos itens, a pertinência dos conceitos nele trabalhados, bem como se estavam aptos a registrarem os dados produzidos.

Os questionários foram enviados aos estudantes em situação de evasão dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA - *Campus* Bagé, por e-mail, a partir de uma lista disponibilizada pela Secretaria Acadêmica, que continha o nome de 2.784 evadidos das licenciaturas, com informações do endereço eletrônico de 2.603. Após o envio das mensagens, 103 encaminhamentos retornaram informando erro no recebimento, restando, portanto, o envio de 2.530 correspondências de e-mail válidas, que geraram a participação de 43 respondentes à pesquisa.

O formulário ficou disponível para resposta no período de 15 de junho a 15 de agosto de 2023, quando então foi encerrado, e passou-se à análise dos seus resultados.

Abaixo, a distribuição de e-mails, considerando os cursos dos evadidos:

Quadro 10 - Informações de envio

CURSO	TOTAL DE E-MAIL ENVIADOS	TOTAL DE RESPONDENTES
Física	536	06
Letras – Línguas adicionais, Inglês, Espanhol e respectivas literaturas	361	07
Letras – Português e literatura de língua portuguesa	409	05
Matemática	649	09
Música	191	02
Química	457	14

Fonte: Autora (2023)

Os respondentes foram identificados com as iniciais do Curso e a numeração conforme as respostas no formulário, para fins de menção durante a análise das questões discursivas, apresentadas no quadro 11:

Quadro 11 - Códigos de identificação dos respondentes

CURSO	CÓDIGO
Física	FIS01 a FIS06
Letras – Línguas adicionais, Inglês, Espanhol e respectivas literaturas	LLA01 a LLA07
Letras – Português e literatura de língua portuguesa	LLP01 a LLP05
Matemática	MAT01 a MAT09
Música	MUS01 e MUS02
Química	QUI01 a QUI14

Fonte: Autora (2023)

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), atendeu às exigências legais, já que todos os participantes da pesquisa possuem o direito de se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida, devidamente cientificados sobre todos os possíveis benefícios ou riscos, bem como inteirados de todas as informações referentes à pesquisa. A proteção do participante da pesquisa é pressuposto de legalidade nos termos das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos, incluindo as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

É importante destacar que os participantes da pesquisa tiveram o seu anonimato garantido e não foram, sob nenhuma hipótese, identificados. Também lhes foi garantida a possibilidade de retirar sua participação da pesquisa em até 60 dias após o registro da resposta, mediante simples solicitação por meio dos contatos disponíveis no formulário.

5.3 Análise dos dados

5.3.1 Questões fechadas

Para a análise dos dados quantitativos, referentes às questões objetivas, relativas ao questionário do *Google* formulário, utilizamos os gráficos gerados automaticamente.

5.3.2 Questões Abertas

O tratamento dos dados se deu com base na análise textual discursiva (ATD), justificado por Silva e Marcelino (2022) ao afirmarem que as pesquisas qualitativas podem valer-se da análise textual discursiva, já que esta pode “auxiliar na análise de dados textuais coletados por meio dos questionários, entrevistas, além de textos de documentos e cartas.” (SILVA, MARCELINO, 2022, p. 18)

No mesmo sentido, a presente pesquisa, em razão do seu caráter qualitativo, pode se socorrer da ATD, ou seja, de análises textuais para interpretação e compreensão dos dados ou documentos. É a lição de Moraes (2003):

Pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão. (MORAES, 2003, p. 191)

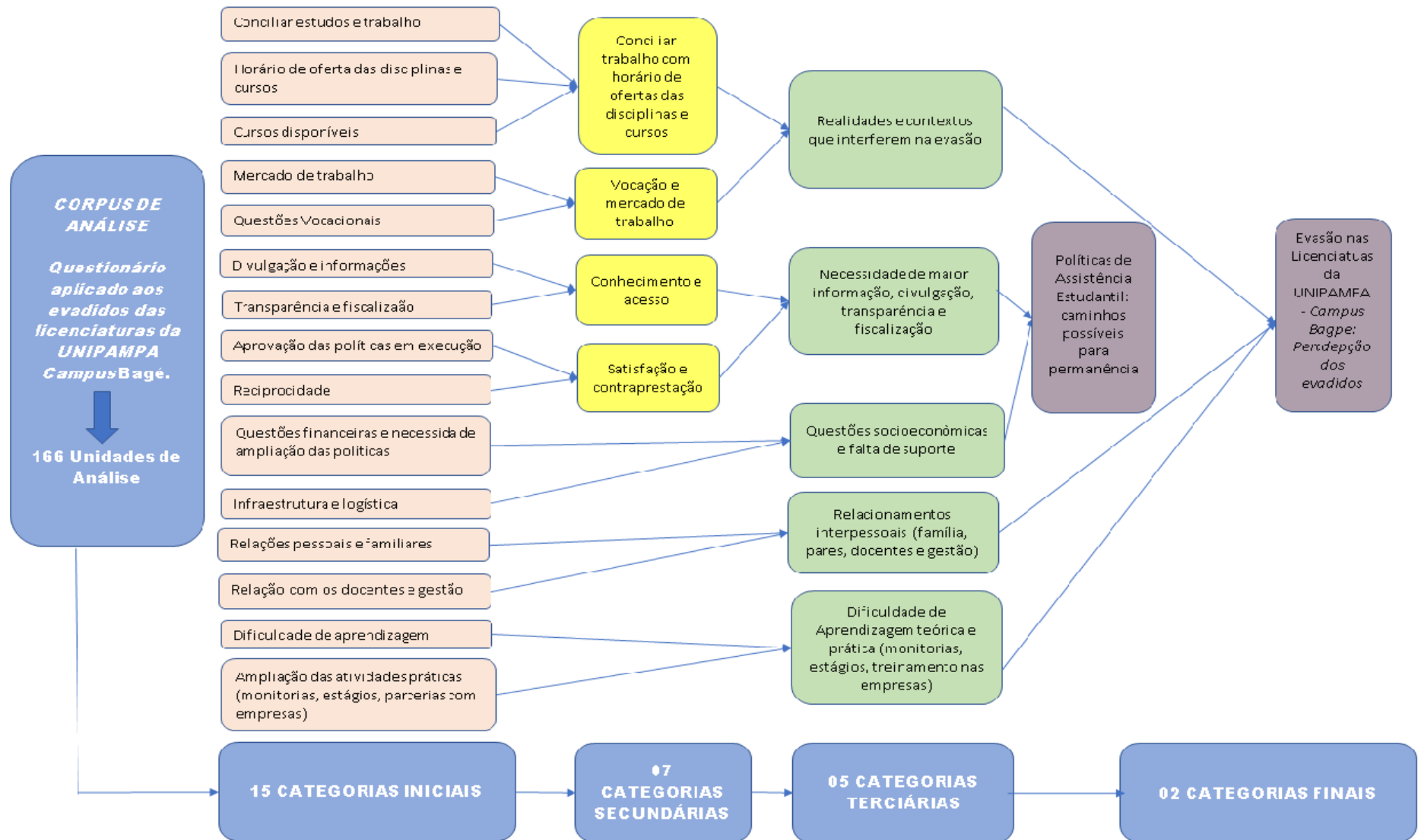
O caminho da ATD partiu de 166 unidades de análise, organizadas em 15 categorias primárias, que puderam ser reunidas em 07 categorias secundárias que formam 05 categorias terciárias, e resultou 02 categorias finais, cujo percurso é representado na Figura 9.

A partir do resultado dos dados coletados juntos aos evadidos, da análise de documentos legais e institucionais objetos de consulta, apresenta-se o impacto das políticas de permanência no fenômeno evasão, especialmente discutindo em que medidas estão sendo determinantes para a redução de seus índices e, ainda, identificando possíveis fragilidades, sinalizando algumas medidas e ações que podem auxiliar na redução do número de evadidos.

A análise das respostas se deu por categorias. Em primeiro lugar se analisou o perfil dos participantes da pesquisa; depois se analisou a questão da evasão, identificando as principais dificuldades enfrentadas e os principais fatores que contribuíram para o abandono dos cursos e por último as políticas de permanência, a visão dos respondentes acerca da sua efetividade, e as sugestões de melhorias e aperfeiçoamento delas.

A seguir, passaremos à análise dos resultados obtidos, abordando cada uma das categorias em que foram estruturados os resultados.

Figura 9 - Percurso da ATD



Fonte: Autora (2023)

6 PERFIL DOS EVADIDOS DAS LICENCIATURAS DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ

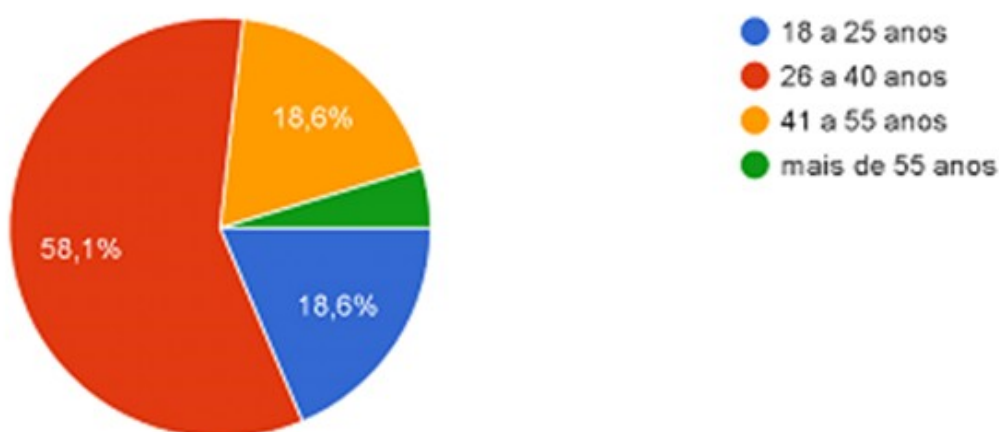
A construção do perfil dos participantes da pesquisa, contou com a participação de 43 ex-alunos, e foi construída a partir das perguntas de número 1 até 11 (APÊNDICE B). A partir da análise das respostas identificou-se o gênero, faixa etária, fonte de sustento e faixa de renda familiar, a licenciatura de origem e o período cursado, bem como as formas de ingresso e de ocupação das vagas. O universo dos respondentes, ficou assim constituído:

6.1 Gênero e Faixa Etária

A distribuição dos sujeitos da pesquisa, por identidade de gênero, mostrou que 44,2% se identificam como sendo do gênero feminino e 55,8% como sendo do gênero masculino. Não tivemos outra identidade de gênero afirmada pelos respondentes.

No gráfico a seguir apresentamos informações a respeito da faixa etária dos sujeitos da pesquisa.

Gráfico 3 - Faixa etária



Fonte: Autora (2023)

A maioria, 58,1%, se encontra na faixa etária entre 26 e 40 anos, época em que os compromissos e estabilidade financeira estão em construção. O menor percentual de desistência, 4,7%, está nos sujeitos com mais de 55 anos.

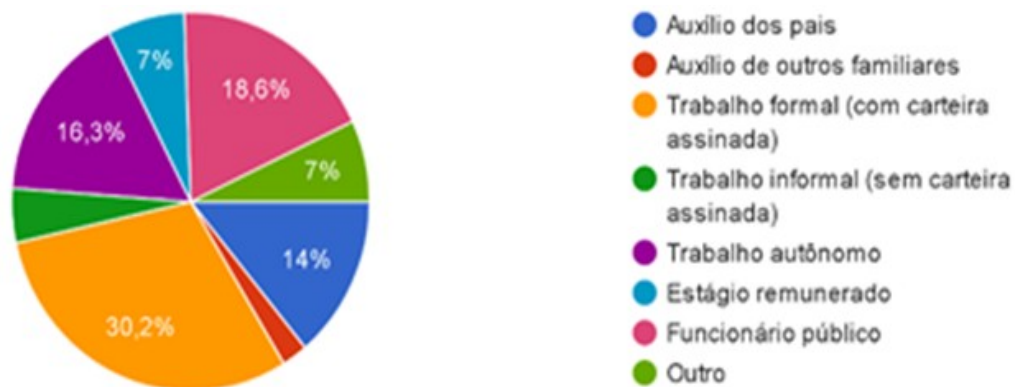
Inversamente proporcional, foi o resultado de pesquisa que analisou a evasão em um curso de Licenciatura em Física da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que também encontrou evadidos com todas as idades, mas identificou a maior incidência nos menores de 20 anos, indicando como razão os alunos não conhecerem a realidade de um curso superior ou ainda por não estarem convictos das suas vocações. (SANTOS, 2021).

Acreditamos que a Universidade atinge o resultado da universalização, no que diz respeito a garantir o acesso ao sistema educacional a todos que desejam dele usufruir, ao tomarmos por base as respostas obtidas no gráfico anterior que mostra evadidos em todas as faixas etárias, o que também pressupõe afirmar que a universalização do ensino superior está em processo de consolidação, talvez em razão das diferentes formas de ingresso (SISU, notas do Ensino Médio, ENEM, entre outras), e das diversas políticas de acesso ao ensino superior (PROUNI, FIES, por exemplo).

6.2 Situação socioeconômica

Para análise desse fator, duas perguntas foram utilizadas: a primeira identificou a fonte de sustento e a segunda a faixa de renda da unidade familiar. No gráfico 4 constam as informações sobre a fonte de sustento dos evadidos.

Gráfico 4 - Fonte de sustento

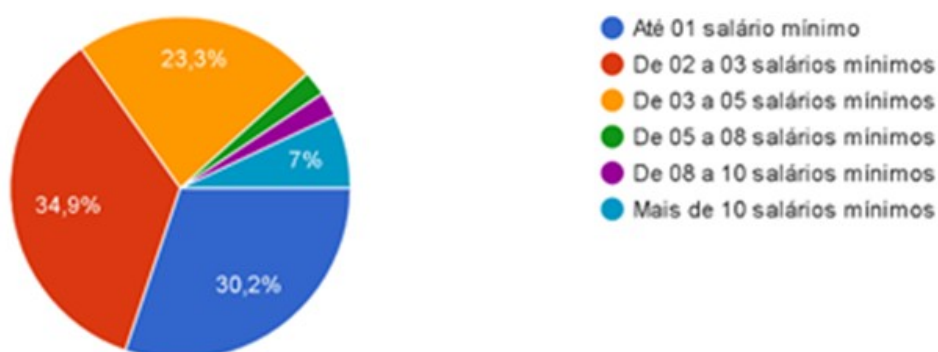


Fonte: Autora (2023)

Quanto à primeira pergunta, observa-se que mais de 75% dos evadidos tinham que conciliar os estudos com atividades remuneradas que exigiam o cumprimento de atividade laboral. Tem pesquisas que mostram que a maioria do público evadido é formada por alunos-trabalhadores, exemplificado por Ambiel, Cortez e Salvador (2021), que analisaram a evasão sob a óptica dos estudantes trabalhadores e não trabalhadores, e perceberam que o financiamento próprio dos estudos pelos alunos que trabalham aumenta os motivos para a potencial evasão. Percebemos, pelo Gráfico 4, que a maioria dos respondentes é trabalhador formal, e poucos são os que se subsidiam com auxílio dos pais e familiares. Podemos dizer, portanto, que os dados do Gráfico 4 confirmam os estudos existentes.

Já em relação à renda familiar, as respostas são apresentadas no gráfico 5.

Gráfico 5 - Renda familiar



Fonte: Autora (2023)

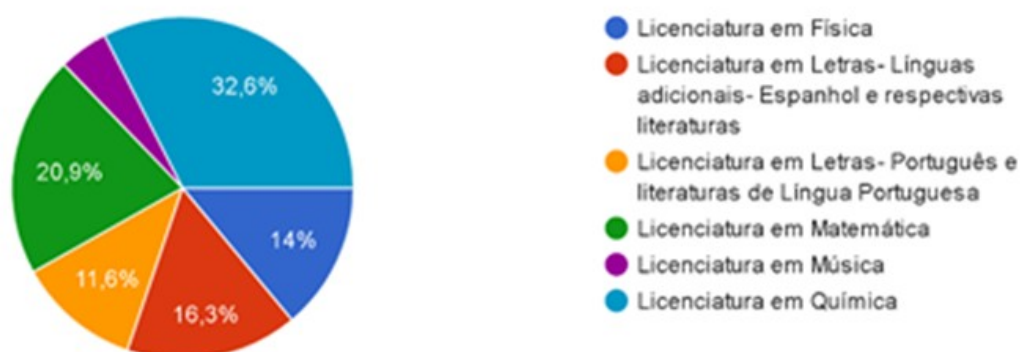
Percebemos que mais de 88% dos entrevistados têm renda familiar de até cinco salários-mínimos, sendo que, em mais de 65% destes a renda do núcleo familiar fica abaixo de três salários-mínimos.

Segundo Pena, Matos e Coutrim (2020), que analisaram o percurso dos estudantes cotistas em relação aos de ampla concorrência, os estudantes evadidos pertencem ao nível socioeconômico “mais baixo”, “baixo” e “médio baixo”, o que também pode ser percebido pelo resultado obtido na presente pesquisa.

6.3 Licenciatura de origem dos evadidos

Ainda sobre o perfil, ao analisarmos com o foco nas licenciaturas, veremos que os maiores percentuais de respondentes se concentram nas ciências exatas: Química, Física e Matemática, respectivamente, como demonstrado a seguir:

Gráfico 6 - Licenciaturas de origem



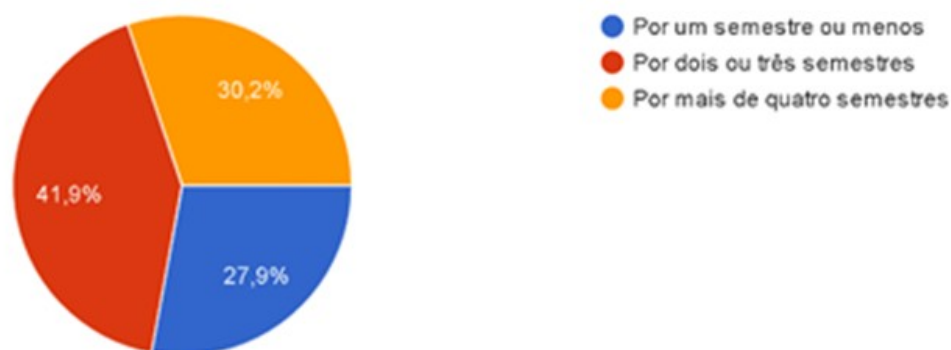
Fonte: Autora (2023)

Ao pensarmos a área de conhecimento, percebemos que os alunos evadidos que responderam ao questionário, 67,5% são das Ciências exatas e 32,5% são da área de Ciências humanas, o que também já era um indicativo de tendência na revisão bibliográfica, confirmando os estudos de Silva Filho, *et al* (2007) de que os cursos da área das exatas possuem maiores taxas de evasão, exemplificado pela graduação em Física.

6.4 Período de abandono

Ainda com relação à vida acadêmica do evadido, é importante observarmos que os indicativos da literatura apontam que os abandonos ocorrem nos semestres iniciais, resultado confirmado através das respostas dos estudantes que participaram da pesquisa. Nesse sentido, demonstra-se:

Gráfico 7 - Períodos cursados



Fonte: Autora (2023)

Os dados confirmam que o abandono dos cursos se concentra, em sua maioria, no início destes. Observamos que 72,1% dos evadidos abandonaram a graduação nos primeiros três semestres dos cursos. Mesmo preponderando a evasão nos semestres iniciais, o gráfico indica a necessidade de atenção durante todo o processo, pois 30,2% desistiram do curso mesmo após ter cursado quatro semestres.

Novamente observamos na UNIPAMPA uma tendência que corrobora as pesquisas sobre o tema, exemplificada pela percepção de Moura, Mandarinó e Silva (2020), os quais afirmam ser maior o índice de evadidos nos primeiros semestres dos cursos, interpretando que os primeiros semestres são decisivos para os alunos continuarem ou desistirem e, que quanto mais avançam no curso, menores são as possibilidades de abandono. A partir desses resultados, podemos afirmar que os semestres iniciais são aqueles nos quais os índices de evasão são maiores, e que é um fenômeno que não é adstrito a uma região ou característica específica de uma disciplina.

Podemos ainda citar o estudo de Prim e Fávero (2013), em estudo de caso em uma faculdade de Blumenau, que também destacou que os maiores índices de evasão se concentravam nos três primeiros semestres dos cursos, não identificando os fatores. Por isso, os autores sugerem a necessidade da IES implantar políticas de retenção e de desenvolver estratégias que influenciem os discentes a permanecer.

Para mitigar este fenômeno nos semestres iniciais do curso estão sendo desenvolvidos estudos com foco na persistência, delineando orientações para a implantação de programas de fomento à permanência, exemplificado no estudo de

Ferreira (2017), cujo lócus foi a Universidade Federal do Sul da Bahia, e entre as constatações consta a percepção de que o apoio pecuniário é importante, mas são necessárias ações de recepção e orientação nos primeiros dias, que perpassam pelo combate ao trote e outras violências e visam constituir-se um “mecanismo de afiliação”.

Outro exemplo é o de Santos (2023) que identificou as estratégias dos estudantes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, frente aos desafios da permanência no ensino superior. A pesquisa indica como principais desafios à adaptação, as dificuldades financeiras e o deslocamento e aponta sete estratégias para permanência, entre elas: a criação de vínculos, a rede de solidariedade familiar, participação de grupos de estudo e coletivos, entre outras.

6.5 Forma de Ingresso

Outra análise que entendemos ser esclarecedora acerca do perfil dos evadidos diz respeito à forma de ingresso, já que existem estudos que afirmam que a fuga é maior entre aqueles estudantes oriundos das classes vulneráveis economicamente (AMBIEL, CORTEZ e SALVADOR, 2021). O resultado acerca da forma de ingresso, possibilita aferir que o número maior de evadidos se concentra entre oriundos dos programas federais de acesso ao ensino superior, como expressa o gráfico 8.

Gráfico 8 - Formas de Ingresso:



Fonte: Autora (2023)

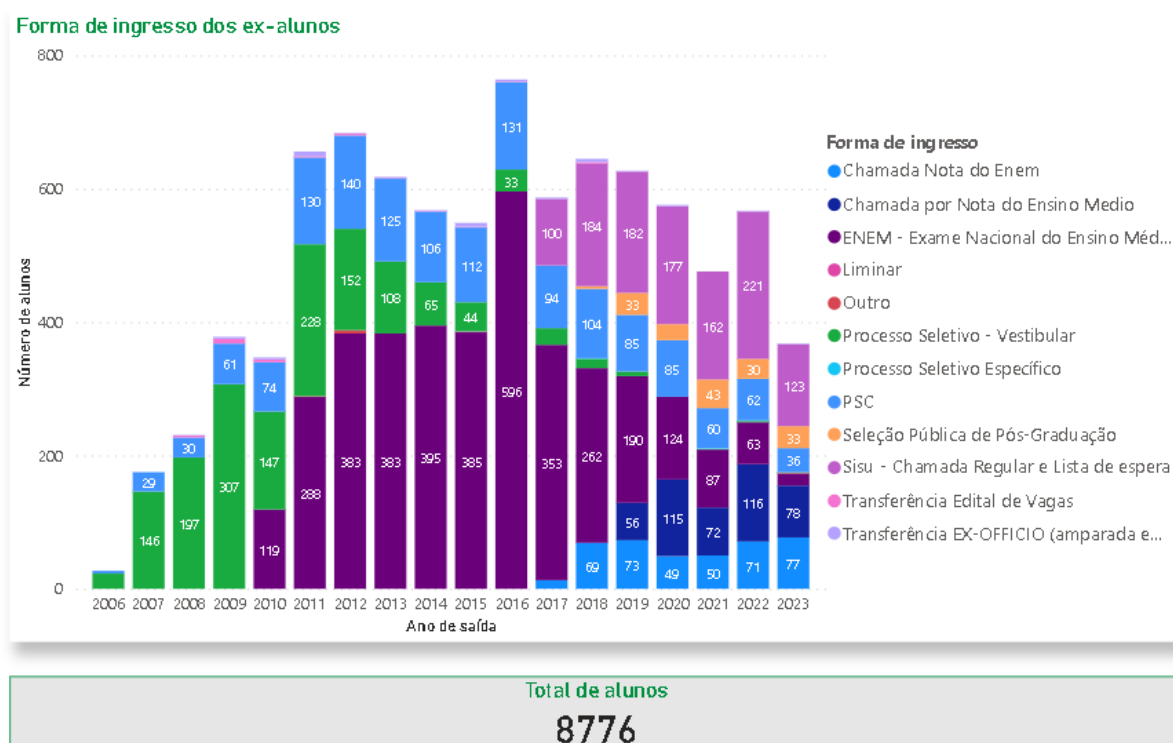
A maioria dos respondentes se concentra em três modalidades: SISU primeira e segunda chamadas e ENEM, os quais obtiveram os percentuais de 32,2%, 14% e 30,2%, respectivamente.

Os que responderam à opção “outros” (cinco estudantes), um afirmou ter ingressado na Universidade por processo complementar e os outros quatro, via vestibular.

Como podemos perceber, o SISU e o ENEM são as modalidades de ingresso e de acesso à educação superior mais utilizadas pela comunidade universitária e, juntos, são responsáveis por mais de 75% dos ingressantes no sistema de ensino superior, dentre aqueles que responderam à pesquisa.

A resposta encontrada na pesquisa reforça os indicadores do relatório de Evasão e retenção da PROGRAD, relacionado ao *Campus Bagé*, Figura 10, mas infere que ao longo dos anos houve uma alteração significativa, diminuindo o ingresso pelo ENEM (representado pela cor roxa), e aumentando o ingresso pelas chamadas por nota do ENEM (representado pelas cores azul-escuro e azul-claro).

Figura 10 - Forma de ingresso dos evadidos do *Campus Bagé*



Fonte: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/>

A relação entre a forma de ingresso e a evasão já havia sido apontada na literatura, por Pena, Matos e Coutrim (2020), os quais afirmam que a política de cotas tem colaborado para o acesso de uma parcela significativa de estudantes de camadas populares no Ensino Superior, mas também sinaliza que 90% dos alunos evadidos pertencem ao nível socioeconômico baixo, traçando um paralelo entre as questões socioeconômicas e a evasão, e alertando para necessidade de políticas de permanência.

Se partirmos dos resultados obtidos nesta pesquisa, que aponta que 88% dos sujeitos da pesquisa têm renda familiar até cinco salários mínimos, e que mais de 75% tiveram acesso ao ensino superior através dos programas de acesso do governo federal, podemos concluir que a questão de suporte financeiro está diretamente correlacionada com os altos índices de evasão.

Em relação à evasão, Barbosa *et al.* (2017), verificaram aumento não tão significativo na evasão com a adoção do SISU, mas considerável em alguns cursos, como os das Exatas. Já para Gillioli (2016, p.44), “O SISU só é elemento que aumenta a evasão se conjugado a outros fatores que eventualmente contribuam nesse sentido, não sendo, desta feita, variável isoladamente responsável pelo fenômeno”.

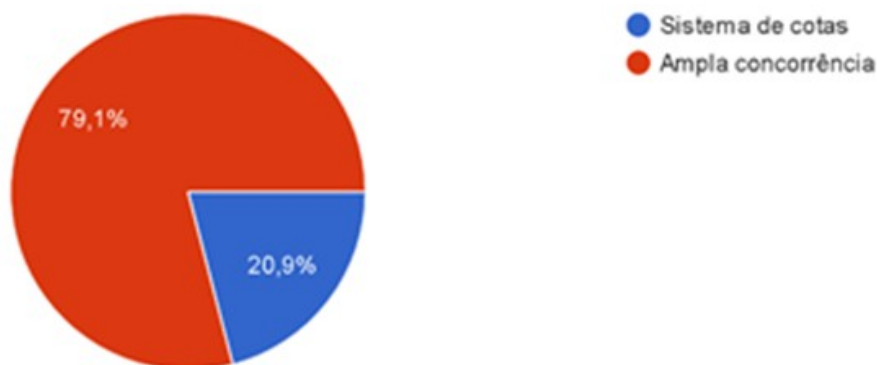
Para Gómez e Torres (2015), em estudo que analisou o acesso e a evasão nos cursos de Engenharia do *Campus* Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a evasão, a partir da adoção do SiSU, permaneceu num patamar elevado, mas houve uma redução dela a partir da implementação de políticas de auxílio estudantil por meio do PNAES.

Observamos, tanto no presente estudo, como em estudos antes referidos, que a evasão tem maior incidência entre os alunos que ingressam através dos programas federais, já que apesar de estar garantido o acesso, isso não significa permanência e conclusão dos cursos, uma vez que a falta de suporte tem forte impacto nos índices de evasão.

6.6 Modalidade de ocupação das vagas

Quanto à forma de ocupação da vaga, considerando as opções sistemas de cotas e ampla concorrência, esclarecedor o perfil dos respondentes, conforme demonstrado a seguir:

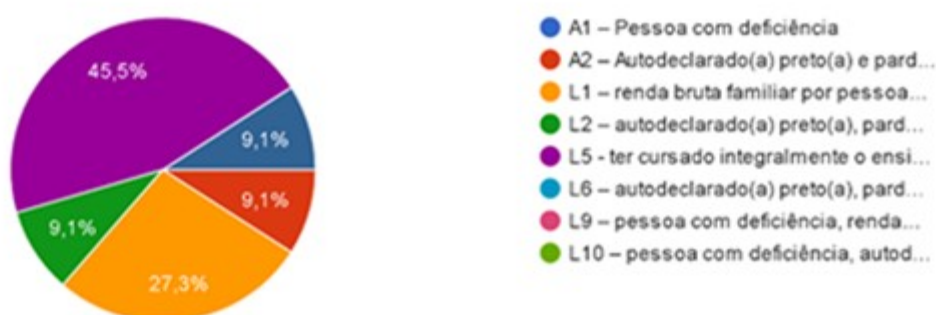
Gráfico 9 - Ocupação das vagas



Fonte: Autora (2023)

Observamos no gráfico precedente, que em torno de um quinto dos estudantes utilizaram a reserva de cotas para o acesso à educação superior. E, dentre esses, as modalidades autodeclaradas foram as ora apresentadas no gráfico 10.

Gráfico 10 - Modalidade das cotas



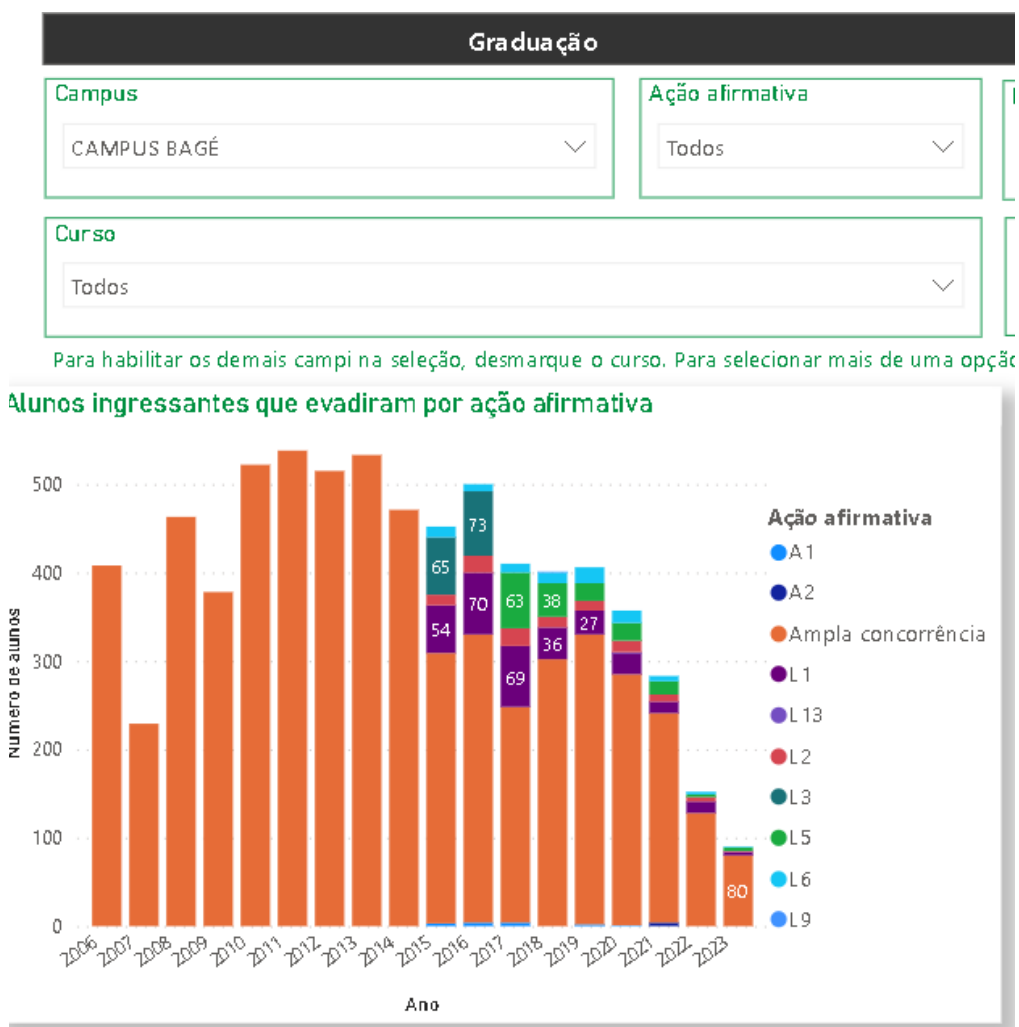
Fonte: Autora (2023)

Na análise do gráfico 9, é possível constatar que o público de evadidos que responderam à pesquisa utilizou pouco a reserva de cotas, já que somente 20% dos respondentes disseram ter tido acesso ao ensino superior utilizando dessa previsão legal. E o gráfico 10, mostra que 72,8 (L1 e L5), dos que acessaram o ensino

superior por uma das modalidades de cotas, o fizeram em razão da sua situação socioeconômica: renda bruta familiar por pessoa até 1,5 salário mínimo e cursaram o ensino médio integralmente em escola pública (L1) e cursaram integralmente o ensino médio em escola pública (L5).

Na figura 11, a seguir, é possível observar o panorama de alunos ingressantes, através da reserva de vagas para as ações afirmativas, e constatamos que os números gerais são confirmados pelos participantes desta pesquisa.

Figura 11 - Evadidos do *Campus Bagé* por ação afirmativa



Fonte: <https://sites.unipampa.edu.br/nida/>

De fato, ao compararmos o Gráfico 10 com a Figura 11, podemos observar que em ambos os demonstrativos os maiores índices de evasão estão concentrados nas cotas **L1** e **L5**, ou seja, a evasão dos cotistas das licenciaturas (Gráfico 10) acompanham a tendência geral de evasão dos cotistas dos demais cursos da

Universidade (Figura 11), ou seja, se concentram nos estudantes oriundos de escolas públicas e que fazem parte população mais vulnerável socioeconomicamente.

Quanto à reserva de vagas, é importante destacar que a Lei nº 12.711/2012, que criou o sistema de cotas, previa reformulação do sistema após dez anos de implantação, o que deveria ter ocorrido em 2022. Contudo, essa data não foi respeitada e, em que pese o projeto de lei nº 5.384 estar em tramitação desde o ano de 2020, não logrou êxito ser aprovado e sancionado dentro do prazo previsto.

Contudo, no mês de agosto de 2023, o projeto que revisa a Lei de Cotas, e garante a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes negros, pardos, indígenas, com deficiência e de baixa renda oriundos das escolas públicas, foi aprovado pela Câmara de Deputados Federais e seguiu para aprovação no Senado, a qual se deu no último dia 25 de outubro, a qual foi sancionada pelo Presidente da República em 13 de novembro de 2023¹³.

Sintetizamos o que se tem hoje, e o que garante a reformulação na lei sancionada pela Presidência:

Hoje, a Lei de Cotas estabelece a reserva de 50% das matrículas nas universidades e institutos federais para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. E, dentro das cotas, metade das vagas estão destinadas aos estudantes com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa, o restante das vagas para alunos oriundos da rede pública, com renda familiar *per capita* acima deste valor. Em ambas as situações é garantida reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, proporcionalmente ao percentual desses grupos na população total do local onde está localizada a instituição de ensino, conforme os dados oficiais do IBGE. As pessoas com deficiência também têm acesso às cotas, segundo a proporcionalidade da população dos estados e do Distrito Federal.

O que se terá a partir de agora: a redução da renda familiar *per capita* para um salário mínimo por pessoa; está prevista a inclusão os quilombolas na população beneficiada no sistema de cotas, visto que ainda não constam nos grupos previstos na lei; acréscimo de um novo critério para preenchimento das vagas, ou seja, primeiro os candidatos cotistas vão disputar as vagas na ampla concorrência e, se a

¹³ Até a entrega da presente dissertação para a Banca Examinadora, o número da Lei não estava disponível. Esse dado será atualizado na versão final da pesquisa.

nota não for suficiente para garantir o ingresso nessa modalidade, então concorrerão às vagas destinadas aos seus grupos populacionais.

Com relação ao auxílio estudantil, os estudantes que se inscreverem por meio das reservas de vagas para cotistas terão prioridade para receber esses benefícios. Outra novidade, diz respeito à obrigação das instituições promoverem ações afirmativas para inclusão nos programas de pós-graduação, de negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Mas essa questão já vem sendo observada pelas instituições de ensino superior – na UNIPAMPA, por exemplo – os editais de seus processos seletivos para os programas de pós-graduação já contemplam a reserva de vagas para essa população.

Com efeito, é preciso medidas mais factíveis, já que somente o acesso não é suficiente para garantir a formação. Essa é a conclusão que chegou o estudo de Simões (2023), que afirma que:

O problema não está na reserva de vagas para o público baixa renda, mas sim na ausência de condições adequadas para acolhê-lo e de fato incluí-lo. Acesso e inclusão são dois conceitos diferentes, o acesso é possibilitar a entrada no Ensino Superior, a inclusão extrapola o acesso, é acolhê-lo, oferecer condições mínimas de permanência, de forma que consiga ter ao seu alcance as mesmas condições de aprendizagem do aluno que adentrou por ampla concorrência, é torná-lo de fato igual aos demais. O ingresso na universidade para se tornar inclusivo deve ser acompanhado do acesso ao material didático, à infraestrutura acadêmica, à moradia, à alimentação, entre outras necessidades do educando (SIMÕES, 2023, p.12).

Urge, portanto, que os mecanismos de assistência estudantil sejam efetivos e garantam condições mínimas de permanência dos alunos cotistas, pois somente assim se promoverá a igualdade entre estes e os alunos oriundos da ampla concorrência ao acesso à educação superior.

A seguir, passaremos a analisar as respostas acerca dos fatores que foram preponderantes para o abandono, buscando identificar aqueles que impactaram na decisão de evadir do sistema de ensino.

7 EVASÃO NA LICENCIATURA DA UNIPAMPA - CAMPUS BAGÉ: PERCEPÇÃO DOS EVADIDOS

Passaremos a analisar a percepção dos evadidos a respeito dos fatores relacionados à evasão, com a identificação destes a partir de três eixos da pesquisa: a) internos; b) relacionados aos cursos; e, c) relacionados à Instituição. As respostas serão analisadas consoante a classificação de Ambiel, Cortez e Salvador (2021), que as dividem em: fatores interpessoais, falta de suporte, vocacionais, carreira, desempenho acadêmico e institucionais.

Uma síntese foi construída, mostrando no Quadro 12, como estes fatores se relacionam com as respostas obtidas no questionário.

Quadro 12 - Apresentação da relação dos fatores de evasão e as respostas dos evadidos

(continua)

Fatores gerais de Evasão	Fatores de acordo com Ambiel, Cortez e Salvador (2021)	Respostas em relação aos fatores obtidos no questionário	Número de respostas
Internos	Interpessoais	Relação aluno x professor	12
		Relação aluno x gestão	7
		Adaptação à universidade	7
		Relação com os colegas	1
	Falta de suporte	Problema relacionamento ou saúde de familiares	12
		Falta de rede de apoio	4
		Questões financeiras	11
		Conciliar curso e atividades profissionais	19
Relacionados aos cursos	Vocacionais	Falta de identificação com o curso	14
	Carreira	Desvalorização da profissão	14
	Desempenho Acadêmico	Retenção	8
		Dificuldade de aprendizagem	8
		Curso muito teórico	2
		Qualidade didática e formação dos docentes	2
		Falta de base do ensino nas escolas anteriores	5

Quadro 12 - Apresentação da relação dos fatores de evasão e as respostas dos evadidos
(continuação)

Fatores gerais de Evasão	Fatores de acordo com Ambiel, Cortez e Salvador (2021)	Respostas em relação aos fatores obtidos no questionário	Número de respostas
Relacionados à Universidade	Institucionais	Deficiência na estrutura física e Insuficiência de estrutura de apoio ao ensino (bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática)	13
		Estrutura física, Distância do <i>Campus</i>	2
		Falta de acolhimento psicológico, pedagógico e social	3
		Desmotivação docente, estrutura curricular e formação pedagógica	4
		Horários de oferta das disciplinas e dos cursos	21

Fonte: Autora (2023)

Verificamos que entre as respostas apareceram todos os fatores apontados por Ambiel, Cortez e Salvador (2021) e faremos a discussão na sequência do quadro:

As **relações interpessoais** de regra são fundamentais para o nosso bem-estar na sociedade e, no mundo acadêmico, não poderia ser diferente. Vemos, desse modo, que essas questões tiveram importante papel nas decisões dos evadidos, já que, em um universo de 43 respostas, 27 dos respondentes as colocaram como um dos motivos das suas decisões, sendo que destes, 12 atribuíram à relação professor x aluno. Essa questão fica bastante evidente na manifestação de QUI05:

“Acredito que falte mais políticas que tratem da saúde mental dos alunos, pois a falta de preocupação com isso parte principalmente dos professores.”

Ou, ainda, QUI10, que refere como preponderante na sua decisão de abandono:

“Relação entre docente e aluno, relação entre alunos e gestão”.

Observamos que a crítica de QUI05 se dá por entender que os professores poderiam se envolver mais com os alunos, com os seus problemas e questões emocionais. De fato, parece que a empatia por parte do professor, faz com que o trajeto acadêmico seja mais leve. Posso falar disso por experiência, já que na vida acadêmica e também agora no mestrado, tive mestres - a maioria deles - que possuem admirável empatia e amorosidade, como também docentes de grande conhecimento, possuidores de uma bagagem cultural e domínio dos conteúdos curriculares elogiáveis, mas que possuem pouca ou nenhuma amorosidade, ou compreensão, que muitas vezes são constrangedores, até mesmo ao responder um questionamento em sala de aula. Vi muitos colegas constrangidos e acuados com essas atitudes.

Ainda sobre esse tema, percebemos que as relações pessoais da vida acadêmica, impactam na satisfação e no sentimento de pertencimento, o que vai ao encontro do que observou Júnior *et al* (2018), em estudo que analisou a influência das relações interpessoais na satisfação discente do curso de Secretariado Executivo da Universidade de Roraima. O autor percebeu, no que se refere à identificação dos níveis de satisfação, que os alunos se mostram mais satisfeitos com os relacionamentos sociais do que com a instituição e o curso, e que para melhorar a satisfação discente, deve-se melhorar questões atinentes ao curso, como relação teoria e prática, relação aluno x professor, métodos avaliativos, entre outros.

Na mesma linha, os estudos realizados em revisão de literatura por Barroso *et al* (2022), apontaram uma relação direta da integração acadêmica com a evasão, sendo a baixa satisfação fator de risco que acarreta o abandono do curso. Ainda, os autores verificaram que uma relação harmoniosa pelo estudo e ajustamento acadêmico previne intenções de evasão; inversamente, o baixo ajustamento acadêmico, com a percepção de rendimento como indicador de valor pessoal, dificuldades na estratégia de aprendizagem e na gestão do tempo, pouca assiduidade e insatisfação com integração acadêmica são fatores de risco para a evasão no ensino superior.

Podemos ainda citar Massi, Villani (2014) que em estudo do curso de licenciatura em Química do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista de Araraquara, no interior do estado de São Paulo, apontaram a baixa taxa de evasão e que os estudantes apresentavam um forte sentimento de pertencimento e adesão, atribuindo essa postura à sua integração social e acadêmica. Perceberam

autores que o aluno estar inserido na vida acadêmica é fator que promove a permanência.

Exemplificando, sobre a posição dos professores em sala de aula, podemos citar a resposta de MAT03, que atribui a estas posturas, um dos motivos da sua insatisfação:

“(...) gostaria de registrar que um dos motivos que levou pelo menos a mim, optar por outra instituição, foi a militância política/partidária por parte de professores, onde estes deveriam primar pelo auxílio na busca pelo conhecimento dos acadêmicos.”

Na manifestação de FIS05, fica bastante claro a desmotivação docente:

“Acho que se os professores pelo menos parassem de desanimar os alunos já mudaria algo, a maioria nem quer dar aula e eles já até falaram isso: ‘nem sei o que ‘tô’ fazendo aqui ainda.”

Quanto à relação com os docentes e o papel significativo na decisão de concluir ou abandonar a graduação, outra crítica pode ser observada da resposta abaixo transcrita:

“Sim, influenciam. Nunca fui beneficiária de nenhum programa, quando surgiu a oportunidade foi quando consegui meu 1º emprego de carteira assinada de tempo integral e optei por ele. Na época os calendários eram todos desajustados, período das aulas em final de ano e quando organizaram houve uma greve de 4 a 5 meses onde os docentes quando retornaram não disponibilizaram tempo para estudo e teve uma docente que disponibilizou um trabalho e para apresentação sorteava a questão e para minha sorte foi a questão que não conseguimos entender e responder. Isso foi muito marcante, pois o que adianta todo um currículo de doutorado e pós-doutorado se não há o mínimo de didática. Docentes engenheiros, físicos, etc.... e só fazem complementação na licenciatura para poderem ministrar aulas em universidades. Se na época o ensino básico era um pouco melhor, fico imaginando agora. Na época os docentes ficaram fazendo piada do nosso ensino

básico da região. Se eles (docentes) eram tão bons, porque não conseguiram ser nomeados em outras instituições de qualidade? Acabei cursando a metade e desestimulada nas disciplinas finais das exatas. Porém cursei algumas disciplinas de cálculo, física, geometria, onde os professores eram formados na licenciatura até mesmo no curso normal. Eram maravilhosos em suas ministrações, exigentes, mas acessíveis. Lembro que havia uma zoação "há está difícil vai pra letras", provas onde os alunos colavam descaradamente, porém sempre pensei o que adianta esses engenheiros hoje fazerem isso, amanhã não vão saber resolver, pois algumas disciplinas eram com as engenharias, e turmas com muito alunos, acabava ficando um entra e sai e nas provas colagem. Atuo hoje na área da educação e sou feliz em minha formação. Porém na UNIPAMPA não me agradei da minha experiência, pois não tinha disponibilidade para estudar da meia noite a 6h como os professores diziam, era apenas aos sábados e domingos." (sic) (MAT08).

Desse modo, a pesquisa mostrou que especialmente quanto aos docentes, estes têm importante papel na satisfação do estudante, que muito mais que compartilhar conhecimento, o professor tem que estabelecer um vínculo com o aluno. Ficou evidente que a postura docente influencia o bem-estar do estudante, o que pode ser constado das seguintes falas:

"Na época o Coordenador entrou em contato (...). Ele (Prof. Dr. xxxx) foi incrível em todos os momentos (...)" (QUI07)

"Eu digo que enquanto estive na UNIPAMPA recebi o apoio psicológico e de professores muito qualificados (...)" (QUI09)

"Sou grata aos professores e a toda comunidade acadêmica UNIPAMPA, fui muito acolhida e agradeço por ter tido a oportunidade de conhecer profissionais e colegas maravilhosos." (QUI09)

Como vemos, o papel do professor influencia nas decisões dos evadidos, e dar-se conta dessa capacidade de ser facilitador do engajamento e da permanência ou, ainda, ter o condão de contribuir para o abandono é fundamental, e isso perpassa pela qualificação do quadro docente.

Quanto à **falta de suporte**, verificamos que as subclassificações apontam esta insuficiência sob os dois eixos: falta de suporte pessoal e familiar e falta de suporte material ou financeiro. O primeiro, pela necessidade de rede de apoio para auxiliar nos demais compromissos do estudante, e o segundo, sobre a falta de condições financeiras ou materiais.

Identificamos que a questão familiar e pessoal perpassa o apoio para frequentar e assistir às aulas ou realizar as atividades acadêmicas, bem como contar com alguém que auxilie nas atividades domésticas e familiares, cuide dos filhos, etc. Nesse sentido, transcrevemos as ideias seguintes:

“Não poder frequentar a faculdade para fazer o curso, na época que eu entrei estávamos na pandemia e meus familiares não respeitavam meus estudos.” (LLA06)

“Na época minha filha era bebê e não consegui conciliar o trabalho e faculdade a noite. Saía de casa 7h e voltava às 23h.” (MAT09)

“É triste quando você consegue o tão desejado sonho de entrar em uma universidade federal, e acaba tendo que deixar esse sonho de lado. (...). Eu não posso falar dos meus professores porque eles me acolheram no momento que eu descobri o diagnóstico de autismo do meu filho, todos eles.” (MUS02)

Das respostas acima, constatamos que tem algumas questões que podem estar relacionadas à cultura local, como, por exemplo, os familiares não entenderem a importância de uma formação superior, e não respeitar essa decisão do estudante, como ficou evidenciado na resposta de LLA06, ou, não possuir uma rede de apoio, que dê suporte para o cuidado dos filhos, por exemplo, ou que permita estrutura para conciliar a atividade profissional e de estudante, como é perceptível nas respostas de MAT09 e MUS02.

Com relação à questão material e financeira, chamamos a atenção para a maioria dos evadidos ter mencionado a questão da dificuldade de conciliar o curso com as atividades profissionais, já que não possuem a condição de dedicação exclusiva ao curso; e essa questão está associada aos horários em que as disciplinas são oferecidas, sendo que a reorganização dos turnos em que os cursos

são ofertados poderá impactar na evasão, sem a necessidade de grandes investimentos financeiros.

De fato, ao analisarmos o perfil dos estudantes evadidos, 76,8% deles afirmaram exercer atividade remunerada, e 65,1% afirmam a sua renda familiar até 03 salários-mínimos, o que já indica que possuem a necessidade de acesso às políticas estudantis, para conseguirem se manter na Universidade. Trinta respondentes relacionam a evasão às questões financeiras e a impossibilidade de conciliar estudos e trabalho.

Citamos, por exemplo, as respostas de LLP03, MUS02 e QUI06, que atribuíram o abandono da graduação à:

“Dificuldade de conciliação entre o trabalho e a frequência nas aulas, dificuldades financeiras.”

O **fator vocacional** aparece nas respostas, onde uma delas (LLP02), é no sentido de que se matriculou no curso de Letras através do SISU, em janeiro; quando em fevereiro foi disponibilizado o PROUNI, ela se classificou para o curso de Psicologia na URCAMP; como essa era a sua primeira opção, sendo a licenciatura a segunda, optou por aquela, que era a sua vocação.

Este fator também aparece relacionado à falta de identificação com o curso, manifestação de QUI05:

“Falta de identificação com o curso.”

Ou, ainda, a motivação referida por QUI07:

“... porque cursava Farmácia, meu Curso de opção na vida.”

A falta de identificação com o curso e a desvalorização da profissão são consideradas no estudo realizado por Moura, Mandarinó e Silva (2020), que afirmam que o fator vocacional é determinante da evasão.

A falta de identificação com o curso está diretamente relacionada com a falta de identificação com a profissão, como aponta o estudo de Ambiel, Barros (2018),

que infere que quanto maior a clareza que o aluno tem sobre o seu projeto profissional, menos riscos tem de evadir-se:

Por meio dos resultados, percebe-se que as pessoas que têm maior clareza do seu projeto de carreira profissional tendem a apresentar menores motivos para evadir-se do curso em função da insatisfação com a escolha e que essa segurança na carreira pode estar relacionada a atitudes autônomas e ativas ante o papel de aluno, como sugere a correlação positiva desse fator com “motivos relacionados à autonomia”. Assim, quanto mais adaptado o aluno estiver ao curso, nos aspectos emocionais e sociais e à instituição, menores serão as chances de evasão por motivos relacionados à carreira (AMBIEL, BARROS, 2018 p. 263).

De fato, muitas vezes o acadêmico não está seguro da profissão que pretende seguir e acaba por experienciar a universidade. Essa hipótese é bastante possível, se considerarmos que mais de 76% dos evadidos que participaram desta pesquisa afirmaram terem menos de quarenta anos e aproximadamente 20% afirmou ter até 25 anos.

O **mercado de trabalho/carreira** também foi uma das questões que teve importante peso na decisão dos evadidos:

“Hoje a licenciatura é muito mais uma vocação do que uma profissão, sou formado em licenciatura, fui para dentro de uma sala de aula e abandonei a profissão.” (QUI02)

A resposta de QUI02 revela que o fator vocacional fica em segundo plano, prevalecendo a busca por profissões que com melhor remuneração.

A segurança financeira direciona a escolha dos cursos, e talvez seja um dos agravantes na escolha e permanência nas licenciaturas, já que é notória a desvalorização da profissão no país. É neste sentido o depoimento:

“O mercado de trabalho tradicional está ficando cada vez mais saturado e existem muitas atividades que geram maiores rendas e proporcionam mais liberdade do que seguir carreiras acadêmicas ou similares, além é claro do tempo destinado. Poucos alunos têm gosto por alguma profissão, a maioria entra nos cursos por segurança financeira, o que acaba os limitando. Com relação às políticas e ações, muitos nem entendem ao certo o que se passa por terem uma visão muito limitada sobre como o mundo funciona.” (QUI03).

Aliada à questão do mercado de trabalho, apareceram respostas sobre a importância de ações práticas durante o curso, com o propósito de obtenção de experiência, simultaneamente ao conhecimento teórico. Os evadidos compreendem que quanto antes estiverem em contato com as empresas, escolas, ou seja, o campo de trabalho, mais cedo terão a certeza de permanecer ou evadir. Um dos respondentes mencionou essa questão:

“A melhor forma é fazer parcerias com as empresas locais para trabalharem e adquiram experiência e sejam contratados e se mantenham empregados até a conclusão do curso.” (MAT06).

A formação prática e experiência profissional foram indicadas como uma necessidade, já que somente a formação acadêmica não é suficiente para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, onde a experiência profissional, via de regra, é exigência das vagas disponíveis.

Desse modo, podemos constatar que os fatores apresentados como vocacionais e de carreira no estudo de Ambiel, Cortez e Salvador (2021), aparecem de forma relevante na pesquisa, tendo um impacto considerável nas decisões de abandono dos respondentes.

Em relação ao **desempenho acadêmico**, foram mencionados aspectos como: a retenção, a dificuldade de aprendizagem, o curso ser muito teórico, a falta de qualidade didática e deficiência na formação dos docentes, a desmotivação docente e a falta de base do ensino nas escolas anteriores. Abaixo se transcrevem algumas respostas:

“Mas alguns docentes, por não terem preparação didática quanto a educação, são inespecíficos, digo não estão preparados para ministrar aulas por serem de outras áreas. Isso prejudica bastante o aprendizado dos discentes.” (QUI14).

“Falta de base do ensino nas escolas anteriores.” (FIS03)

“(…) desmotivação dos professores.” (FIS05)

Na tentativa de reverter este quadro, citamos o estudo de caso sobre a utilização de uma Comunidade de Prática no curso de Licenciatura em Física, da UNIPAMPA *Campus* Bagé, no qual se constatou que a comunidade contribui “no combate à evasão e retenção dos estudantes promovendo a superação de dificuldades de aprendizagem a partir da interação entre ingressantes e veteranos e fomentar nos licenciados o espírito de estudos em grupos (...)” (INÁCIO, 2019, p. 65).

Já a pesquisa desenvolvida no curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura na UNIPAMPA, do *Campus* Itaqui, constatou como fatores da evasão as dificuldades em relação às disciplinas básicas e a distância de casa e adaptação ao ambiente acadêmico. O primeiro fator não é novidade nos estudos sobre evasão e estratégias colaborativas e cooperativas, como monitorias, por exemplo, podem diminuir a reprovação e, por consequência, a evasão. (BELMONTE; JUNIOR, 2020).

No sentido de que as **dificuldades de aprendizagem** favorecem o abandono, podemos citar os altos índices de evasão e retenção na disciplina de Química Geral Teórica, ofertada no primeiro semestre aos cursos de engenharia da UNIPAMPA, *Campus* Bagé, em que Santiago e Casartelli (2018), identificaram como principais motivos a quantidade de matéria; a didática do professor; a falta de tempo para estudo e o desinteresse do acadêmico com o componente curricular.

No **fator institucional**, exploramos questões atinentes à instituição na decisão de abandono dos cursos. Identificamos nos discursos dos respondentes a questão da organização dos horários de aulas e turnos. Lamers, Santos, Toassi (2017) sugerem entre as ações de gestão que impactam positivamente na redução da evasão, a reorganização dos horários e dos turnos em que são oferecidas as vagas, para ampliar a oportunidade de o aluno trabalhador ter acesso aos cursos, já que muitos lhes são inviabilizados em face da dedicação exclusiva.

De fato, como muitos cursos são oferecidos no diurno, ou de forma integral, acabam restringindo o poder de escolha do estudante trabalhador, exemplificado pela resposta do FIS04:

“Elas influenciam tendo visto que para a licenciatura em física o curso era majoritariamente diurno e vespertino, impossibilitando assim adquirir trabalho nas horas claras do dia.”

Aparece ainda, a **deficiência na estrutura física do Campus**, com a indicação de problemas nas salas de aula, cantina, estacionamento, banheiros, etc. Este fator está relacionado, em alguns casos, ao processo de construção da estrutura do *Campus*:

“Quando eu estava na UNIPAMPA o Campus ainda estava em construção. A falta de estrutura e políticas de permanência eram compreensíveis.” (LLP01)

“No tempo que estive na UNIPAMPA a infraestrutura era um ponto muito relevante, pois não tínhamos ainda o Campus, então tínhamos aula em diversos pontos da cidade” (FIS01)

Mas também alguns evadidos consideram a estrutura boa, outros mencionam a oferta do básico e há aqueles que indicam a necessidade de investimentos::

“O Campus é perfeito. As salas amplas e arejadas. Biblioteca, banheiros, tudo bem conservado e funcionando.” (MAT09)

“Tem energia pra estudar, água e internet no Campus, acho que é o básico assim” (FIS05)

“Infraestrutura boa e outros ainda pode melhorar” (QUI14)

“Laboratórios com equipamento velho e/ou quebrado” (FIS04)

“Laboratórios pequenos,” (QUI09)

“Não ter um lugar para descansar, em intervalos de aulas, pois como não sou de Bagé, passava a semana inteira com aulas integral.” (LLA07)

Outro fator da evasão que diz respeito à instituição é a **falta de acolhimento psicológico, pedagógico e social**, que segundo Silva *et al.*, (2019), impacta nos

índices de evasão. Para os autores, as IES que investem na integração do aluno ao ambiente acadêmico e que promovem o acompanhamento e apoio nas dificuldades, conseguem reduzir os índices de evasão, sendo o acolhimento e o acompanhamento fundamentais para garantir a permanência e conclusão do curso. (Araújo; Silva; Pederneiras, 2022).

Foi indicada também a questão **docente/desmotivação docente**, o que nos parece que em um curso de licenciatura deve ser impactante, já que, em princípio, se está buscando qualificação para um dia estar na posição daquele docente. E, se o docente não consegue entusiasmar o aluno e, pior, contribui para a desistência do curso, por certo também merece um olhar aprofundado por parte dos gestores.

Outro aspecto diz respeito à **deficiência na estrutura curricular**, insuficiência da estrutura de apoio ao ensino e deficiência na formação pedagógica, o que também parece estar em alinhamento com o motivo anterior, já que a questão docente/desmotivação docente parece estar intimamente ligada com a estrutura curricular e a deficiência na formação pedagógica. Mais uma questão que ações de gestão podem mitigar ou até mesmo resolver, sem a utilização de grandes recursos financeiros.

Sobre estrutura curricular, o estudo de Anner, Rodrigues, Irala (2020), discute o impacto de mudanças de estratégias pré-curriculares e curriculares adotadas pelo curso de Engenharia Química da UNIPAMPA para minimizar a retenção e a evasão. Concluiu que as alterações implementadas contribuíram para a redução da retenção e, conseqüentemente, poderão ter como efeito também a diminuição dos índices de evasão do curso no período subsequente.

Ainda sobre a questão curricular, podemos mencionar estudo que verificou a influência da utilização das metodologias ativas para enfrentamento da evasão no curso de licenciatura em Física da UNIPAMPA *Campus* Bagé, no qual Franco (2019) observou que elas tornaram o conteúdo curricular significativo e, deste modo, contribuíram para o aumento da crença de autoeficácia, do sentimento de pertencimento, gerando motivação nos estudantes. Os resultados mostraram evidências que a utilização das metodologias ativas impacta positivamente na redução dos índices de evasão

Por último, aparece o **comprometimento Institucional** (Gestão/Administração/Diretoria), como motivo determinante na decisão de

abandono dos bancos acadêmicos. Podemos citar como exemplo FIS01, que atribuiu a essa questão a sua decisão de abandono do curso:

“(...) falta de apoio e desconsideração de orientador em trabalho que fui autor levado a simpósio e dado a outro colega para apresentação, vindo a me desmotivar a permanecer no curso, levei à direção e foi feito pouco caso em relação ao assunto.” (FIS01)

Na possibilidade de identificar outro problema que não aqueles constantes da múltipla escolha, deixamos caixa aberta. Uma leitura acerca da **característica regional onde o Campus** está inserido também foi levantada por um participante, no seguinte sentido:

“A universidade demorou a entender a realidade socioeconômica regional, e o que uma Universidade Federal no interior representa. Faltou também uma conexão com a cidade e região. A falta de cursos como Agronomia e Veterinária mostram a desconexão com a cidade. Se for apenas para formar mão de obra para outras cidades e estados, metade do sentido da universidade se perde.” (LLP01).

Como podemos perceber, as questões atinentes à Instituição, apontadas pelos respondentes como determinantes na decisão de evadirem, à exceção das deficiências nas estruturas físicas e de apoio ao ensino, dizem respeito a questões de gestão, organização dos horários e ofertas dos cursos, motivação, formação e atualização dos docentes, acolhimento, orientação e acompanhamento dos estudantes.

Como pôde ser observado da discussão, os principais fatores da evasão apontados no referencial teórico foram identificados neste estudo de caso. E, especificamente sobre a UNIPAMPA, podemos mencionar o estudo de Radunz (2015), que identificou como causas da evasão do Curso de Química da UNIPAMPA *Campus* Bagé, a falta de identificação com o curso, o aspecto vocacional, a estrutura curricular, os horários de oferta e carga horária dos cursos e relação docente, necessidade de monitorias, dificuldade de aprendizagem e problemas pessoais, de saúde e financeiros.

Dessa forma, os motivadores da evasão nos cursos de licenciatura da UNIPAMPA *Campus* Bagé, em sua maioria, vão ao encontro do que já indicava o referencial teórico, e se concentram dentro dos fatores apresentados nos estudos consultado, em especial aqueles descritos por Ambiel, Cortez e Salvador (2021), demonstrados no Quadro 12.

8 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÕES DOS EVADIDOS E CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A PERMANÊNCIA

Esta seção de resultados contemplou o segundo objetivo específico: identificar a percepção dos evadidos dos cursos das licenciaturas da UNIPAMPA - *Campus Bagé*, sobre as políticas de permanência, com recorte temporal 2010/2020 e suas correlações com a permanência. Foram analisadas quatro questões (13, 14, 16 e 17) do questionário enviado aos 43 evadidos

A análise é desenvolvida nos seguintes eixos: inicialmente apresentamos quem são os beneficiários das políticas estudantis da UNIPAMPA e se e como acessaram os editais e os respectivos benefícios. Em um segundo momento, avaliamos o grau de satisfação dos evadidos com as políticas estudantis em execução na UNIPAMPA, discutindo os indicadores que na opinião dos evadidos merecem atenção, que são: a equidade na distribuição dos valores dos benefícios, o indicativo da necessidade de maior informação, divulgação, transparência e fiscalização no processo seletivo. No último eixo tratamos dos caminhos percorridos e a percorrer na UNIPAMPA.

8.1 Dos beneficiários das políticas estudantis

Do universo de respondentes, 15 afirmaram não terem sido beneficiados com auxílio estudantil, e entre os 28 que responderam ter acessado alguma política acadêmica, percebemos que as ações que tiveram mais beneficiários foram o plano de permanência (9), o restaurante universitário (5) e o apoio emergencial (3). Ainda foi mencionada duas vezes a Bolsa Trabalho e uma vez o Auxílio à Inclusão Digital, Cestas Básicas, Programa de Apoio Social e Pedagógico e Plano de Desenvolvimento Acadêmico.

Esses dados confirmam as informações demonstradas no Quadro 8, elaborado pela PRAEC, que apresenta os valores de investimentos em programas de assistência estudantil em execução na UNIPAMPA. Os maiores investimentos se concentram exatamente nas ações indicadas pelos evadidos. Relembrando que o referido Quadro 8 demonstra os investimentos realizados no ano de 2023, sendo

que só nos Planos de Permanência e no Restaurante Universitário, juntos, o valor total investido se aproxima de 9 milhões.

Especificamente quanto ao plano de permanência, executado por vários programas de auxílio aos discentes- alimentação subsidiada, moradia estudantil, apoio ao transporte e de auxílio-creche, os resultados indicam a importância para a comunidade acadêmica, por ser o mais acessado; igualmente o restaurante universitário demonstra ser uma fonte importante de apoio aos estudantes.

De forma similar são os resultados de Cardoso, Santos e Weill (2016), ao averiguar as condições de permanência no ensino superior do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, em Parintins, identificaram a importância dos programas: Bolsa Trabalho, Bolsa Acadêmica, Auxílio Moradia, Restaurante Universitário e Apoio a alunos com deficiência para permanência, apontando entre os resultados a necessidade de ampliação desses programas.

Tais estudos, bem como os resultados obtidos nesta pesquisa, confirmam Céspedes *et al* (2021), que defendem a importância do PNAES para a permanência de estudantes vulneráveis e para promover condições de melhor desempenho acadêmico, bem como vai ao encontro de Pena, Matos e Coutrim (2020), que afirmam que a política de cotas tem colaborado para o acesso de estudantes de camadas populares às IES, e que a questão socioeconômica é preponderante na evasão.

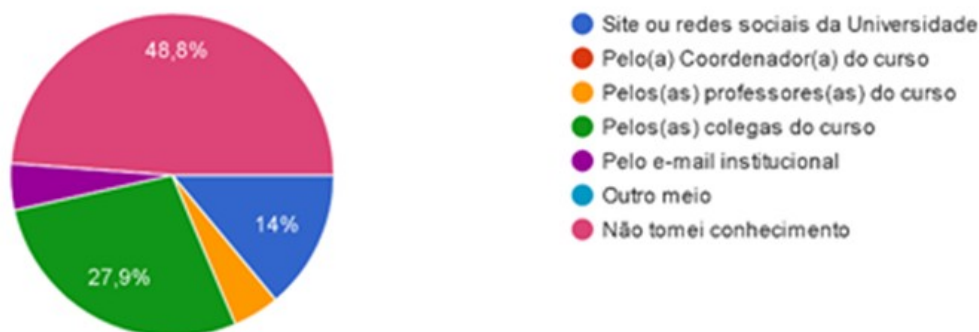
Desse modo, como vimos, muitos são os programas hoje existentes, o que demonstra o esforço da UNIPAMPA para contemplar o PNAES, e é evidenciado pelos sujeitos da pesquisa, mesmo que fragilidades sejam identificadas nas suas execuções.

8.2 Do acesso dos evadidos aos editais e às políticas de permanência

Também buscou-se verificar se os meios de comunicação foram hábeis para a divulgação das políticas estudantis, se as informações a respeito dos editais foram de conhecimento da comunidade acadêmica e quais são, na opinião dos evadidos, os meios mais eficientes.

A resposta à questão sobre como os sujeitos da pesquisa tomaram conhecimento sobre as políticas de permanência é demonstrada na sequência:

Gráfico 11 - Meios de divulgação dos editais



Fonte: Autora (2023)

A partir do gráfico acima, constatamos que quase metade dos respondentes afirmaram não terem tomado conhecimento sobre as ações e os editais de política de permanência. Destacamos que esta questão refere-se à falta de informação, tanto sobre a existência de ações e auxílios, como sobre a possibilidade e momento de se credenciarem para a sua fruição. Nas palavras dos evadidos:

“Como não chegou ao meu conhecimento, me parece que não são eficientes, ou não eram à época.” (LLP03)

“Desconheço as políticas institucionais de enfrentamento à evasão.” (MAT04)

“Não conheço as políticas de enfrentamento.” (LLA06)

“Estou sabendo agora. Nunca fui incentivada a permanecer.” (MAT09)

“Acho que poderia ser falado mais aos calouros.” (FIS03)

“Não tenho conhecimento.” (QUI01)

“Eu não tinha conhecimento sobre as políticas da universidade quando estava cursando.” (LLA05)

Cabe dizer que além das informações serem enviadas para o e-mail institucional, os estudantes têm acesso e se inscrevem no site institucional (<https://UNIPAMPA.edu.br/portal/#>), no portal do aluno (vide figura 12).

Figura 12 - Aba para acesso à inscrição para assistência estudantil



Fonte: <https://UNIPAMPA.edu.br>

Quando o aluno clica na aba Assistência Estudantil, é direcionado para a página da PRAEC (Figura 13) e como observamos, além da legislação e informações gerais sobre o tema, no lado esquerdo, no segundo ícone, consta a relação de todos os editais vigentes.

Figura 13 - Informações sobre editais em andamento



Fonte: <https://UNIPAMPA.edu.br>

Percebe-se um esforço da instituição na divulgação das informações, porém percebemos pelo resultado apresentado no gráfico 11 que apenas 18% dos evadidos afirmaram ter recebido as informações pelos meios eletrônicos – e-mail institucional ou site oficial da universidade.

Compreendemos que muitos são os fatores que podem estar relacionados à desinformação. Entre eles, Pina e Rosa (2018) em uma pesquisa sobre o tema na UNIPAMPA, já indicavam este desconhecimento, ressaltando principalmente a questão entre os ingressantes. Em suas palavras: “a vida acadêmica é muito complexa e tem uma dinâmica diferente do ensino fundamental e médio, assim, muitos alunos levam um tempo para se adaptarem a esse novo desafio” (PINA, ROSA, 2018, p.3). Entre os desafios acreditamos que está o domínio do portal do aluno e suas múltiplas funções.

Os dados do gráfico 11 indicam que entre aqueles que ficaram sabendo sobre os processos para acesso às políticas estudantis, quase 30% receberam a informação dos seus pares e 2% afirmaram ter obtido tais informações através do corpo docente da Universidade.

Como percebemos, o acolhimento, divulgação, suporte e orientação por parte dos colegas e professores é fundamental. Temos respondentes que tecem elogios, como o caso:

“Na época o Coordenador entrou em contato, esta foi a experiência vivenciada por mim. Ele (Prof. Dr. XXX) foi incrível em todos os momentos, mas por razões pessoais, acabei cancelando a matrícula.” (QUI07).

Desse modo, quanto à eficiência da comunicação institucional para divulgação dos editais de acesso às ações e políticas estudantis, se tomarmos por base os percentuais acima sintetizados e os discursos dos respondentes, aparentemente não está atingindo o seu objetivo, sendo necessárias maiores campanhas de divulgação junto ao meio acadêmico.

Nesse sentido, deverão ser estudados outros meios de comunicação para acesso aos estudantes, pelo que podemos sugerir a divulgação em programas de rádio, mídias digitais, cartazes, folders, mas, o que parece que chegaria a todos e sem maiores custos, é que os docentes e técnicos da Universidade divulgassem pessoal e verbalmente, em sala de aula.

8.3 Do grau de satisfação dos evadidos com as políticas estudantis em execução na UNIPAMPA - Relação entre as políticas estudantis e a permanência

Quanto ao grau de satisfação com as políticas acadêmicas, 62,8% dos respondentes afirmaram estar satisfeitos com as ações; e, 37,2% estão insatisfeitos.

Entre as respostas de satisfação, destacamos:

“Extremamente válida e importante.” (QUI10)

“Necessárias, principalmente sobre moradia.” (QUI12)

“São necessárias para dar seguimento ao estudo.” (QUI13)

“Acredito serem benéficas.” (QUI14)

“Positiva, contando que leve em conta as condições particulares de renda de cada aluno.” (LLA01).

“Toda a política que venha a fomentar a permanência do estudante, é de grande valia.” (MAT07).

“(…) acho que as políticas para área de licenciatura são fundamentais para permanência dos estudantes no rumo ao final do curso, tendo em vista a dificuldade que terão quando formandos”. (QUI04)

Entre respostas de insatisfação, encontramos respostas que sinalizam as políticas de assistência estudantil como péssimas, ruins, ou regulares:

“Deveriam ser mais transparentes e eficazes, porque senão dará mais amplitude nas futuras evasões.” (FIS06)

“Como não chegou ao meu conhecimento me parece que não são eficientes, ou não eram à época” (LLP03)

Entre as respostas de satisfação, mas com indicação da necessidade de melhorias, destacamos as respostas:

“Não foi suficiente para continuar o curso, estava com dificuldade financeira e não pude seguir”. (LLA03)

“Boa, mas não o suficiente.” (FIS04)

“Na minha opinião a oferta fica muito aquém da necessidade dos discentes.” (QUI09)

“São importantes e necessárias as bolsas de auxílio, porém uma campanha de nivelamento, um olhar diferenciado dos professores principalmente.” (MAT08)

“A eficácia dessas políticas pode variar dependendo de sua implementação e do contexto específico da instituição.” (LLA07)

Também observamos que alguns se omitiram de dar opinião, alegando não poderem opinar por não serem beneficiados ou, ainda, pelo desconhecimento.

Buscamos, ainda, triangular a satisfação com as políticas estudantis em execução na UNIPAMPA com os resultados dos relatórios da CPA, nos quais os estudantes respondem a este indicador a partir dos critérios: inexistente, insuficiente, suficiente, muito bom e excelente. Analisamos os relatórios dos últimos cinco anos e percebemos que em 2018, 51% por cento dos estudantes indicou a assistência estudantil como muito boa ou excelente (notas 4 e 5). Em 2019 este número subiu para 52,49%, em 2020 chegou a 65,03%. No ano de 2021, a avaliação positiva atingiu 88% e se manteve com o mesmo percentual em 2022.

Percebe-se que o grau de satisfação dos discentes com a política de assistência estudantil, expressas nos relatórios da CPA é positivo. Talvez essa diferença se dê em razão do público respondente, estudantes vinculados e evadidos. Também pode se supor que investimentos foram realizados nos últimos anos pela IES.

Além dos estudos da CPA, o grau de satisfação com as políticas de assistência estudantil no *Campus* Uruguaiana da UNIPAMPA foi estudado por

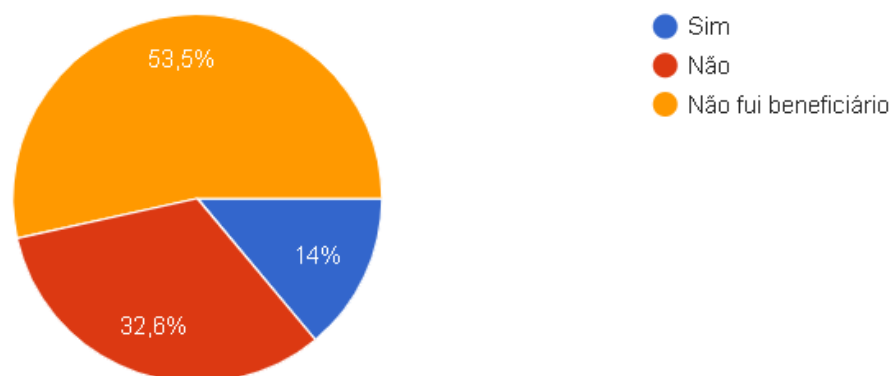
Cunha *et al.* (2022), com o intuito de compreender o impacto das políticas de assistência estudantil, durante a pandemia. O resultado corrobora a satisfação, pois 86,1% dos participantes consideram as ações de assistência estudantil como importantes para sua permanência no Ensino Superior. O nível de satisfação em relação às políticas de assistência estudantil é categorizado em 5 níveis, de 1 a 5, sendo que 43 participantes (42,6%) atribuíram nota 5; 44 estudantes (43,6%) nota 4; 13 estudantes (12,9%) nota 3; 1 estudante (1%) nota 2 e não foi atribuída nota 1. Tal dado infere a satisfação da maioria dos estudantes daquele *Campus*.

Como vemos, nossos resultados, obtidos a partir de público alvo da UNIPAMPA *Campus* Bagé, são no mesmo sentido dos obtidos na Unidade de Uruguaiana, e registram aprovação satisfatória. Essa avaliação satisfatória demonstra que existem as políticas estudantis e elas chegam aos estudantes, mesmo que não pelos meios oficiais, bem como são consideradas importantes para permanência, mas como tudo, o seu acesso precisa ser aprimorado e os benefícios necessitam ser ampliados. Como passaremos a expor, alguns aspectos foram mais significativos: os valores dos benefícios e a deficiência dos meios de comunicação, necessidade de maior transparência e fiscalização, entre outros.

8.3.1 O valor dos benefícios na perspectiva equitativa

Um dos aspectos que divide a opinião dos evadidos diz respeito aos valores do auxílio estudantil. Primeiro precisamos compreender que quando foram questionados se os valores recebidos nos programas interferiram na decisão de evadir, a maioria indicou como resposta não ter sido beneficiário dos programas de assistência estudantil (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Relação valores da assistência estudantil e a decisão de evadir-se



Fonte: Autora (2023)

O Gráfico 12 também mostra que entre os beneficiários, os valores da assistência estudantil não foram fator preponderante na decisão de abandonar o curso. Porém, nas respostas abertas percebemos que dos 46,5% que responderam ter recebido auxílio, a maioria, 70% dos beneficiados, afirma que os valores não foram suficientes para atender às suas necessidades.

Entre os comentários há sinalização para uma distribuição equitativa e não igualitária, já que a primeira estabelece que sejam analisadas, individualmente, cada situação e, a segunda, que o recurso seja dividido igualmente entre os beneficiados, o que não significa, entretanto, dar as mesmas condições para todos. Esse entendimento, inclusive, foi referido por um dos participantes, que ao avaliar as políticas estudantis, expressamente registra que são:

“Positivas, contando que leve em conta as condições particulares de renda de cada aluno.” (LLA01)

A questão da equidade tem relação com estudantes de fora da cidade, é uma preocupação de todos, pois é conhecida a dificuldade de quem não é da região, exemplificado na resposta de MAT03 e de MUS 02, a seguir:

“Acredito que os valores são relativamente baixos, também deveria ter auxílio em transporte para estudantes que residem a 2 km ou mais, para incentivar a permanência.”

“Muito pouco para a demanda da necessidade da cidade, tudo é caro, ainda mais para nós que somos de fora da cidade. Tinha que ter uma base de valor maior para os que necessitam se manter fora de suas cidades.”

Como se vê, é importante serem revistos os critérios de distribuição dos benefícios, dentro da legalidade, atentando-se para as peculiaridades e necessidades de cada um dos que se habilitem para a sua fruição.

Algumas respostas corroboram os dados da pesquisa de Ambiel, Cortez e Salvador (2021), que as questões financeiras se relacionam a estudantes mantenedores do núcleo familiar, e que não podem se dedicar exclusivamente para a graduação, exemplificado na resposta:

“Aqueles que se propõe achando que vai ter o sustento com o valor disposto pela universidade, é justamente esse que muitas das vezes não tem nem como retornar a sua família, digo isso, pois enquanto estive na UNIPAMPA vi muitos casos de situações desfavoráveis e sofridas por não conseguir concluir o sonho de uma formação. Mas esse discente nem sempre é de fora de Bagé ou da família, é que a família precisa do apoio financeiro e ele estudando não tem como trabalhar para contribuir financeiramente.” (QUI09)

Mas também algumas respostas sinalizam a necessidade de ultrapassar os valores pecuniários e dizem respeito a sensibilidade e um olhar diferenciado por parte dos envolvidos, exemplificado em:

“São importantes e necessárias as bolsas de auxílio, porém uma campanha de nivelamento, um olhar diferenciado dos professores é principal.” (MAT08)

“Acredito que falte mais políticas que tratem da saúde mental dos alunos, pois a falta de preocupação com isso parte principalmente dos professores.” (QUI05)

Entre aqueles que acreditam que a assistência estudantil e as ações institucionais têm influência na evasão ou permanência, podemos afirmar que existe uma associação à tranquilidade, possibilitando ao aluno se dedicar mais ao curso, ao terem suporte para custear suas despesas.

“As políticas e ações institucionais podem ter um impacto significativo na evasão e na possibilidade de permanência dos estudantes em um curso. Quando implementadas de forma adequada e eficaz, essas políticas podem ajudar a criar um ambiente de apoio e engajamento, fornecendo recursos e suporte necessários para os alunos enfrentarem os desafios acadêmicos e pessoais.” (LLA07)

“Possibilitam, porque com essas ações o discente recebe apoio psicológico e financeiro, mas ao mesmo tempo a família também tem que ter a influência para contribuir financeiramente.” (QUI09)

“Essas políticas podem incluir medidas como orientação acadêmica, programas de tutoria, suporte psicossocial, incentivos financeiros, flexibilidade curricular, atividades extracurriculares e monitoramento do desempenho dos estudantes. (LLA07).

“Ao oferecer suporte abrangente aos estudantes, as instituições podem ajudá-los a superar dificuldades acadêmicas, emocionais e financeiras, aumentando suas chances de concluir o curso com sucesso. Além disso, ao criar um ambiente de pertencimento e engajamento, as políticas institucionais podem motivar os alunos a permanecerem no curso, sentindo-se valorizados e apoiados pela instituição.” (LLA07)

No aspecto tranquilidade, novamente se expressa a preocupação em atenuar a dificuldade de os alunos de outras regiões se manterem na cidade, onde uma das respostas registra que:

“Acredito que possibilitam a permanência, principalmente para os estudantes que vêm de outras regiões.” (MAT07)

Podemos ainda citar a resposta QUI12, estudante de outro estado, que referiu que:

“Sou de outro estado, quis muito ir, mas tive medo da necessidade de trabalhar e aí não foi possível.”

No mesmo sentido, podemos registrar a seguinte resposta:

“Em geral, acho necessárias as ações institucionais e auxílios/bolsas ofertados para promover a permanência na universidade, principalmente levando em conta que muitas pessoas vêm de outras cidades e estados para estudar. (...)” (LLA05).

Outro participante refere ser tão importante, que ele que somente consegue manter no ensino superior porque

“(...) se no período eu tivesse conhecimento sobre as mesmas teria provavelmente continuado com a graduação. (...) Hoje estudo em outra universidade e apenas consigo me manter financeiramente por receber bolsa de monitoria, por exemplo.” (LLA05)

Como podemos constatar, há o entendimento de que as políticas da Universidade são fundamentais para possibilitar a permanência, em razão dos diversos custos e da necessidade de considerarmos os compromissos dos estudantes com sua subsistência e de sua família:

“Elas oferecem a possibilidade da manutenção do aluno no curso, pois devemos pensar que o estudo tem custo de transporte, alimentação, materiais, etc...” (QUI04)

8.3.2 Informação, divulgação, transparência e fiscalização

Vivemos em uma sociedade onde as relações são dinâmicas e as informações estão disponíveis quase que simultaneamente ao fato. Temos acesso ao que acontece no mundo de forma instantânea, as informações estão disponíveis em tempo real. Então, é surpreendente que uma das maiores críticas apontadas pelos respondentes seja a falta de informações, divulgação deficiente, necessidade de maior transparência e fiscalização do processo seletivo. Por que algo que é tão natural e automático muda no mundo acadêmico? Por que a Universidade não consegue fazer com que as informações cheguem a toda a comunidade acadêmica?

A deficiência na comunicação não foi apontada no referencial teórico e percebemos que praticamente a metade dos respondentes afirmou não ter tido conhecimento e acesso às políticas de permanência, portanto, não buscaram se habilitar à sua fruição.

Essa questão - deficiência na divulgação das políticas acadêmicas - nos parece de relativo ineditismo e nos surpreende pelo número elevado de evadidos que não tiveram conhecimento desses benefícios (mais de 48% dos respondentes). De fato, no início dessa pesquisa e, mais especificamente após a revisão de literatura, havia alguma intuição acerca dos possíveis fatores que seriam identificados para dar conta dos objetivos específicos da pesquisa. Contudo, essa questão de acesso à informação e falta de conhecimento não estava entre aqueles preambularmente identificados.

Importante destacar que se confrontarmos os dados dos relatórios da CPA dos anos de 2021 e 2022, podemos constatar que houve uma queda na aprovação da adequação dos mecanismos internos de comunicação institucional, com escore de 3,77 em 2022, refletida queda na pontuação em comparação com o ano de 2021, quando o escore obtido foi de 3,93 pontos. Esses dados do Relatório da CPA sinalizam a problemática e corroboram com a percepção dos evadidos: baixa efetividade dos meios de divulgação institucional.

Dessa forma, urge a necessidade de a Universidade repensar os seus meios de comunicação, considerando as dificuldades de acesso indicadas pelos acadêmicos, como, por exemplo: site institucional não é intuitivo; é difícil a navegação; as informações estão disponíveis, mas não são de fácil acesso. Ajustes

técnicos podem viabilizar o acesso de benefícios que podem dar o amparo e suporte necessário à conclusão do curso.

Importante destacar que entre aqueles que tiveram acesso, quer seja às informações, quer seja a utilizarem dessas políticas, o sentimento de gratidão foi bastante evidenciado, já que houve várias manifestações de aprovação das políticas em execução. Cite-se, por exemplo, o RU, cuja efetividade e necessidade ficaram em evidência na resposta de LLP04:

“Facilitam a permanência, sobretudo RUs e casa do estudante.”

Na mesma pergunta, o plano de permanência se mostrou de grande importância para a comunidade acadêmica.

Ainda, há que se destacar que foi também referido ser importante que os beneficiados pelas políticas de permanência dessem uma contraprestação à sociedade, como, por exemplo, através de atividade comunitária e social, que os fizesse valorizar os benefícios recebidos e devolver para a sociedade, mesmo que em parte, o investimento recebido. Que tal seria importante porque os faria valorizar os recursos que lhes foram destinados e ainda lhes proporcionaria formação complementar e potencialização das suas habilidades:

“Que tenha algum retorno imediato para a sociedade (serviços sociais) como: alunos que tem assistência, destinar parte do seu tempo a serviços comunitários, desde ensino de alguma disciplina em escolas a artes, horticultura comunitária, etc. Desta forma o grau de valorização dos benefícios e o sentido de reciprocidade - deixará o indivíduo em outro patamar de experiências e valorização dos recursos e suas próprias habilidades.” (QUI03).

Existem os que entendem não ser suficiente para garantir a permanência, e avaliam negativamente as políticas em execução. As principais críticas dizem respeito à falta de transparência no processo, que se daria pela falta de informações, bem como em razão da insuficiência das políticas existentes para atender a necessidade e demanda dos estudantes. Essas impressões podem ser constatadas através das seguintes respostas:

“A influência se dá pela falta de transparência e atualização das informações intemporais, prejudicando os alunos interessados nas políticas.” (FIS06)

“Acredito que não são divulgadas o suficiente, nem específicas o suficiente para possibilitar a permanência dos alunos.” (QUI05)

“Não 100%, mas às vezes sim. (LLA03)

“Varia muito, mas acredito que os auxílios não são suficientes para que um aluno possa se manter de forma digna.” (QUI11)

Importante referir que, entre os que entendem a importância dos programas, salientam a necessidade de fiscalização, para garantir que o auxílio chegue a quem realmente necessita, como podemos observar da seguinte manifestação:

“Possibilitam a permanência dos alunos, pois trata-se de ajuda aos mais necessitados, porém nem sempre é fiscalizado de forma correta, disponibilizando auxílio para os que não precisam.” (QUI10)

“Sim, alguns são escolhidos para participação de projetos que acabam acumulando bolsas enquanto alguns não recebem nenhum tipo de ajuda.” (QUI02)

Reforçando a importância da fiscalização e de ferramentas de controle, Kowalski (2012, p.59) destaca:

No que dizem respeito às percepções dos alunos beneficiados com os programas de assistência estudantil, esses demandam que sejam revistas as formas de atuação dos profissionais, os quais impõem parâmetros na utilização e no acesso aos benefícios socioeconômicos, e quando não cumpridas às imposições, motivam punições.

Também foi expresso o entendimento de que muito desse acesso às políticas estudantis depende da comunidade acadêmica, já que

“os alunos interessados perguntam aos professores e coordenadores e procuram auxílio.” (MAT06)

Como é possível perceber, as políticas estudantis foram consideradas importantes, mas os evadidos identificam fragilidades.

8.4 Caminhos Percorridos e a Percorrer na UNIPAMPA

Esta seção sinaliza ações de melhoria e ampliação das políticas de permanência, a partir do olhar dos evadidos e do mapeamento de estratégias já desenvolvidas ou em desenvolvimento na UNIPAMPA. Para esse fim, identificamos o que emergiu sobre estratégias de combate à evasão a partir das respostas dos evadidos, bem como indicativos de ações que possam fortalecer as políticas existentes e a sua necessária ampliação, além das já discutidas que envolvem os valores financeiros, a divulgação, transparência e fiscalização.

Dos evadidos, podemos mencionar alguns indicativos, a partir das seguintes manifestações:

“tem que haver vagas de estágio, extensão, auxílio, emprego, ou alguma fonte de renda (...)”. (QUI06)

“Parceria da universidade com as empresas e criar as incubadoras cria a oportunidade dos alunos mais envolvidos em desenvolver suas ideias e destacá-los nas seleções para as empresas participantes.” (MAT06)

“O curso ser diurno.” (QUI13)

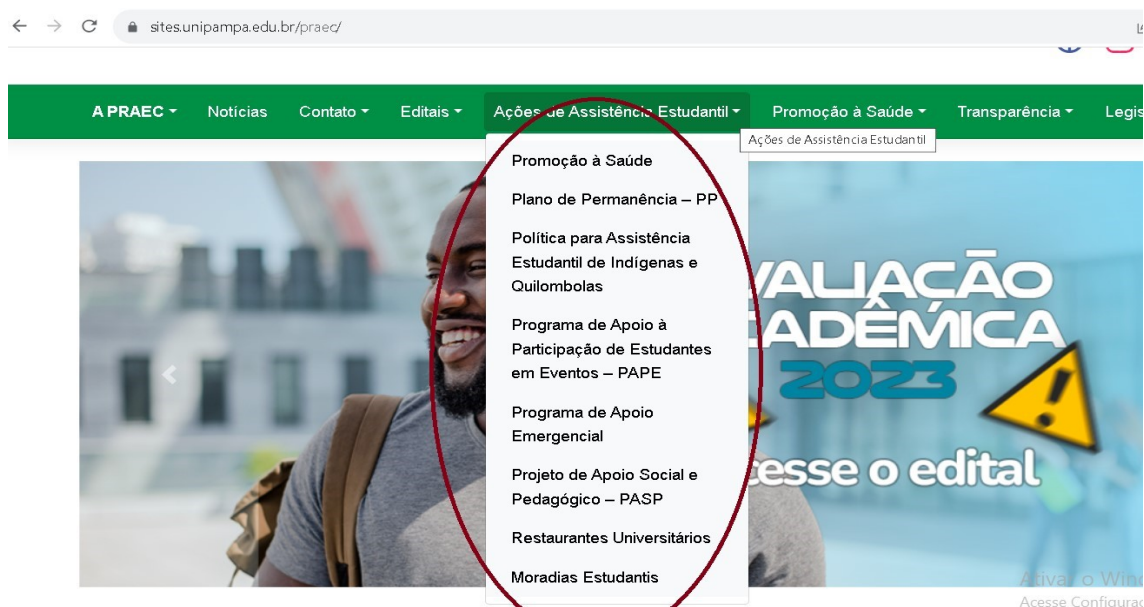
“Uma reformulação dos cursos oferecidos, respeitando a realidade local, pode ter mais impacto do que bolsas de permanência.” (LLP01)

Com efeito, muitas são as estratégias que podem de alguma forma diminuir os índices de evasão, entre elas reforçamos o Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos - NIDA, que lançou o painel de dados acadêmicos¹⁴, possibilitando que as informações estejam disponíveis em um lugar específico e sejam confiáveis. Vamos discorrer sobre algumas ações já implementadas, são elas:

14 <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/nida/indicadores/>

A UNIPAMPA tem uma Pró-reitoria, chamada PRAEC, que desenvolve programas, benefícios e ações voltadas à assistência estudantil e ao acesso aos direitos de cidadania. Aspectos específicos sobre cada um dos programas constam no capítulo 4, aqui apenas evidenciamos que as informações são públicas, figura 13, cujo total de investimentos nos diferentes programas: moradia estudantil, restaurante universitário, auxílio-transporte, entre os demais, até o mês de outubro de 2023 equivale a mais de R\$ 10.500,00.000¹⁵

Figura 14 - Demonstrativo das ações de assistência estudantil.

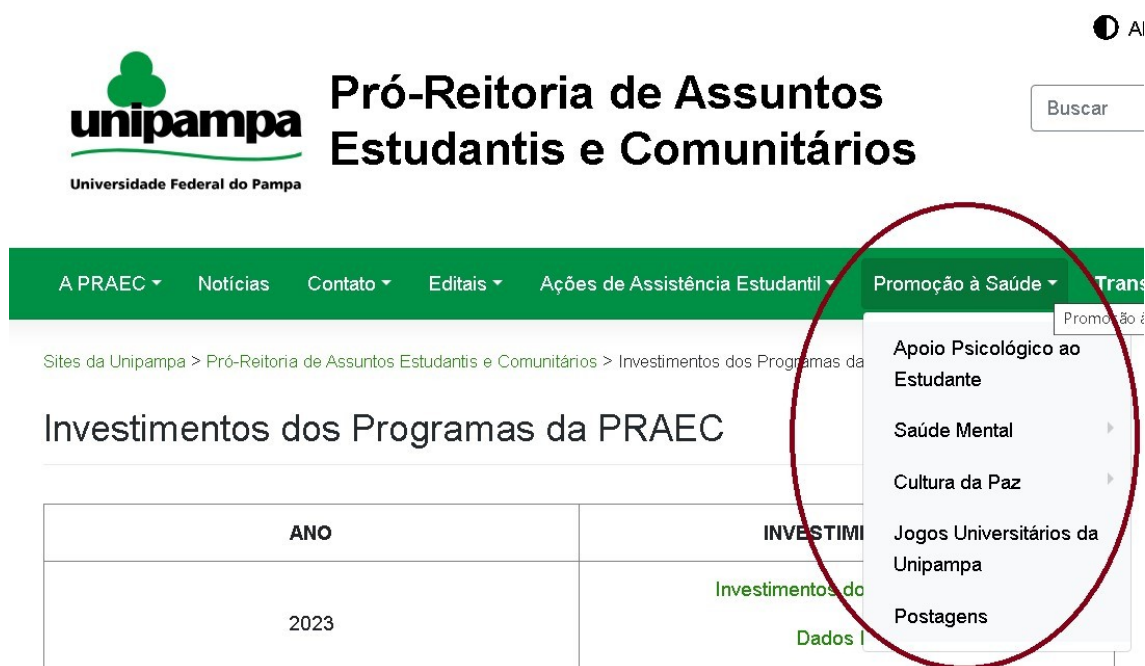


Fonte: <https://UNIPAMPA.edu.br>

Nesse ponto podemos constatar que há uma especial preocupação da UNIPAMPA, através da PRAEC, com as questões psicológicas e de saúde mental dos discentes, cujos serviços disponíveis são demonstrados na Figura 15, a seguir:

¹⁵ https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2023/10/pl010-2023-controle-investimentos-bolsas_auxilios-setembro.pdf

Figura 15 - Demonstrativo das ações de promoção à saúde na PRAEC



The screenshot shows the website of the Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) at Unipampa. The header includes the Unipampa logo and the text 'Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários'. A search bar is located in the top right corner. The main navigation bar is green and contains the following items: 'A PRAEC', 'Notícias', 'Contato', 'Editais', 'Ações de Assistência Estudantil', 'Promoção à Saúde', and 'Trans'. A dropdown menu is open under 'Promoção à Saúde', listing the following options: 'Apoio Psicológico ao Estudante', 'Saúde Mental', 'Cultura da Paz', 'Jogos Universitários da Unipampa', and 'Postagens'. Below the navigation bar, the page title is 'Investimentos dos Programas da PRAEC'. A table is partially visible with the following content:

ANO	INVESTIMI
2023	Investimentos do Dados

Fonte: <https://UNIPAMPA.edu.br>

O Núcleo de promoção de saúde mental e práticas desportivas, que pode auxiliar nas questões de problemas de saúde mental (psicológico, psiquiátrico) está em funcionamento, inclusive com atendimentos online. Essa necessidade fica evidente na resposta de QUI01:

“Acredito que falte mais políticas que tratem da saúde mental dos alunos (...).”

Contudo, hoje o serviço é prestado, mas podemos aventar que está disponível há pouco tempo, já que iniciado após pandemia; é intitulado “Diálogos Digitais”¹⁶, e oferece atendimento de um psicólogo, de forma *online*, através de videochamada, webconferência ou outras plataformas digitais, e provavelmente ainda não seja do conhecimento geral da comunidade acadêmica, o que mais uma vez demonstra a dificuldade de comunicação da instituição.

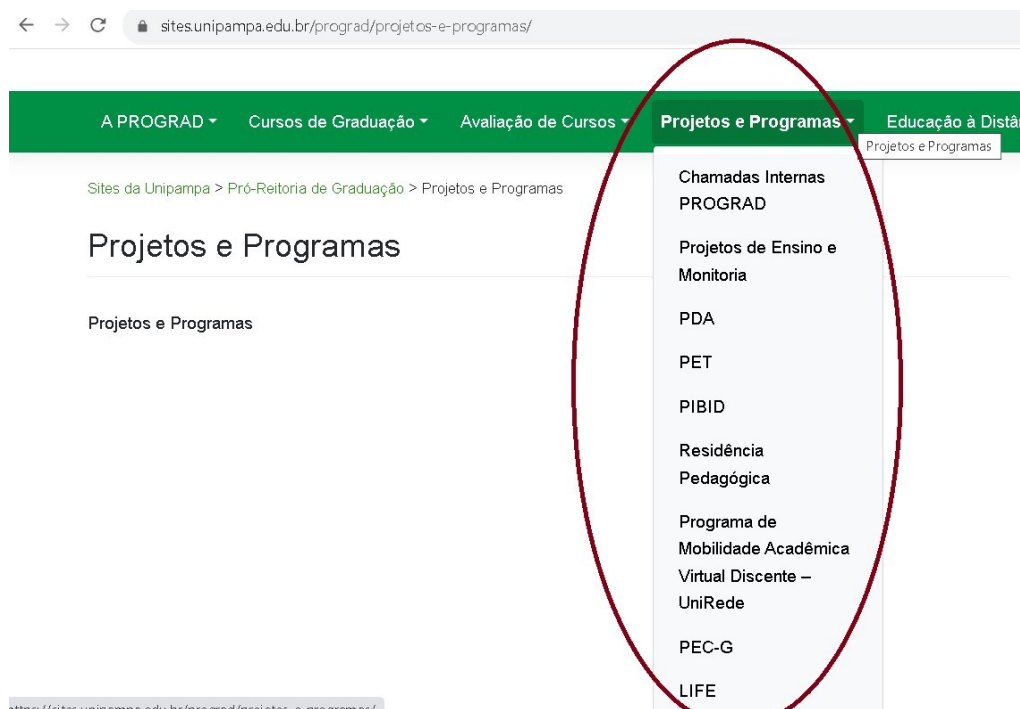
Da mesma forma que a PRAEC a Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD, também investe em estratégias de permanência. Além das iniciativas demonstradas na figura 14, a PROGRAD criou a Comissão Institucional para Acompanhamento da

¹⁶ <https://sites.unipampa.edu.br/praec/apoio-psicologico-ao-estudante/>

Evasão e Retenção, com Comissões locais de acompanhamento e enfrentamento da Retenção e Evasão.¹⁷

Entre as ações da Figura 14, cabe destacar os Programas que envolvem grande número de bolsistas na Licenciatura, quais são: Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID e as bolsas do Programa Residência Pedagógica.

Figura 16 - Projetos e Programas da PROGRAD com vistas à permanência



Fonte: <https://UNIPAMPA.edu.br>

Em relação ao PIBID a tese de Souza (2018) cujo propósito era mostrar o significado do programa para os estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática do IFES *Campus* Cachoeiro de Itapemirim, e evidenciou a aproximação do bolsista com o contexto da escola, desenvolvendo a familiaridade com a docência, a oportunidade de acompanhar diferentes momentos formativos na escola, fortalecer seus vínculos com seu futuro local de trabalho, construindo relações entre a teoria e prática a partir do primeiro semestre do curso. Cabe destacar que a autora indica que o programa foi apontado como um forte motivador para a permanência dos estudantes no curso de Licenciatura.

¹⁷ As informações sobre esta comissão estão disponíveis no site <https://sites.unipampa.edu.br/evasaoeretencao/>

Esta Pró-reitoria também é responsável por editais de seleção de bolsistas monitores, para atendimento de componentes curriculares com altas taxas de reprovação. Estes atuam em cursos de nivelamento por meios digitais, com vistas ao melhor desempenho e aproveitamento dos componentes curriculares e o combate à evasão e à retenção; para atuar na gestão para o desenvolvimento de ações de apoio para acompanhamento e enfrentamento da evasão e retenção no âmbito das Comissões Locais para Acompanhamento da Evasão e Retenção.

Sobre a importância das monitorias para promoção do engajamento e redução da retenção e evasão, podemos citar Barroso e Gomes (2020), que analisaram as monitorias na UNIPAMPA, afirmam a sua relevância para identificar as dificuldades e os principais aspectos a serem corrigidos ou trabalhados, bem como a necessidade de que o acompanhamento do aluno ocorra de forma continuada, já que notaram um aumento significativo de frequência restrito ao período das avaliações.

No mesmo sentido, o estudo de Pompermayer; Martins (2020), relata as ações desenvolvidas por alunos e professores no *Campus* Caçapava do Sul no combate à evasão e a retenção com a criação de Grupos de Estudos Orientados (GEOs), coordenados por discentes selecionados através de chamadas internas do *Campus*. O Projeto objetiva auxiliar os alunos no aprendizado e diminuir a reprovação. As horas dedicadas ao projeto são convertidas em Atividades Complementares de Graduação (ACG), o que promove engajamento e participação dos acadêmicos em risco de abandono do curso ou reprovação. A ação se mostrou promotora do engajamento, o que é constatado pela procura dos estudantes que querem melhorar os índices de aprovação.

Ainda sobre o tema, Pompermayer, *et al* (2017), apresenta Projeto de Apoio Social e Pedagógico (PASP), no *Campus* de Caçapava do Sul, o qual busca reduzir os índices de evasão e retenção através ações de cunho social e pedagógico, envolvendo alunos e professores. O programa, que promove monitorias oferecidas por monitores voluntários, apresenta resultados satisfatórios para a redução das retenções.

Torna-se importante que estratégias sejam pensadas também no âmbito do Curso, como momentos de acolhida, sensibilização para o preenchimento dos questionários, instrumentos de avaliação e autoavaliação, pois através deles se constrói um diagnóstico. Também percebe-se a necessidade de dialogar com os

alunos regulares, para detectar quais problemas estão encontrando para permanecer na instituição de ensino, evitando assim o abandono.

Com relação ao acolhimento é importante mencionar o projeto “Universidade e Comunidade: Apoio à inclusão e permanência”, que é executado no *Campus* de Itaqui da UNIPAMPA. Conforme Eduardo *et al* (2021), o projeto consegue promover a interação do aluno com o professor através de ações em sala de aula ou em espaços acadêmicos interativos, promovendo o bem-estar e o engajamento do estudante à Universidade utilizando o acolhimento ao aluno, que tem se mostrado importante ferramenta de redução da reprovação e da retenção.

Podemos também destacar o projeto executado pelos integrantes do curso de agronomia da UNIPAMPA *Campus* Itaqui, com a realização de um evento de acolhida aos ingressantes, promovendo a sua interação com veteranos e professores. Concluiu-se que esse tipo de atividade é ferramenta hábil a reduzir os índices de evasão, pois logo no início do ano letivo os alunos recebem informações sobre o curso, sua inserção acadêmica e profissional. Afirmaram, ainda, que a atividade beneficiou também os realizadores do evento, ao compartilharem conhecimentos e experiências e lhes proporcionando forma de capacitação e maior engajamento (GODOY *et al*, 2017).

De fato, muito já se avançou na assistência estudantil, mas muito ainda precisa ser feito. É importante um olhar atento da gestão para o que sinaliza a comunidade estudantil, e a partir dessa sinalização, traçar estratégias de enfrentamento da evasão para a redução dos seus índices e garantir a permanência e conclusão do ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, entendo importante destacar a dificuldade de adesão à pesquisa, já que foram enviadas correspondências via e-mail para mais de 2.500 destinatários/evadidos, retornando 43 respondentes. Isso demonstra a dificuldade de acesso a esse público após o rompimento do vínculo com a Instituição, já que apesar de as correspondências não terem retornado em erro, não podemos ter certeza se o silêncio se deu por não termos mais acesso válido aos evadidos ou se simplesmente pela indisponibilidade em responder.

Quanto aos resultados propriamente ditos, estudos demonstraram que a ampliação de vagas e a garantia de acesso ao ensino superior não significa a permanência e conclusão dos cursos na mesma proporção, já que após o ingresso inúmeros fatores interferem no êxito acadêmico, como os vocacionais, interpessoais, institucionais, dificuldades financeiras e falta de suporte e rede de apoio, carreira, desempenho acadêmico.

Também ficou evidente que as políticas estudantis de permanência são imprescindíveis para a redução dos índices de evasão e que contribuem para assegurar a permanência, mas ainda assim precisam ser ampliadas e melhoradas para cumprirem o seu papel social, já que, pelas respostas recebidas, são necessárias, mas em alguns casos não são suficientes para garantir a permanência e conclusão dos cursos.

Se partirmos dos resultados obtidos nessa pesquisa, que aponta que mais de 88% dos sujeitos que participaram têm renda familiar até cinco salários mínimos, e que mais de 79% deles tiveram acesso ao ensino superior através dos programas de cotas do governo federal, podemos concluir que a questão do suporte financeiro está relacionada com a evasão.

Contudo, apesar de as questões financeiras agravarem os índices de evasão, foi possível perceber que muitos dos fatores apresentados como responsáveis pelo abandono dos cursos, não acarretam maiores custos e podem ser mitigados através de um olhar mais atento da gestão.

Isso ficou bastante evidente, quando os respondentes apontaram como sendo um dos maiores entraves o **fator falta de suporte**, a dificuldade de conciliar as atividades profissionais com a frequência às aulas; e quando, ao analisarem o **fator**

institucional, apontaram a necessidade de reorganização dos horários em que são oferecidas as disciplinas e os cursos para viabilizar a permanência.

Como vemos, com uma única ação - reorganização dos horários das aulas - é possível resolver um problema financeiro e material, que é a dificuldade para conciliar as atividades profissionais com as de estudante; e também uma deficiência institucional, que trata da oferta dos cursos. Nesse sentido, poderia ser pensado, por exemplo, em realizar-se alternância semestral nos dias e horários de oferta das disciplinas, o que poderia reduzir a evasão.

Outro ponto que aparentemente pode ser resolvido sem maiores investimentos financeiros seria rever os meios eletrônicos de comunicação, com a reformulação do sítio na internet, tornando mais acessível e intuitivo, melhorando a interface de comunicação, por exemplo. Nesse ponto, importante que se destaque que a deficiência de comunicação e a falta de conhecimento das políticas estudantis ficaram evidentes na resposta de aproximadamente metade dos respondentes, que disseram não ter tido conhecimento sobre as políticas de assistência estudantil e por isso não se habilitaram à sua fruição; e, entre os que tiveram acesso à informação, mais de um terço deles tomaram conhecimento através dos pares ou dos professores. Também foi identificada uma aparente dificuldade da Instituição em relação à transparência e uniformidade dos dados, já que os números apresentados no Relatório de Gestão não são os mesmos que os constantes dos Relatórios do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos - NIDA.

Verificamos também a importância de um olhar individualizado para cada situação, como, por exemplo, os estudantes de fora do município ou do estado, que precisam de um apoio institucional e material mais reforçado, já que muitos não têm condições de se manter na cidade, sem que haja garantia de moradia ou transporte. Há de se considerar também as condições climáticas, com rigoroso inverno.

Com relação à vocação, podemos também referir uma imaturidade nos estudantes na opção do curso, o que poderia ser resolvido com um apoio psicológico e/ou pedagógico, na hora de escolha, que pudesse considerar as suas habilidades e interesses; bem como divulgação das informações a respeito do curso em redes sociais com uma linguagem comum ao público jovem.

Também ficou evidente que não é um fator isolado, mas um conjunto de fatores que contribui para o abandono, e que o envolvimento do estudante em atividades acadêmicas, com relacionamento professor e aluno mais humanizado e

interação com os pares e a comunidade estudantil é um forte apoio na redução do risco de evasão. Para isso, seria necessário ações de gestão para o treinamento dos docentes, cujo conhecimento e capacitação técnicas são incontestáveis, mas para muitos falta sensibilidade para entender os discentes, e compreender que o seu papel como professor é muito maior do que simplesmente transmitir conhecimento; pois eles têm a missão de construção de mediação, potencializando as qualidades e aptidões dos alunos. Desse modo, ficou evidente que a acolhida e o acompanhamento do estudante são ferramentas primordiais para potencializar o engajamento e reduzir o risco de evasão.

Identificamos experiências valiosas, como a criação de comunidades de aprendizagem para lidar com as dificuldades dos alunos e reduzir a retenção, através do envolvimento de professores e alunos para apoio e trocas, visando a motivar o aluno e auxiliar nas suas dificuldades de aprendizagem. Essas ações poderiam ser ampliadas e pulverizadas, promovendo o engajamento e a satisfação do estudante.

Entendemos necessário que, no futuro, seja realizada uma pesquisa voltada para identificar o nível de satisfação dos alunos com a vida acadêmica, especialmente focada nas relações dos alunos com o corpo docente, com a gestão e a direção e entre os pares, porque os resultados indicaram que o grau de satisfação discente leva à permanência ou ao abandono, então seria interessante implementar ações no sentido de melhorar essas relações e, posteriormente, avaliar essas estratégias em confronto com os índices de evasão.

Também ficou indicada a necessidade de se adotar políticas públicas de controle, fiscalização e transparência na seleção dos beneficiados, já que foi apontado que alguns recebem mais de um benefício, enquanto outros não conseguem acesso à assistência estudantil. Nesse ponto, eu recordo que na minha graduação uma determinada ingressante, filha de um conhecido nome do agronegócio da região conseguiu bolsa, enquanto outros realmente necessitados (inclusive eu) não tiveram acesso. Esse fato foi denunciado e a bolsa foi destinada para outra pessoa que de fato necessitava do auxílio. Poderia se pensar em um canal de comunicação que permitisse denunciar aquele que não preencher os requisitos exigidos para serem contemplados.

Finalmente, a presente pesquisa demonstrou que a permanência e conclusão do curso requerem, antes de qualquer investimento financeiro - que é importante e

não se pretende a sua negação, já que restou demonstrado a imprescindibilidade das políticas de assistência estudantil para a maioria dos respondentes - que haja um olhar atento da gestão sobre as questões estruturais, de quebra de paradigmas, porque se queremos um resultado diferente do que hoje existe, precisamos pensar “fora da caixa”, e fazer diferente.

A conclusão dos cursos depende, juntamente com a assistência estudantil, de o estudante **querer permanecer**, esse querer é que vai motivar a superação das dificuldades e entraves. E esse querer depende do grau de satisfação do aluno, do sentimento ser parte e não mero expectador da sua transformação, e isso depende também da postura dos professores, direção e gestores. Então, se a gestão realmente se propuser a ouvir o estudante, a realizar um acompanhamento mais personalizado, se o docente compartilhar conhecimento de forma significativa, se o aluno for integrado ao ambiente acadêmico, os riscos de abandono serão proporcionalmente reduzidos.

REFERÊNCIAS

- AMBIEL, R. A. M.; BARROS, L. O. Relações entre evasão, satisfação com escolha profissional, renda e adaptação de universitários. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, (2), 254-267. São Paulo, maio-ago. 2018. Disponível em <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/10202/7242> Acesso em 28 out. 2023.
- AMBIEL, R. A. M.; CORTEZ, P.A.; SALVADOR, A.P. Predição da Potencial Evasão Acadêmica entre Estudantes Trabalhadores e Não Trabalhadores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 37, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZWQVbVqvs3rpyyynTmDvsfJ/?format=pdf> Acesso em: 02 jul. 2022.
- ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANNER, N. N.; RODRIGUES, R. ; IRALA, V. B.. Análise sobre estratégias pré-curricular e curricular para redução da retenção e da evasão no curso de Engenharia Química da Universidade Federal do Pampa. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, n. 52, p. 216-227, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/3816>. Acesso em: 25 Out. 2023.
- ARAÚJO, A. C. da C.; SILVA, T. F. da C. e; PEDERNEIRAS, M. M. M. Percepção de docentes acerca da evasão universitária. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [s.l.], v. 11, n. 20, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68968>. Acesso em: 03 jul. 2023.
- BARBOSA, J. P. G.; PORTILHO, L. A.; MIRANDA, G. J.; TAVARES, M. A adoção do SISU e a evasão na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp., p. 722–738, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8352>. Acesso em: 28 set. 2023.
- BARROSO, I.; GOMES, C. H. A importância das monitorias no ensino superior e seu papel na diminuição da evasão. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [s. l.], v. 7, n. 1, 2020. Disponível em <https://periodicos.UNIPAMPA.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/80035>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BARROSO, P. C. F. et al.. Fatores de evasão no ensino superior: uma revisão de literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/WYz4bXNTjBVTJy3jhX4mhDB/#ModalHowcite> Acesso em 19 set. 2023.
- BELMONTE, F.; JUNIOR, I. R. Colaboração da disciplina de Introdução à Engenharia Cartográfica e de Agrimensura em relação à evasão. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2020. Disponível em: _

<https://periodicos.UNIPAMPA.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/87927> Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI. Brasília, DF, 24 abr 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7234**, de 10 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 15 dez. 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília, DF, 14 jan. 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11640.htm. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jul. de 2022.

BRASIL; **Portaria nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 12 dez. 2007. Disponível em PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007 (mec.gov.br) Acesso em 10 jul. 2023.

CARDOSO, M. S. G.; SANTOS, S. F. da S. dos; WEIL, A. G. Políticas de Permanência no Ensino Superior do ICSEZ/UFAM em Parintins. **Revista Eletrônica Mutações**, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 264–278, 2016. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2316](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2316). Acesso em: 13 jul. 2023.

CARDOSO, C.B. **Efeitos da Política de Cotas na Universidade de Brasília: Uma análise do rendimento e da evasão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CÉSPEDES, J. G. et al.. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067–1091, out. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTKdFKGHvVPWNC/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 03 jul. 2022.

COLVERO, R.B.; JOVINO, D.P. Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010. **Revista Argentina de Educação Superior**. n.8. pp.62-85, jun. 2014.

COSTA, N.C.D.; SILVA, L. B. Acesso e Permanência em Desproporção: As Insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018.

COUBE, A.L.S. A pesquisa como um meio para a permanência no ensino superior público: o caso do programa Bolsa de desenvolvimento acadêmico na Universidade Federal Fluminense. **Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 3, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/499>. Acesso em 24 out. 2023.

CUNHA, A.M.; TUNES, E.; SILVA, R.R. Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Revista Química Nova**, Vol. 24, nº 1, 262-280, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/N67XK4g46ckwYKq7bBFhVvH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CUNHA, F.I.J. *et al.* A importância da Assistência Estudantil em tempos de pandemia: um relato de experiências do Núcleo de Desenvolvimento Educacional da Universidade Federal do Pampa - Campus Uruguaiana. **Research, Society and Development**, v. 11, n.1, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24707/21824>. Acesso em 21 out. 2023.

DINARDI, A. J.; PINHEIRO, A. L.; MARZARI, M.R.B. Reflexões sobre a evasão no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza-UNIPAMPA/Campus Uruguaiana. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**. Vol. 13, n.25: p.255-265, Outubro/2017. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_025/artigos/pdf/Artigo_26.pdf Acesso em: 19 dez. 2022.

EDUARDO, A. F. G., *et al.* O acolhimento como ferramenta da diminuição da retenção e evasão universitária em tempos de ensino remoto emergencial no Bacharelado em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Pampa. **Anais do I Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil - I SIMPÓS-SUL**, v.1, 2021. Disponível em <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simos-sul/article/view/15834> Acesso em 24 out. 2023.

FERREIRA, S.A.S.F. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **RIESup Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 3, n. 2, 291-307, mai-ago 2017. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650605/16818>. Acesso em 23 out.2023.

FLICK, U. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netze. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, B. V. E. **Estudo sobre a adoção de metodologias ativas para o enfrentamento da evasão no curso de Licenciatura em Física da UNIPAMPA**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-graduação em Ensino, Bagé, 2019. Disponível em: <https://repositorio.UNIPAMPA.edu.br/handle/rii/4755> Acesso em 24 out. 2023.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços em Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?> Acesso em: 09 jan. 2023.

GARCIA, L.M.L.S.; LARA, D.F.; ANTUNES, F. Investigação e Análise da Evasão e Seus Fatores Motivacionais no Ensino Superior: um estudo de caso na universidade do estado de Mato Grosso. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v. 26, n. 1, p. 112-136, abr. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/aval/a/thxzBNWwkN5bHpSH7cFcmFg/?format=pdf> Acesso em: 14 jul. 2022.

GARCÍA, M. E. *et al.* El contexto sí importa: identificación de relaciones entre el abandono de titulación y variables contextuales. **European Journal Of Education And Psychology**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 79-88, dez. 2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6683422> Acesso em: 15 nov. 2022.

GATTI, B. A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLIOLI, R. **Evasão em instituições federais de ensino superior da rede, SISU e desafios**. Brasília: Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados, maio 2016. Estudo Técnico. Disponível em: https://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2017/05/evasao_institui%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

GODOY, Filipe, *et al.* Roteiro acadêmico visando redução da evasão de ingressantes do curso de Agronomia. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2017. Disponível em: https://guri.UNIPAMPA.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/12851/seer_12851.pdf Acesso em 24 out. 2023.

GÓMEZ, M.R.F.; TORRES, J.C. Discutindo o acesso e a permanência no ensino superior no contexto do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). **Org & Demo**, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5162>. Acesso em 27 set. 2023.

GUIMARÃES, G.C. **Avaliação do PNAES e direito à permanência no ensino superior nas IFES**. O que temos feito? TCC (Curso de Ciências Sociais) Universidade Federal De Uberlândia. 2020. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30584/4/Avalia%C3%A7%C3%A3opnaesdireito.pdf> Acesso em 01 nov. 2023.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. Políticas de inclusão e relações com a diferença: considerações sobre potencialidades, transformações e limites nas práticas de acesso e permanência da UFG. **Horizontes Antropológicos**, [s.l.], v. 24, n. 50, p. 305-333, abr. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/qTpNY8bpMDPWpSLgdt4cjwM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 07 jul. 2022.

INÁCIO, A. B. **Comunidades de prática no auxílio ao combate à evasão**: um estudo de caso com estudantes do curso de Licenciatura em Física. TCC (Curso de Licenciatura em Física) Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2019. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4819/1/TCC%20Anderson%20In%C3%A1cio%202019.pdf> Acesso em 24 out. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2002**. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em [https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados 2021](https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados%202021). Acesso em: 02 dez. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília: Inep, 2022. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf Acesso em 02 nov. 2023.

JOSÉ, A.R.; ANDREOLLI, G.S. **A Evasão na UNIPAMPA**: Diagnosticando processos, acompanhando trajetórias e itinerários de formação. Relatório final de Projeto de Pesquisa. 2011. Disponível em

https://sites.UNIPAMPA.edu.br/formacao/files/2010/07/relatorio_final_evasao-na-UNIPAMPA_out20111.pdf Acesso em: 07 dez. 2022.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio Na Garantia De Direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acesso em 01 nov. 2023.

LAMERS, J.M.Z.; SANTOS, B.S.; TOASSI, R.F.C. Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: estudo de caso em um curso noturno de Odontologia. **Educação em Revista**, [s.l.], v. 33, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/VKcKSJQxVhsPKgpNV8YMhzz/> Acesso em: 05 jul. 2022.

LIMA, F. S.; ZAGO, N. Evasão na Educação Superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento- Revista de educação**, (9), 131-164. 2018 Disponível em <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32679/18827> Acesso em: 02 dez. 2022.

LIMA, F. S.; ZAGO, N. Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior: a realidade de uma universidade comunitária. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 366–386, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651587>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LIRA, L. A; NOGUEIRA, D. X. P.; FERREIRA, M. A Evasão no Sistema Universidade Aberta do Brasil: Uma análise das Justificativas das Instituições Integrantes. **Revista Educação e Fronteiras Online**, v. 10, p. 32-44, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/14169/7399> Acesso em: 02 dez. 2022.

MASSI, L.; VILLANI, A.. Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições reintegrações. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, p.975-992, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/QChjh3J7vVtFDVgc7wTRZqN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 25 out. 2023.

MEC/SESU. **Portaria nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf Acesso em: 02 jul. 2022.

MEC/ANDIFES/ABRUEM/SESU. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado à ANDIFES, ABRUEM, SESU/MEC pela Comissão Especial. **Revista Avaliação**. Campinas, n. 2, p. 55-65, jul. 1996. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225423/000224712.pdf?sequence=1> Acesso em: 01 jul. 2022.

MONTEIRO, L., *et al.* Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais. **Ensaios pedagógicos**, v. 2, n. 1, p. 18-25, 2018. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/57/100> Acesso em 24 out. 2023.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXz dj/?format=pdf> Acesso em: 02 dez. 2022.

MOURA, F. A.; MANDARINO, P. H. P.; SILVA, S. C. P. Evasão Escolar no Ensino Superior: análise quantitativa no curso de licenciatura em física do IFPA Campus Bragança. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, [s.l.], v. 42, p. 17-22, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbef/a/bhtcTySVy75pK8ntpkPzmKK/> Acesso em: 12 jul. 2022.

PENA, M.A.C.; MATOS, D.A.S.; COUTRIM, R.M.E.. Percurso de Estudantes Cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-51, abr. 2020. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/341582258_Percurso_de_estudantes_cotistas_ingresso_permanencia_e_oportunidades_no_ensino_superior Acesso em: 10 jul. 2022.

PAULINO, E.R.; COLVERO, R.B. A evasão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas e os impactos da pandemia no Ensino Remoto. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.UNIPAMPA.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/112633>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PINA, I.L.; ROSA, F.L.B. Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA. **Anais do 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**. 2018. Disponível em: https://guri.UNIPAMPA.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/17839/seer_17839.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

POMPERMAYER, A.; MARTINS, M.A.R. Políticas e estratégias de combate à evasão e retenção do Campus Caçapava do Sul. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.UNIPAMPA.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/80069>. Acesso em: 25 out. 2023.

POMPERMAYER, A. et al. O PASP no combate da retenção e evasão no Campus Caçapava do Sul. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2020. Disponível em: https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/13553/seer_13553 Acesso em: 25 out. 2023.

PRIM, A. L.; FÁVERO, J.D. Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade de Blumenau. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838**, p. 53-72, 2013. Disponível em:

<https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/382>. Acesso em 28 set. 2023.

RADUNZ, K. **A evasão na licenciatura em química da Unipampa**: causas indicadas por evadidos do curso. TCC (Curso de Licenciatura em Química) Universidade Federal do Pampa. Bagé, 2015. Disponível em: <https://dspace.UNIPAMPA.edu.br/handle/riu/651> Acesso em 24 out. 2023.

REYES JÚNIOR, E.; REIS, A. L. N.; COSTA, V. F. de S.; SANTOS, Y. A. dos. Relações interpessoais e sua influência na satisfação dos acadêmicos. **Revista de Gestão e Secretariado** (Management and Administrative Professional Review), [s. l.], v. 9, n. 3, p. 206–228, 2019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/807-3258>. Acesso em: 13 out. 2023.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. *In*: **Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/10648>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTIAGO, T. T. A.; CASARTELLI, M. R. O. Estratégias para minimizar o elevado índice de evasão e reprovação na disciplina de Química geral. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/100303>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS BAGGI, C.A.; LOPES, D.A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2011, v. 16, n. 2, pp. 355-374. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>. Acesso em: 09 dez. 2022.

SANTOS, L.; CARVALHO ALVES, T.; MELO FERREIRA, R.; SILVÉRIO ALVES, L.ELAINE DOS SANTOS LEON, M.; PAZ DEBLE, L. Evasão estudantil na graduação: Um olhar reflexivo para o Campus Dom Pedrito - UNIPAMPA. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2022. Disponível em: <https://periodicos.UNIPAMPA.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/87788> Acesso em: 19 dez. 2022.

SANTOS, M.S. Permanência universitária: desafios e estratégias dos estudantes quilombo-las de São Francisco do Paraguauçu na UFRB – CAH. **Revista Textos Graduados**. Brasília, v. 9, nº 1, 2023. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/50834/38562>. Acesso em 23 out. 2023.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior 2021**. Disponível em <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf> Acesso em: 01 nov. 2023.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v 37, nº 132, p.641-659, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNhHhVWg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, I. J. A., *et al.* Estratégias das coordenações dos cursos de Ciências Contábeis para combater a evasão. **Revista Universo Contábil**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 61-81, fev. 2019. ISSN 1809-3337. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6600>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SILVA, A.R.; MARCELINO, V. Z. (org.). **Análise Textual Discursiva (ATD): teoria na prática**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2022. Disponível em: https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2022/07/ebook_Analise-textual-discursiva.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

SIMÕES, C.F. Acesso e permanência no ensino superior: o caso do ESR/UFF. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20135> Acesso em 24 out. 2023.

SOUZA, M. A. S. **PIBID: significados na formação inicial de professores de matemática**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22219/2/Maria%20Aparecida%20Silva%20de%20Souza.pdf> Acesso em 20 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA. **Taxa de evasão nas universidades federais**: UNILA esclarece dados a respeito de ranking sobre evasão estudantil. Disponível em <https://portal.unila.edu.br/reitoria/espaco-reitoria/dados-sobre-a-taxa-de-evacao-nas-universidades-federais> Acesso em 01 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução Normativa nº 8**. 2021. Disponível em <https://UNIPAMPA.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/8.pdf> Acesso em: 30 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução Normativa nº 20**. 2021. Disponível em https://UNIPAMPA.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/sei_UNIPAMPA_-_0603365_-_instrucao_normativa_20-2021.pdf Acesso em: 30 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Norma Operacional nº 6**. 2019. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2019/12/01_norma-operacional-UNIPAMPA-6-2019_programa-de-apoio-emergencial.pdf Acesso em: 16 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Plano de ação anual**. 2022. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/ouvidoria/files/2022/03/plano-de-acao-anual_planejamento-anual-ouvidoria.pdf Acesso em: 10 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Portaria PRAEC nº 12**. 2019. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2019/12/02_portaria-praec-12-2019_programa-de-apoio-emergencial.pdf Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de autoavaliação institucional**. 2021. Disponível em <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/cpa/files/2022/04/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-UNIPAMPA-2021.pdf> Acesso em: 03 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatórios interativos do Escritório de Processos**. 2022. Disponível em <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/eproc/relatorios-interativos/> Acesso em: 06 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Investimento/Programas de Assistência Estudantil**. 2022. Disponível em <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/praec/files/2022/10/pl010planilha-dos-investimentos-praec-em-assistencia-estudantil-ate-setembro-de-2022.pdf> Acesso em: 26 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de gestão 2020/2021**. 2021. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/ouvidoria/files/2022/03/relatorio_de_gestao_ouvidoria_2020_2021.pdf Acesso em: 03 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de gestão 2022 e Planos de ação 2023**. 2022. Disponível em https://unipampa.edu.br/bage/sites/bage/files/documentos/relatorio_de_gestao_bage_2022.pdf Acesso em: 03 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução nº 84 CONSUNI**- Alterada pela Resolução 316/2021. 2014. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/05/res-_84_2014-politica-de-assistencia-estudantil-alterada-pela-316.pdf Acesso em: 08 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução nº 316 CONSUNI**. 2020. Disponível em https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/05/res--316_2021-alteracao-res--84-politica-de-assistencia-estudantil.pdf Acesso em: 08 jul. 2022.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. de. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [s. l.], n. 13, 2013. Disponível em: <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/564>. Acesso em: 13 out. 2023.

VENTURA, M.M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em 24 out. 2023.

WAZLAWICK, R.S. **Metodologia de pesquisa para ciência da computação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

YIN, K. R. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E OS SEUS IMPACTOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIPAMPA CAMPUS BAGÉ**, sob a responsabilidade e condução de **LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ**, acadêmica do curso de Pós-graduação, Mestrado Acadêmico em Ensino, da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé.

PERGUNTA/JUSTIFICATIVA: Como as políticas de permanência previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIPAMPA impactam sobre os percursos formativos dos discentes dos cursos de Licenciatura da UNIPAMPA *Campus Bagé*? Justifica-se o interesse no tema pela observação de que os estudos existentes sobre evasão tendem a descrever os seus motivos e fatores, e a apresentar dados e estatísticas, mas poucos são os indicativos de alternativas ou de soluções para reduzir tão grave problema, e há grandes indicativos que as políticas estudantis e de permanência são fundamentais para reduzir o número de evadidos.

OBJETIVO(S) DA PESQUISA: O estudo em tela tem como objetivo geral verificar, a partir do olhar dos discentes das licenciaturas, o impacto das políticas de permanência previstas no PDI da UNIPAMPA (e também aquelas eventualmente previstas em normas esparsas) nos cursos de licenciaturas do *Campus Bagé*. Como objetivos específicos, entre outros, se propõe verificar, através do olhar dos ingressantes as potencialidades e fragilidades das políticas estudantis, compreender os seus impactos na evasão nas licenciaturas, e sinalizar possíveis ações de melhoria e ampliação das políticas de permanência com a finalidade de reduzir a evasão e as deficiências na formação docente.

PROCEDIMENTOS: Para a pesquisa vamos utilizar o estudo de caso através de análise documental e aplicação de questionários/entrevistas aos discentes dos cursos de licenciaturas da UNIPAMPA – *Campus Bagé*.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: Os questionários/entrevistas serão aplicados durante os meses de maio, junho e julho de 2023, com duração de aproximadamente duas horas.

BENEFÍCIOS: Compreender as potencialidades e deficiências das políticas de permanência poderá ser importante ferramenta de consulta para direcionar as ações de gestão no sentido de redução dos índices de evasão.

DA RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela a qualquer tempo, sem que seja penalizado(a) ou que tenha prejuízos decorrentes de eventual recusa. Caso decida retirar seu consentimento, não será mais contatado(a) pela pesquisadora.

DO SIGILO E PRIVACIDADE: A pesquisadora se compromete a garantir o sigilo da sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após conclusão e publicação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Comitê de Ética e Pesquisa da UNIPAMPA pode ser contatado através do endereço eletrônico cep@UNIPAMPA.edu.br e pela página (<http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/propesq/comite-de-etica-em-pesquisa/>)

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDA: Em caso de dúvida sobre a pesquisa, ou para buscar esclarecimento adicional pode contatar com **LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ**, pelo telefone nº (53) 9 9975 5599 (inclusive por ligação à cobrar) ou, ainda, pelo endereço eletrônico lucianecruz.aluno@UNIPAMPA.edu.br

DECLARO que fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento e a pesquisa, entendendo todos os seus termos e aceitando,

voluntariamente, participar do estudo. DECLARO, ainda, ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor e forma, assinada por mim e pela pesquisadora nominada retro, e rubricada em todas as páginas.

Bagé/RS, _____ de _____ de 2023.

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa intitulada **AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E OS SEUS IMPACTOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIPAMPA CAMPUS BAGÉ**, eu, **LUCIANE DOS SANTOS DA CRUZ**, DECLARO ter cumprido as exigências da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Luciane dos Santos da Cruz

APÊNDICE B

Questionário:

Seção I – Apresentação do questionário e termo de consentimento livre e esclarecido.

Seção II – Informações sobre o respondente:

1. Qual seu nome? Caso não deseje se identificar, responda “não desejo me identificar”.
2. Qual sua identidade de gênero:
 - () Masculino
 - () Feminino
 - () Outro
3. Qual sua faixa etária?
 - () 18 a 25 anos
 - () 26 a 40 anos
 - () 41 a 55 anos
 - () mais de 55 anos
4. Qual sua fonte de sustento principal?
 - () Auxílio dos pais
 - () Auxílio de outros familiares
 - () Trabalho formal (com carteira assinada)
 - () Trabalho informal (sem carteira assinada)
 - () Trabalho autônomo
 - () Estágio remunerado
 - () Funcionário público
 - () Outro
5. Qual a renda familiar
 - () Até 01 salário mínimo
 - () De 02 a 03 salários mínimos
 - () De 03 a 05 salários mínimos
 - () De 05 a 08 salários mínimos
 - () De 08 a 10 salários mínimos
 - () Mais de 10 salários mínimos
6. Qual o curso de licenciatura que você cursou no Campus Bagé da Universidade Federal do Pampa?
 - () Licenciatura em Física
 - () Licenciatura em Letras-Línguas adicionais- Inglês, Espanhol e respectivas literaturas
 - () Licenciatura em Letras-Português e licenciaturas de Língua Portuguesa
 - () Licenciatura em Matemática
 - () Licenciatura em Música

- Licenciatura em Química
7. Por quanto tempo você cursou?
- Por um semestre ou menos
- Por dois ou três semestres
- Por mais de quatro semestres
8. Qual foi sua forma de ingresso no curso?
- SISU primeira chamada
- SISU segunda chamada
- ENEM
- Notas do ensino médio
- Edital específico para fronteiriços e aldeados
- Edital específico para indígenas e quilombolas
- Edital específico para portadores de diploma de curso superior
- Reopção de curso
- Transferência voluntária
- Outros
9. Caso tenha escolhido a opção “outros” na questão anterior, por favor, indique a forma de ingresso.
10. Você ocupou vaga por:
- Sistema de cotas
- Ampla concorrência
11. Caso tenha ocupado vaga por sistema de cotas, qual a categoria?
- A1 – Pessoa com deficiência
- A2 – Autodeclarado(a) preto(a) e pardo(a)
- L1 – renda bruta familiar por pessoa de 1 salário mínimo e meio ou menos e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública
- L2 – autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena, renda bruta familiar por pessoa de 1 salário mínimo e meio ou menos, e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública
- L5 - ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública
- L6 – autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública
- L9 – pessoa com deficiência, renda bruta familiar por pessoa de 01 salário mínimo e meio ou menos e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública
- L10 – pessoa com deficiência, autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena, renda bruta familiar por pessoa de 01 salário mínimo e meio ou menos e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública

L13 – pessoa com deficiência e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública

L14 – pessoa com deficiência, autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena e ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública

Seção III – Questões sobre as políticas de permanência

13. Foi beneficiário de alguma política de auxílio estudantil? Marque abaixo qual(is):

- Auxílio de Desenvolvimento Indígena e Quilombola (ADAIQ)
- Auxílio à Inclusão Digital
- Apoio Emergencial
- Bolsista SITC/PRAEC (Bolsa Trabalho)
- Cestas Básicas
- Monitoria de Inclusão e Acessibilidade (NINA)
- Monitoria Indígena e Quilombola (MONIQ)
- Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ)
- Plano de Permanência
- Plano de Permanência Novos
- Programa de Apoio Social e Pedagógico
- Programa de Desenvolvimento Acadêmico
- Programa Nilton Santos de Acesso ao Ensino Superior
- Restaurantes Universitários
- Não fui beneficiário de auxílio estudantil

14. De modo geral, as políticas de assistência estudantil da UNIPAMPA atenderam às suas necessidades?

- Sim
- Não

15. Os valores da assistência estudantil tiveram relação com a sua decisão de abandonar o curso?

- Sim
- Não
- Não fui beneficiário

16. De que forma tomou conhecimento sobre as ações e editais de políticas de permanência?

- Sites ou redes sociais da Universidade
- Pelo(a) Coordenador(a) do Curso
- Pelos(as) Professores(as) do Curso
- Pelos(as) colegas do Curso
- Pelo e-mail institucional
- Outro meio
- Não tomei conhecimento

17. Se tomou conhecimento sobre as ações e editais de políticas de permanência por outro meio, especifique:

18. Qual a sua opinião sobre as políticas institucionais de enfrentamento à evasão e incentivo à permanência que a UNIPAMPA oferta aos discentes?

19. Em sua opinião, as políticas e ações institucionais influenciam a evasão ou possibilitam a permanência no curso? Por quê?

20. Você tem alguma sugestão de melhoria para as políticas estudantis da UNIPAMPA?

Seção IV – Questões sobre o curso

21. Para você, quais os principais problemas do curso? (numere somente as que entender existentes, numerando por ordem crescente, pelo grau de importância, sendo número um a mais importante e assim, sucessivamente).

- () Oferta de disciplinas anuais
- () Pré-requisitos
- () Qualidade didática e formação dos professores
- () Curso muito teórico
- () Infraestrutura
- () Outros

22. Sobre a questão anterior, se você especificou “infraestrutura” ou “outros”, especifique:

23. Quais as principais dificuldades enfrentadas por você para a realização do curso?

24. Dos motivos relacionados à instituição quais deles contribuíram para sua decisão de deixar o curso? (numere somente as que entender existentes, numerando por ordem crescente, pelo grau de importância, sendo número um a mais importante e assim, sucessivamente).

- () Estrutura curricular
- () Insuficiente estrutura de apoio ao ensino (biblioteca, laboratórios de ensino, equipamentos de informática etc.)
- () Docentes
- () Deficiência de formação pedagógica
- () Desmotivação docente
- () Estrutura física (salas, cantina, estacionamento, banheiros etc.)
- () Organização do horário de aulas e turnos
- () Comprometimento Institucional. Gestão/Administração/Diretoria
- () Falta de acolhimento psicológico/pedagógico/social
- () Outros

25. Sobre a questão anterior, se você marcou “outros”, especifique:

26. Sobre questões externas à instituição, quais motivos, entre os elencados abaixo, contribuíram para tua decisão de deixar o curso?

- Falta de identificação com o curso
- Relação entre alunos
- Relação entre professor e aluno
- Relação entre alunos e gestão
- Adaptação à universidade
- Dificuldades na aprendizagem
- Reprovações
- Dificuldade de conciliação trabalho/frequentar aulas
- Dificuldades financeiras
- Problemas familiares
- Problemas de saúde
- Falta de base do ensino nas escolas anteriores
- Desvalorização da profissão
- Outros

27. Sobre a questão anterior, se você marcou “outros”, especifique:

28. Caso queira fazer algum comentário, elogio ou crítica aos itens elencados, ou gostaria de citar algum ponto que porventura não tenha sido contemplado, utilize esse espaço.